

concepção e práticas
no PAIF e no PAEFI



unicef 



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Ficha Técnica

EXPEDIENTE

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Joaquín González-Alemán – Representante do UNICEF no Brasil

Layla Saad – Representante Adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Sonia Yeo – Chefe de Comunicação e Advocacy do UNICEF no Brasil

Liliana Chopitea – Chefe de Políticas Sociais do UNICEF no Brasil

Santiago Varella – Especialista em Políticas Sociais do UNICEF no Brasil

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

Apoio técnico - Cooperação Técnica BR-T1551 – *Apoio à Agenda Estratégica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil*

Annette Killmer - Chefe da Representação do Grupo BID no Brasil.

ELABORAÇÃO E REVISÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS E PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS

Deborah Akerman | Giane Márcia Vieira de Almeida

Natália Isis Leite Soares | Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto

Dênis Pereira Alves

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Valéria Maria de Massarani Gonelli | Gabriela Fogaça Alves Pinheiro
Karoline Duarte da Silva | Eugenio Benedictus Cassaro Filho

CONSULTORIA, REDAÇÃO E REVISÃO

Coletivo Articulando Redes | Márcia Mansur Saadallah
Thais Natiele Bessa de Miranda | Isabela Marinho Maciel

COLABORAÇÃO TÉCNICA

MDS/SNAS/DPSE – Edvânia Freitas de Lima, Juliana Rodrigues de Oliveira,
Luciano Márcio Freitas de Oliveira e Mônica Alves Silva
MDS/SNAS/DPSB – Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão
PUC-PR – Jucimeri Isolda Silveira, Denise Ratmann Arruda Colin e Tiago
Claudino Barbosa UNICEF – Julia Albino

REVISÃO ORTOGRÁFICA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

MSL Digital e Lab Social

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
A dimensão coletiva no SUAS [livro eletrônico] : concepção e práticas no PAIF e no PAEFI. - 1.ed. - Brasília, DF : Núcleo dos Direitos Humanos - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (NDH-PUCPR), 2026.

PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-93855-32-0

1. Assistência social. 2. Políticas públicas.
3. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). 4. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). 5. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Diretrizes e metodologias. 6. Transformação social. I. Título.

06-2026/13

CDD 362.0981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família : Assistência social : Bem-estar social
362.0981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

1. A construção da noção de coletivo no SUAS	10
1.1. Por que trabalhar com o coletivo no SUAS?	17
2. O relacional como a base da dimensão coletiva	21
3. O coletivo como finalidade	28
4. O comunitário e o territorial como expressões da dimensão coletiva	34
5. Construir com, e não para: fundamentos do trabalho coletivo	42
5.1. Participação como método	44
5.2. A lente interseccional	44
5.3. Horizontalidade nas relações e valorização do saber popular	46
5.4. Linguagem popular como escolha ética e metodológica	48
5.5. O vínculo como instrumento de mudança	48
5.6. Interdisciplinaridade como construção compartilhada da proteção social	49

06

6. As modalidades de trabalho coletivo no SUAS	50
---	----

6.1. Pequenos Grupos	55
----------------------	----

06.1

6.1.1. Acolhida Coletiva	58
--------------------------	----

6.1.2. Rodas de Conversa	67
--------------------------	----

6.1.3. Oficinas	75
-----------------	----

6.1.4. Grupos Operativos	88
--------------------------	----

6.2. Ações Comunitárias	97
-------------------------	----

06.2

6.2.1. Mobilização de coletivos	99
---------------------------------	----

6.2.2. Eventos Culturais	104
--------------------------	-----

6.2.3. Campanhas socioeducativas	109
----------------------------------	-----

6.2.4. Articulação de Redes	114
-----------------------------	-----

6.3. Modalidades em diálogo: o caráter processual do trabalho coletivo	119
--	-----

07

7. Recomendações para o exercício da dimensão coletiva	121
---	-----

Referências	123
--------------------	-----

Sumário

Apresentação



Fonte: Cras Confisco - Foto Stênio Lima

Introdução

O caderno **"A dimensão coletiva no SUAS: concepção e práticas no PAIF e no PAEFI"** nasce de um processo coletivo de reflexão, diálogo e construção compartilhada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A motivação inicial para sua elaboração remete à experiência vivenciada no Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) de 2023, quando foi apresentado, de forma conjunta na oficina sobre a dimensão coletiva, o trabalho desenvolvido no PAIF e no PAEFI, dando evidência à potência de pensar a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial em diálogo, como partes indissociáveis de um mesmo sistema de proteção social.

A experiência daquele espaço coletivo nos mostrou que, apesar de objetivos diferentes, há convergências conceituais e metodológicas entre os dois serviços. Estas convergências entre PAIF e PAEFI reforçam a necessidade de superarmos leituras fragmentadas da política de assistência social e de fortalecer uma compreensão integrada do SUAS. Faz-se importante reconhecer que as situações de vulnerabilidade social, risco e violação de direitos não são estáticas nem se organizam em compartimentos, e sim que elas atravessam as realidades das famílias, grupos, territórios e relações sociais.

Pensar os dois serviços de forma articulada não significa ofuscar suas especificidades. Significa, na verdade, reafirmar que tanto a Proteção Social Básica, quanto a Proteção Social Especial têm responsabilidades com as questões coletivas que atravessam as vivências das famílias e territórios atendidos, ou seja, se complementam, se comunicam e se fortalecem mutuamente no enfrentamento das desproteções sociais.

A dimensão coletiva ocupa lugar central nessa reflexão. Sendo transversal a todo o SUAS, a dimensão coletiva estrutura tanto as ações da Proteção Social Básica quanto da Proteção Social Especial, ainda que, historicamente, nem sempre tenha sido nomeada ou sistematizada como tal.

No PAIF, a centralidade do coletivo se expressa nas ações de convivência, fortalecimento de vínculos, prevenção de riscos e mobilização comunitária. No PAEFI, manifesta-se na compreensão de que as violações de direitos são produzidas em contextos sociais, relacionais e territoriais, exigindo intervenções que ultrapassem o âmbito individual ou familiar isolado e invistam também na reconstrução de vínculos, redes e processos coletivos de proteção.

Compreender que problemas coletivos demandam respostas construídas coletivamente é afirmar uma escolha metodológica que objetiva que as práticas dos serviços

socioassistenciais fortaleçam a leitura territorial, relacional e interseccional das vulnerabilidades sociais, ampliando as possibilidades de participação, protagonismo e emancipação dos sujeitos.

Essas reflexões foram aprofundadas a partir do desenvolvimento de uma consultoria realizada com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2024/2025, objetivando sistematizar a produção bibliográfica sobre a dimensão coletiva no SUAS e produzir orientações técnicas e práticas de como executar as ações coletivas no PAIF e PAEFI.

Outros cadernos de referência sobre o trabalho social no PAIF e no PAEFI estão sendo produzidos e a dimensão coletiva tem centralidade como diretriz de ação e concepção. Alinhado com essas diretrizes do MDS, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), inseriu entre as metas do Selo UNICEF a realização de atividades coletivas. Assim, consolidou-se mais uma parceria do MDS com a UNICEF para a viabilização deste caderno, a partir da sistematização realizada na parceria com o BID.

Na trilha 1 (Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF no contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família), foram apresentadas em três grupos as modalidades de trabalho coletivo, a saber: Pequenos grupos, Ações comunitárias e Arranjos participativos. O objetivo deste caderno é trazer as referências da dimensão coletiva no SUAS, aprofundar conceitualmente sobre a temática e apresentar ferramentas e recursos metodológicos para a realização das atividades coletivas nas modalidades de pequenos grupos e ações comunitárias. Os arranjos participativos serão abordados em outra publicação.

Assim, configura-se como a primeira publicação conjunta da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial dedicada exclusivamente à sistematização da dimensão coletiva no PAIF e no PAEFI. Ao reunir experiências, fundamentos e orientações que dialogam com ambos os serviços, o caderno reforça o compromisso com um SUAS integrado, democrático e orientado pela centralidade das famílias, dos grupos, das comunidades e dos territórios como protagonistas na construção da proteção social.

O convite aqui realizado com este caderno é da construção de uma leitura compartilhada do Trabalho Social com Famílias e Territórios, reconhecendo o coletivo como estratégia e finalidade da política de assistência social. Significa fortalecer práticas que produzam vínculos, pertencimento, participação e reconhecimento, contribuindo para a consolidação do SUAS como política pública essencial à garantia de direitos e à promoção da justiça social.

Boa leitura!

A construção da
noção de coletivo
no SUAS



O Sistema Único de Assistência Social - SUAS se constitui, desde sua institucionalização, como um sistema com um corpo conceitual, normativo e operativo consistente, amplamente elaborado e definido em seus cadernos técnicos e metodológicos, que orientam de forma precisa a organização da política de assistência social no Brasil. Conceitos como proteção social, seguranças socioassistenciais, matricialidade sociofamiliar, territorialização, vigilância socioassistencial, intersetorialidade e controle social propostos pelas normatizações como a PNAS (2004), NOB-SUAS (2012a), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) conformam um arcabouço conceitual estruturado, que sustenta tanto a formulação quanto a implementação da política.

Recuperar historicamente como se expressam as normativas e documentos orientadores do SUAS contribui para uma compreensão mais qualificada dos caminhos ético-políticos e técnico-operativos pelos quais a política vem se constituindo. **Este exercício busca tornar mais visível aquilo que vem operando na organização da proteção social.**

É nesse interior conceitual consolidado que se insere a discussão sobre **a ideia de uma dimensão coletiva**. O coletivo enquanto uma via estruturante da política está presente em toda sua concepção, mas o uso do termo dimensão coletiva como categoria conceitual específica passou a se encontrar nos documentos normativos muito recentemente. Sendo assim, neste caderno, a dimensão coletiva torna-se o eixo para sistematizar orientações já amplamente presentes no SUAS. A dimensão coletiva pode ser compreendida como **um termo guarda-chuva que opera como chave de leitura e de articulação entre princípios, diretrizes e práticas** que atravessam transversalmente a política de assistência social.

A **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, instituída pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, funda a assistência social como política pública de seguridade social não contributiva, organizada por meio de gestão descentralizada e participativa entre União, estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 1993). Ao afirmar a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, a LOAS desloca a pro-

teção social do campo da iniciativa privada ou de práticas caritativas para o campo dos direitos coletivos e do enfrentamento das vulnerabilidades sociais resultantes de desigualdades históricas que atingem majoritariamente grupos específicos.

Os princípios consagrados pela LOAS, como a universalização dos direitos sociais, a primazia da responsabilidade estatal e a participação da população na formulação e no controle das ações (BRASIL, 1993), expressam uma concepção de política que se constrói por meio de pactos sociais, responsabilidades compartilhadas e controle democrático. O processo coletivo se manifesta aqui como fundamento político da assistência social, estruturando sua forma de organização e sua finalidade pública.

As diretrizes de descentralização político-administrativa e de participação popular reforçam esse caráter ao distinguir a assistência social de práticas assistencialistas isoladas, orientando-a como uma rede pública, integrada e articulada intersetorialmente, voltada à garantia de mínimos sociais com foco em equidade e solidariedade. A prioridade conferida às famílias, comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade social indica que a política se organiza a partir de referências que ultrapassam o indivíduo isolado, reconhecendo que as situações de desproteção e proteção social se produzem em contextos sociais mais amplos.

Esse percurso é aprofundado na ***Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS***, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2006. Embora seu foco esteja na gestão do trabalho e dos trabalhadores, a NOB-RH/SUAS reafirma o caráter coletivo da política ao estabelecer a necessidade de equipes multiprofissionais, formação continuada e articulação com instâncias de controle social, movimentos sociais e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2006). Ao fazê-lo, reconhece que a proteção socioassistencial se constrói por meio de práticas articuladas, que envolvem múltiplos sujeitos, saberes e responsabilidades.

A atribuição de responsabilidades comuns às equipes quanto à garantia da integralidade da proteção socioassistencial e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2006) evidencia que o cuidado com as relações, com a convivência e com os territórios já se colocava como orientação relevante, ainda que não nomeada sob a rubrica de dimensão coletiva.

A ***Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS)*** de 2012, instituída pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, aprofunda ainda mais essa perspectiva ao consolidar conceitos estruturantes que dão densidade técnica e política à abordagem coletiva. A matricialidade sociofamiliar, a territorialização, a convivência familiar e comunitária, a intersectorialidade e a vigilância socioassistencial (BRASIL, 2012a) não apenas organizam a política, mas orientam formas específicas de compreender e enfrentar as vulnerabilidades sociais, reconhecendo seu caráter relacional, territorial e coletivo.

Nesse documento, o coletivo se expressa como modo de organizar a proteção social e como critério para a leitura dos fenômenos. A família é compreendida em sua inserção social e territorial, o território é reconhecido como espaço de produção de vínculos, identidades e desigualdades, e a intersectorialidade é afirmada como condição para respostas efetivas às situações de risco e vulnerabilidade social. Dessa forma, a expressão “dimensão coletiva” será utilizada como chave de leitura para a oferta da proteção social.

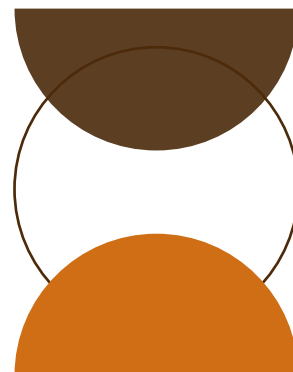
Esse mesmo movimento se evidencia de forma ainda mais concreta nos documentos orientadores do PAIF, especialmente nos **Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF: Volume 1 e 2** (BRASIL, 2012b), (BRASIL, 2012c).

O **Volume 1** aprofunda a tipificação do PAIF como serviço continuado de referência territorial, destacando o desenvolvimento coletivo de grupos e comunidades como contraponto ao individualismo, com ênfase na produção de vínculos, no acesso a direitos e na articulação intersectorial como estratégias para qualificar as respostas às vulnerabilidades familiares. Ao valorizar as heterogeneidades culturais e as dinâmicas comunitárias, o documento reafirma o coletivo como referência para a organização das ações e para a leitura das realidades territoriais.

No **Volume 2** essa orientação ganha materialidade nas formas de organizar o cotidiano dos serviços, desenvolvendo a conceituação das modalidades de atividades coletivas na proteção social básica, por meio de oficinas com famílias e ações comunitárias. O coletivo aparece aqui como lógica de organização das ações, e não apenas como formato de atividade, orientando a coletivização de demandas e a construção de respostas compartilhadas.

Mais recentemente, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), publicou **novos cadernos de orientação técnica denominados Trilhas¹** e estas introduzem explicitamente o termo “dimensão coletiva”.

¹ As orientações técnicas mais recentes do MDS, (Trilha 1: Trabalho social com famílias e territórios no PAIF: Trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família e Trilha 2: Trabalho social com famílias e territórios no PAIF: trilha para o contexto da insegurança alimentar e nutricional) adotam a denominação trilhas para designar um conjunto de publicações que organizam os conteúdos de forma progressiva e articulada, dialogando com diferentes contextos de atuação do SUAS.



Na publicação *Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família*, por exemplo, a dimensão coletiva é apresentada como objetivo prático das ações, voltado ao compartilhamento de experiências, à reflexão sobre a realidade, à ampliação do acesso a direitos e ao fortalecimento da função protetiva familiar, articulando-se à construção de novos projetos de vida e à ampliação dos direitos socioassistenciais (BRASIL, 2024, p. 53).

Ao afirmar que as metodologias no SUAS devem ter como pressuposto o fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos sujeitos, com vistas à emancipação e ao exercício dos direitos socioassistenciais (BRASIL, 2024, p. 54), o documento reforça o coletivo como horizonte ético-político e técnico-operativo.

Esse entendimento é aprofundado na publicação *Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para o contexto da insegurança alimentar e nutricional* (BRASIL, 2025a), ao afirmar que a dimensão coletiva sustenta o Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT) por reconhecer que as condições de vulnerabilidade têm origem comum, coletiva e interseccional, e que suas soluções devem ser produzidas coletivamente, por meio de ações de natureza estrutural.

O documento explicita, ainda, a necessidade de diferenciar a realização de atividades coletivas de uma visão coletiva do TSFT, afirmando que esta última deve estruturar todas as ações desenvolvidas no PAIF e serviços complementares, inclusive aquelas ações particularizadas voltadas a famílias específicas. Enquanto as modalidades do trabalho coletivo dizem respeito a ações com pequenos grupos (oficina, roda de conversa, grupo operativo), ações comunitárias e arranjos participativos, a visão coletiva se refere a uma forma de olhar e interpretar a realidade, orientada por uma leitura sistêmica, relacional e territorial das vulnerabilidades, e comprometida com a promoção da autonomia, da participação social e da capacidade de reivindicação de direitos pelas famílias e comunidades.

Esse percurso é aprofundado, ainda, na publicação *Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres* (BRASIL, 2026), que introduz e sistematiza o conceito de prevenção no âmbito do SUAS como uma ação contínua, desenvolvida antes, durante e após a ocorrência das situações de violência. Nessa trilha, a dimensão coletiva ganha maior densidade analítica ao afirmar que as situações de violência não podem ser compreendidas como eventos isolados ou restritos à esfera privada, mas como expressões de processos estruturais, sociais e culturais que produzem e reproduzem desigualdades.

As Orientações Técnicas do CREAS também destacam que o trabalho social especializado exige a mobilização de diferentes metodologias e estratégias de intervenção, que podem incluir tanto atendimentos particularizados quanto intervenções coletivas, de acordo com as singularidades das situações acompanhadas, considerando as características de cada família e indivíduo, bem como a natureza das violações vivenciadas, orientando a construção de estratégias adequadas em cada caso. O acompanhamento especializado pode envolver, além dos atendimentos individuais ou familiares, intervenções coletivas que incluam diferentes membros da família ou grupos de usuários, quando essa estratégia contribuir para a construção de novas formas de interação, apoio e fortalecimento de vínculos. (BRASIL, 2011). Nesse sentido, a dimensão coletiva se expressa como uma forma de compreender e organizar o trabalho social, que reconhece que as violações e situações de violência vivenciadas pelas famílias não são apenas individuais, mas atravessadas por contextos sociais, territoriais e relacionais que demandam respostas construídas de forma compartilhada

Esse percurso evidencia que a dimensão coletiva vem sendo construída na política de assistência social como uma orientação transversal que se expressa na forma de organizar os serviços, de planejar as ações e de compreender as situações vivenciadas pelas famílias e territórios. Esse caderno, ao resgatar esse percurso e nomear a dimensão coletiva, tem como objetivo oferecer uma chave de leitura que contribua para a compreensão dos direcionamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que atravessam o SUAS (BRASIL, 2016).

É a partir dessa leitura que este caderno propõe sistematizar e aprofundar a concepção da dimensão coletiva como referência conceitual e metodológica para o PAIF e PAEFI, contribuindo para qualificar práticas que já se realizam no cotidiano dos serviços, fortalecendo sua coerência com os princípios da política de assistência social e com os desafios contemporâneos da proteção social.

Quadro-síntese - A dimensão coletiva nas normativas do SUAS

Documento /Marco	O que afirmam	Leitura pela dimensão coletiva
LOAS (1993)	Assistência social como política pública de direito, com gestão descentralizada, participativa e responsabilidade estatal. Princípios de universalização, participação social, descentralização e organização em rede pública integrada.	O coletivo como base política da assistência social, deslocando-a da caridade individual para os direitos sociais. Reconhecimento de que as necessidades sociais se produzem coletivamente bem como as respostas em termos de direitos e políticas públicas.

NOB-RH SUAS (2006)	Atuação por equipes multiprofissionais, formação continuada, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	O coletivo como lógica de organização do trabalho socioassistencial e reorganização política do trabalho social.
NOB SUAS (2012)	Matricialidade sociofamiliar, territorialização, convivência familiar e comunitária, intersetorialidade.	O coletivo como princípio estruturante da proteção social e da leitura das vulnerabilidades. Diretrizes que apresentam centralidade para a coletivização de processos no planejamento das ações.
Orientações Técnicas PAIF Vol. 1 e 2 (2012)	Acolhida em grupo (ou acolhida coletiva), oficinas com famílias e ações comunitárias como modalidades de ação do PAIF.	O coletivo como lógica organizadora das práticas na proteção social básica.
Trilha 1 PAIF/ MDS (2024)	Introduz a ideia de “Modalidades de Trabalhos Coletivos” no PAIF e introduz a “Dimensão coletiva” como objetivo prático das ações, associado a direitos, protagonismo e autonomia.	O coletivo como orientação técnico-operativa explícita.
Trilha 2 PAIF/ MDS (2025)	Diferencia ações coletivas de visão coletiva. Afirma a dimensão coletiva como eixo estruturante do TSFT.	O coletivo como perspectiva analítica, ética e metodológica que orienta todas as ações, e não apenas formatos de ação. Consolidação da dimensão coletiva como orientação transversal da política.
Trilha 3 PAIF/ MDS (2026)	Adota a leitura dimensional da violência e propõe transversalização da prevenção nas seguranças socioassistenciais e nas ações do PAIF. Reconhece a interseccionalidade como ferramenta analítica.	O coletivo como base explicativa da violência, ao deslocá-la do âmbito privado para estruturas sociais, culturais e econômicas. O coletivo como estratégia preventiva que incide sobre desigualdades, normas sociais e territórios. O coletivo como campo de transformação cultural e enfrentamento estrutural das desproteções.

Fonte: Elaboração própria das consultoras (2026).

1.1.

Por que trabalhar com o coletivo no SUAS?

Trabalhar com o coletivo na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial constitui uma estratégia ético-política de enfrentamento às desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira. Tais desigualdades, produzidas e aprofundadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, organizaram de forma hierárquica as relações sociais, concentrando renda, poder e oportunidades, e incidindo de maneira desigual sobre determinados grupos sociais, territórios e famílias. Nesse contexto, a **intervenção coletiva permite deslocar a leitura das desproteções do plano estritamente individual para o campo das determinações sociais que as produzem e reproduzem.**

Ao promover o trabalho com grupos, o SUAS cria condições para que experiências de violência, pobreza, discriminação, exclusão e violações de direitos sejam compreendidas como expressões de processos sociais mais amplos. Esse movimento favorece o reconhecimento compartilhado das demandas, fortalece vínculos e amplia a capacidade de elaboração coletiva, contribuindo para a construção de respostas que não isolam sujeitos, mas os inserem em dinâmicas de solidariedade, pertencimento e participação social.

A proteção social, inscrita na Constituição Federal de 1988 como expressão do princípio da dignidade da pessoa humana e como direito de cidadania, pressupõe um patamar de sociabilidade orientado pela garantia de direitos, pela redução das desigualdades e pela afirmação da vida em condições dignas. Nessa perspectiva, o trabalho coletivo não é apenas uma metodologia, mas parte constitutiva do projeto constitucional de proteção social, que reconhece a responsabilidade pública na superação das desproteções.

Este caderno reafirma essa defesa sem desconsiderar os desafios cotidianos relacionados à infraestrutura, aos recursos humanos, à sobrecarga de atendimentos e às demais condições que tensionam o planejamento e a continuidade das ações coletivas. Reconhecer tais limites é fundamental para compreender a complexidade da efetivação dessa concepção e a necessidade de esforços articulados no âmbito da gestão, da formação profissional, da revisão de metas e do aprimoramento das orientações técnicas, de modo a sustentar, no cotidiano dos serviços, uma prática coerente com o horizonte da proteção social como direito.

Defender o trabalho com o coletivo é também afirmar que a assistência social não se reduz a um balcão de benefícios socioassistenciais. Ela produz vínculos, promove encontros, cria espaços de troca, propicia reconhecimento de vivências comuns

que permite a construção de identidade e sentimento de pertencimento e pode contribuir para a ampliação do acesso a direitos e para o fortalecimento da vida comunitária. Essa compreensão não ignora os limites institucionais, mas reafirma a função protetiva da política.

O trabalho com grupos, no entanto, não é simples nem linear. Ele envolve conflitos, momentos de desmobilização, dificuldades de participação e o enfrentamento de diversidades para as quais, muitas vezes, as equipes não se sentem suficientemente preparadas. É um trabalho atravessado por incertezas e desafios técnicos, mas também por possibilidades de construção coletiva que dificilmente se produzem em intervenções particularizadas.

Diante disso, a proposta deste caderno não é oferecer modelos prontos ou respostas padronizadas, mas contribuir com embasamento teórico, metodológico e técnico que fortaleça o trabalho com grupos e comunidades no SUAS. A intenção é apoiar as equipes para que se sintam mais seguras e legitimadas na construção de práticas coletivas possíveis, coerentes com seus contextos e condições de trabalho. A aposta política e ética que o sustenta acredita que, **diante de problemas coletivos, as respostas precisam ser coletivas.**

Diante disso, apresentamos algumas das razões do porquê trabalhar com coletivos no SUAS:

Potencial relacional

Os espaços coletivos criam condições para que saberes, experiências e estratégias construídas ao longo das trajetórias individuais e familiares sejam compartilhadas e colocadas em diálogo. No grupo, essas experiências não apenas se somam, mas se transformam, produzindo um potencial coletivo que ultrapassa as capacidades isoladas de cada participante.

No contexto do SUAS, esse movimento favorece a circulação da palavra, o reconhecimento das experiências vividas e a construção conjunta de leituras sobre as situações enfrentadas. Ao trocar experiências, sentimentos e informações, falar e ouvir o outro, os participantes ampliam suas referências, percebem que suas dificuldades não são únicas e constroem novas possibilidades de enfrentamento. Esse processo fortalece a autonomia e contribui para que os sujeitos se reconheçam como participantes ativos na construção de respostas às adversidades. Ao construir e fortalecer esses vínculos, identificando objetivos comuns, assim como, as diferentes estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades, o grupo potencializa a incidência política para enfrentamento das desproteções sociais existentes.

Superação da individualização

A sociedade contemporânea tende a individualizar questões sociais que são produzidas historicamente, enfraquecendo vínculos e isolando sujeitos. No cotidiano da assistência social, essa lógica se expressa na culpabilização das famílias pelas situações de vulnerabilidade que vivenciam, como se essas condições fossem resultado exclusivo de suas escolhas, desconsiderando as limitações impostas pelas questões estruturais da sociedade

As ações coletivas tensionam essa lógica ao criar espaços nos quais as experiências podem ser compartilhadas, reconhecidas e ressignificadas. Conforme citado na Trilha 1: Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF – Contexto das Condicionalidades do Programa Bolsa Família:



O trabalho coletivo no PAIF é importante porque parte da compreensão de que problemas vivenciados por uma família, ou individualmente, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias, enquanto reflexos de uma sociedade fortemente desigual, reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas, alternativas para seu enfrentamento. (BRASIL, 2012 citado por BRASIL, 2024, p. 53).

Esse movimento é especialmente relevante quando se consideram situações de violação de direitos acompanhadas no âmbito do PAEFI, nas quais as experiências de violência, muitas vezes vividas de forma isolada e silenciada, podem ser reconhecidas como expressões de desigualdades estruturais. Ao serem compartilhadas no espaço coletivo, essas vivências deixam de ser compreendidas como experiências individuais e passam a ser reconhecidas como parte de dinâmicas sociais mais amplas, possibilitando a construção de estratégias coletivas de enfrentamento.

Nos grupos, as dificuldades deixam de ser vividas como fracassos pessoais e passam a ser compreendidas como experiências comuns, atravessadas por condições sociais semelhantes. Esse deslocamento contribui para romper o isolamento, fortalecer redes de apoio e afirmar que ninguém enfrenta sozinho as desigualdades que marcam a vida social.

Transformação e pertencimento

Os espaços coletivos produzem vínculos, sentidos compartilhados e formas de pertencimento que fortalecem tanto os indivíduos quanto as comunidades. O reconhecimento das trajetórias comuns possibilita a construção de identidades coletivas e amplia a confiança para participar, se expressar e construir projetos.

Esse pertencimento contribui para o fortalecimento da autoestima, para a ampliação da participação social e para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade de forma menos solitária. Os vínculos construídos no grupo não se encerram no espaço institucional, mas se estendem para o cotidiano, impactando as relações familiares, comunitárias e territoriais. Assim, o coletivo se torna espaço de produção de sentidos e de fortalecimento das relações sociais.

Uma postura frente ao mundo

Trabalhar com o coletivo no SUAS é muito mais que a aplicação de técnicas ou metodologias específicas. É uma postura ética e política diante da realidade social, que reconhece que as transformações necessárias para o enfrentamento das desigualdades exigem processos construídos de forma compartilhada.

Essa postura valoriza o diálogo, a escuta, a cooperação e a participação como princípios orientadores das ações e reconhece os sujeitos como capazes de refletir sobre suas condições de vida, se organizar e produzir mudanças em seus territórios. Ao assumir o coletivo como referência, a política de assistência social reafirma seu compromisso com a promoção das seguranças socioassistenciais (renda, acolhida, convívio, autonomia, apoio e auxílio).

Ao fortalecer o coletivo, o SUAS amplia sua capacidade de identificar demandas de proteção social para além do campo específico da assistência social, como aquelas relacionadas ao acesso à saúde, à educação, à cultura, à segurança alimentar e nutricional, ao trabalho e à moradia, favorecendo a articulação com outras políticas públicas. Dessa forma, as ações coletivas contribuem para que a política de assistência social vá além de respostas pontuais, assumindo papel relevante na construção de processos contínuos de proteção, participação e afirmação de direitos, de forma orgânica e integral.

Trabalhar com o coletivo, portanto, significa criar condições para que sujeitos em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos não sejam definidos exclusivamente por suas carências, mas reconhecidos em suas capacidades de análise, organização e transformação; considerando também que essas experiências são atravessadas por desigualdades estruturais de gênero, raça, classe, geração e território. Ao promover espaços de convivência e compartilhamento, a assistência social fortalece vínculos, amplia horizontes de sentido e contribui para a construção de respostas coletivas às desigualdades que atravessam a sociedade brasileira.

Para refletir

O que a(o) profissional do SUAS pode fazer?

- Evitar leituras moralizantes ou culpabilizadoras das vulnerabilidades;
- Reconhecer que as demandas das famílias expressam desigualdades estruturais;
- Fortalecer o trabalho coletivo como espaço de compartilhamento e ressignificação das experiências;
- Estimular redes de apoio e o protagonismo no território;
- Refletir: “Minha intervenção reforça a individualização ou contribui para uma compreensão coletiva das situações vivenciadas?”.

**O relacional
como a base da
dimensão coletiva**



Créditos: Lyon Gabriel/afervo MDS

Não é possível estabelecer uma compreensão sobre a dimensão coletiva no âmbito do SUAS sem reconhecer, de forma explícita, o caráter relacional da política de assistência social como base para essa dimensão. Desde sua formulação, a política se orienta para, além de responder a privações materiais, enfrentar fragilização nos modos de conviver, pertencer e se reconhecer socialmente, reafirmando que as vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias se expressam tanto no plano material quanto no plano das relações (PNAS, 2004).

A ideia do caráter relacional da política de assistência social está amplamente difundida nos documentos oficiais do SUAS. Destaca-se, nesse sentido, o *Caderno Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (BRASIL, 2013), que desenvolve a concepção relacional e coletiva do SUAS, além da noção de vulnerabilidades relacionais, bem como as recentes publicações do MDS, Trilhas do *Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF*², nas quais se afirma que o modelo de proteção social do SUAS reconhece a existência de desproteções tanto no campo material quanto no campo relacional, que impactam diretamente o exercício da cidadania e constituem objeto da atuação da assistência social (BRASIL, 2024); (BRASIL, 2025a). Estes mesmos documentos explicitam que “as desproteções do campo material estão associadas à dimensão de sobrevivência material da vida social. Por outro lado, as desproteções relacionais decorrem das formas como as relações sociais são vivenciadas” (BRASIL, 2024, p. 11).

As desproteções relacionais dizem respeito, portanto, às condições que limitam ou impedem a pessoa de estabelecer e sustentar relações de convivência, pertencimento e reconhecimento social. Elas se expressam quando a pessoa ou a família não dispõe de relações que ofereçam apoio, cuidado, escuta, mediação de conflitos ou possibilidade de inserção em redes sociais e comunitárias.

² As trilhas recentemente publicadas pelo MDS podem ser acessadas através do link: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/trilhas-do-paif/>

Cabe ainda destacar que **não existe uma relação de hierarquia entre essas desproteções**: as relacionais não são necessariamente menos relevantes do que as materiais, ainda que frequentemente assim sejam tratadas. Nesse sentido, os próprios documentos do SUAS alertam que as desproteções relacionais são muitas vezes naturalizadas em nossa sociedade e atribuídas como problemas individuais daqueles que as vivenciam, além de serem frequentemente consideradas menos relevantes quando comparadas às desproteções materiais (BRASIL, 2024, p. 12). Ao tensionar essa lógica, a política de assistência social reafirma que a proteção social envolve tanto garantir condições de sobrevivência quanto criar condições de convivência digna e de inserção social.

Outro aspecto fundamental é que **as desproteções relacionais não devem ser atribuídas como falhas individuais, mas sim compreendidas como produzidas socialmente, sem reduzir a pessoa a mero efeito das estruturas sociais, nem culpabilizá-la pelas desigualdades vivenciadas** (SAWAIA, 2009). É importante, nesse sentido, aprofundar a ideia de que questões de “natureza subjetiva são forjadas socialmente, a partir das relações dos indivíduos com o mundo e com as outras pessoas” (BRASIL, 2025a, p. 33). Isso significa reconhecer que os modos de sentir, pensar e agir se constroem nas relações sociais, atravessadas por desigualdades, discriminações e por experiências de solidariedade e resistência (MARTINS, 2007).

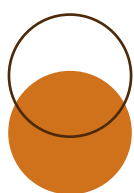
Reconhecer o aspecto relacional presente nas condições de vulnerabilidade e na política de assistência social não significa negar as desigualdades estruturais que são reais e concretas. Tampouco significa relativizar a urgência das necessidades materiais. Não se trata de ignorar a barriga que dói de fome e que anseia por um alimento, mas reconhecer que, para além da barriga que dói e de um pedido de cesta básica, há uma pessoa que pode estar vivenciando vergonha, humilhação e estigmatização por estar em situação de pobreza econômica e faminta, como se essa condição fosse uma falha individual (BRASIL, 2025a, p. 32). É nesse entrelaçamento entre materialidade e experiência social que se constroem as vulnerabilidades sociais atendidas pelo SUAS.

Uma concepção que expressa com precisão essa articulação é **o conceito de sofrimento ético-político**, tal como formulado por Bader Sawaia (1999). Segundo a autora, trata-se de um tipo de sofrimento produzido pelas condições sociais e políticas nas quais os indivíduos estão inseridos. É vivido como experiência individual, mas resulta de emoções provocadas pelo reconhecimento negativo e desvalorizado que recai sobre determinados sujeitos e grupos sociais. Esse sofrimento não nasce do acaso nem de fragilidades pessoais, mas de fenômenos coletivos associados à desigualdade social e à marginalização.

Inspirada pela filosofia de Baruch Espinosa, Sawaia (2009) compreende que as emoções não são fenômenos estritamente individuais nem meramente psicológicos, mas expressões produzidas nas relações sociais, nos encontros que os sujeitos estabelecem ao longo de suas trajetórias. Para Espinosa, os seres humanos existem sempre em relação e são constantemente afetados pelos encontros que vivem, seja com outras pessoas, com instituições, com normas sociais ou com condições materiais de existência. Esses encontros não são neutros: eles podem ampliar ou reduzir a potência de agir dos sujeitos, isto é, sua capacidade de existir, pensar, desejar e intervir no mundo.

Nesse sentido, **as emoções passam a ser entendidas como efeitos desses encontros**, como modos pelos quais o corpo e a mente respondem às experiências vividas nas relações sociais. Espinosa distingue entre paixões alegres, aqueles encontros, situações e vivências que aumentam nossa potência de agir, e paixões tristes, aqueles encontros, situações e vivências que diminuem nossa capacidade de resposta, nos mantendo em posições subalternas e de servidão. Para Espinosa, a liberdade é alcançada ao compreender as causas de nossos afetos, buscando encontros que promovam nossa potência de vida. Quando os encontros produzem reconhecimento, apoio, pertencimento e possibilidade de participação, tendem a gerar afetos que fortalecem os sujeitos, ampliando suas possibilidades de ação e de leitura crítica da realidade. Por outro lado, quando os encontros são marcados por desqualificação, violência, humilhação, racismo, sexismo ou exclusão do acesso aos bens, serviços e riquezas, produzem afetos que fragilizam, restringem horizontes e aprisionam os sujeitos em posições subalternizadas.

Essa compreensão aparece de forma bastante explícita no caderno *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*, ao afirmar que



A capacidade de afetar e ser afetado pode ser dita analogamente como poder deixar marcas no outro e ter marcas do outro em si. (...) Afetar e ser afetado são efeitos inerentes aos encontros entre as pessoas. (BRASIL, 2013, p.18)

Essa formulação desloca a compreensão das emoções como algo apenas interno ou privado e as insere no campo das relações sociais, permitindo compreender que o modo como as pessoas sentem, se posicionam e agem está profundamente vinculado às condições sociais e às experiências de convivência que vivem.

Ao incorporar essa perspectiva, a política de assistência social amplia sua capacidade de compreender as vulnerabilidades sociais não apenas como falta de renda, moradia ou acesso a serviços, mas também como resultado de encontros sociais marcados por desproteções, negações de direitos e reconhecimento desigual. Isso significa reconhecer que o sofrimento, a apatia, a desesperança ou, ao contrário,

a mobilização, a confiança e o desejo de participação não surgem espontaneamente nos indivíduos, mas são produzidos nas tramas sociais em que estão inseridos.

Essa leitura é especialmente relevante para o trabalho no SUAS, pois permite compreender que as ações desenvolvidas nos serviços não são apenas operacionais, mas produzem efeitos afetivos, simbólicos e políticos sobre as pessoas. Cada acolhida, cada escuta, cada atividade coletiva constitui um encontro que pode tanto reforçar processos de subalternização quanto favorecer a ampliação da potência de agir, a construção de pertencimento e o fortalecimento da autonomia.

Sendo assim, **as práticas coletivas devem considerar que os encontros e as atividades podem ser mobilizadoras ou desmobilizadoras, dependendo da qualidade das interações. A afetividade e a construção de vínculos são fundamentais para promover a participação e a cidadania, permitindo que os membros da comunidade se expressem de forma crítica e se sintam parte de um coletivo (SAADALLAH, MARRA, e MIRANDA, 2019).**

Assim, compreender as emoções como produtos dos encontros sociais, à luz de Espinosa e Sawaia, não é um exercício teórico abstrato, mas uma chave fundamental para pensar a dimensão coletiva da política de assistência social. Significa reconhecer que os afetos que atravessam a vida dos sujeitos não se produzem apenas nas interações com os serviços, mas nas múltiplas relações que se estabelecem no território, na comunidade, nas instituições e nas redes sociais. Nesse contexto, a política de assistência social não é a única responsável por tais processos, mas ocupa um lugar estratégico na possibilidade de intervir sobre eles.

Para além da formulação do sofrimento ético-político, é possível ampliar a compreensão do caráter relacional e coletivo da política de assistência social a partir da **noção de sofrimento social**, desenvolvida por Alessandro Pinzani e Walquiria Leão Rego na obra *Vidas Roubadas: sofrimento social e pobreza*. (2024). O livro, resultado de uma pesquisa que ouviu famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, traz o conceito de sofrimento social como experiências de dor, perda e desamparo produzidas por estruturas sociais injustas, por processos históricos de desigualdade, pela precarização das condições de vida, pela fragilização das redes de proteção e pela atuação, muitas vezes violenta ou indiferente, das próprias instituições públicas. Nessa leitura, o sofrimento é entendido como efeito direto das condições sociais, políticas e econômicas que estruturam a vida cotidiana de indivíduos, famílias e comunidades submetidas à pobreza, à violência e à exclusão, e não como experiência individual desvinculada do contexto. Esse sofrimento se acumula ao longo do tempo, atravessando gerações, e se expressa nas rupturas dos vínculos, na perda de pertencimento social e na restrição das possibilidades de participação e reconhecimento. Como apontam os autores, esse sofrimento é social não apenas

por suas causas, mas também porque é frequentemente invisibilizado, naturalizado, deslegitimado ou tratado como responsabilidade individual, inclusive pelas instituições.

Ao dialogar com a noção de sofrimento ético-político, o conceito de sofrimento social permite deslocar ainda mais a análise do plano individual para o plano coletivo, evidenciando que experiências de dor, humilhação, vergonha ou desesperança são produzidas em contextos sociais compartilhados. No SUAS, essa leitura reforça a compreensão de que as vulnerabilidades sociais atendidas não dizem respeito apenas à insuficiência de renda ou à ausência de serviços, mas também à vivência reiterada de desproteção social, invisibilização e negação de direitos, que fragilizam a capacidade de ação individual e coletiva.

Outro conceito que remete a sofrimentos produzidos socialmente é **o conceito de fatalismo**, desenvolvido por Ignacio Martín-Baró (1987). Para o autor, o fatalismo não é um traço cultural nem uma disposição individual, mas um efeito psicossocial das condições históricas de opressão, pobreza e negação sistemática de direitos, que leva os sujeitos a perceberem sua realidade como imutável e suas possibilidades de ação como limitadas ou inexistentes. O fatalismo se expressa na naturalização do sofrimento, na crença de que “as coisas são assim mesmo”, na desconfiança em relação às instituições e na dificuldade de projetar futuros possíveis. Em diálogo com a noção de sofrimento social, o fatalismo pode ser compreendido como uma resposta relacional e coletiva a experiências reiteradas de desproteção, humilhação e fracasso institucional.

No trabalho do SUAS, esse fenômeno ajuda a compreender por que muitas famílias apresentam apatia, descrédito ou a chamada baixa adesão às políticas públicas. Importa destacar que o fatalismo não atravessa apenas as(os) usuárias(os) das políticas públicas, mas também as(os) próprias profissionais que atuam no SUAS. Diante de contextos institucionais marcados por limites estruturais, insuficiência de recursos e recorrentes frustrações, essas trabalhadoras podem igualmente experimentar sentimentos de impotência e descrença na efetividade das ações desenvolvidas. Enfrentar o fatalismo, portanto, não significa responsabilizar os sujeitos por sua suposta passividade, mas criar condições relacionais, coletivas e institucionais que rompam com a lógica da inevitabilidade, fortalecendo vínculos, reconhecimento e experiências concretas de participação e proteção social, que potencializa os sujeitos na busca coletiva de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A partir dessa perspectiva, as práticas coletivas contribuem na elaboração e superação do sofrimento social, ético-político e do fatalismo. Ao criar espaços de escuta, convivência e construção compartilhada de sentido, as ações coletivas possibilitam que experiências vividas de forma isolada sejam reconhecidas como parte de pro-

cessos sociais mais amplos. Esse reconhecimento coletivo é fundamental para romper com a naturalização da pobreza e da violência, favorecendo a reconstrução de vínculos, a produção de pertencimento e o fortalecimento de redes de apoio no território. Dessa forma, é possível atuar na reconstrução das condições relacionais que sustentam a vida em comum. A dimensão coletiva, portanto, é eixo estruturante para enfrentar os impactos sociais da pobreza, da violência e da exclusão, criando possibilidades de elaboração coletiva, participação social e transformação das realidades vividas.

Ao organizar suas ações, serviços e práticas coletivas, o SUAS pode contribuir para a criação de ambiências que favoreçam encontros mais potentes, baseados no reconhecimento, na escuta, na participação e na construção de vínculos. Tais ambiências não se restringem ao interior das unidades, mas se estendem às relações com o território, com outras políticas públicas e com os coletivos comunitários. Desse modo, a política de assistência social não apenas responde a desproteções já existentes, mas pode atuar como indutora de processos relacionais mais protetivos, fortalecendo redes, ampliando pertencimentos e contribuindo para que os sujeitos e grupos sociais ampliem sua capacidade de agir e transformar suas realidades.



O coletivo
como finalidade

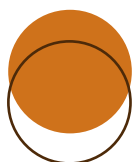


Como discutido no capítulo anterior, a política de assistência social reconhece que as desproteções sociais vividas pelas famílias se expressam tanto no plano material quanto no plano relacional. Essa compreensão evidencia que as situações que chegam aos serviços não se produzem de forma isolada, mas estão inseridas em contextos sociais compartilhados, marcados por desigualdades estruturais e por fragilização nas formas de convivência, pertencimento e reconhecimento social.

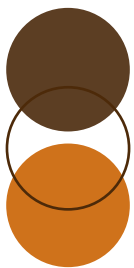
Partindo dessa perspectiva, torna-se necessário refletir sobre como o Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF e no PAEFI incorpora essa leitura nas práticas cotidianas dos serviços. **A maneira como as vulnerabilidades são compreendidas interfere diretamente nas respostas ofertadas pela política de assistência social.** Quando tratadas apenas como questões individuais, as intervenções tendem a se restringir ao atendimento pontual das demandas, reforçando processos de responsabilização isolada das famílias e indivíduos.

No sentido contrário, quando essas situações são reconhecidas como expressão de processos sociais mais amplos, abre-se a possibilidade de construir respostas ancoradas no coletivo. Assim, as atividades coletivas assumem papel central no trabalho desenvolvido pelo PAIF e pelo PAEFI, pois possibilitam que experiências vividas de forma isolada sejam compartilhadas, analisadas e elaboradas coletivamente, favorecendo a construção de vínculos, a circulação de informações e o fortalecimento de redes de apoio no território. **Importa destacar que a dimensão coletiva não se institui automaticamente.** Ela se constrói no cotidiano dos serviços e exige intencionalidade, planejamento e acompanhamento permanentes.

Como aponta Fadul, citada por Brasil (2024, p. 47):



A forma como compreendemos os territórios e as vulnerabilidades vividas pelas famílias se relaciona diretamente às maneiras pelas quais construímos nossas práticas e à forma como colocamos nosso saber-poder em



operação. Se compreendermos as vulnerabilidades familiares e territoriais como uma escolha individual e um destino trágico que deve ser apaziguado socialmente, ou se as encararmos como resultado de um sistema gerador de desigualdade que requer práticas de re-existência diante de seus circuitos de produção, chegaremos a entendimentos muito diferentes que produzem, também, práticas distintas.

Promover e qualificar espaços coletivos no PAIF e no PAEFI não se configura apenas como uma escolha metodológica, mas como parte constitutiva do trabalho social no SUAS. Isso não implica desconsiderar a singularidade das trajetórias, mas situá-las socialmente. Este movimento, inclusive, amplia a capacidade das equipes de compreender as demandas como expressões de processos coletivos e de organizar respostas articuladas ao território, à rede socioassistencial e às dinâmicas comunitárias.

Nesse processo, fortalecem-se a convivência, a participação social e as formas de apoio mútuo, elementos centrais para a proteção socioassistencial. Essa perspectiva encontra respaldo nas orientações recentes da política de assistência social. Conforme destaca a publicação *Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família*:



A noção de coletivo é uma concepção ético-política importante na assistência social uma vez que essa política compreende que as situações de desproteção e proteção social são produções coletivas de uma sociedade marcada por atravessamentos históricos, econômicos e culturais geradores de desigualdade social. Assim, é preciso compreender que as experiências no campo individual e familiar representam expressões de fenômenos que são coletivos e que atravessam a sociedade brasileira, impedindo que determinados grupos alcancem patamares mais elevados de cidadania. Essa análise é importante para evitar a culpabilização das famílias pelos problemas que enfrentam, reposicionando a discussão no campo coletivo. (BRASIL, 2024, p. 35).

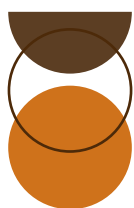
Compreender a dimensão coletiva como processo implica reconhecê-la como algo que se produz e se transforma ao longo do tempo, a partir das escolhas metodológicas, das formas de organização do trabalho e dos modos de relação com as famílias e usuários. Não se trata de um atributo dado às ações, mas de uma qualidade construída na forma como se acolhe, se escuta, se planeja, se intervém e se avalia.

Construir e sustentar essa dimensão requer reconhecer a convivência como elemento constitutivo da proteção social, promover a participação efetiva dos usuários e fortalecer a articulação com a rede socioassistencial e intersetorial. Isso supõe a

criação de espaços de diálogo e reflexão nos quais as experiências e os saberes dos sujeitos sejam considerados parte constitutiva do trabalho social, e não apenas informações acessórias.

A consolidação da dimensão coletiva demanda, ainda, investimento contínuo em processos formativos, em momentos sistemáticos de planejamento e avaliação e em registros que permitam acompanhar não apenas resultados quantitativos, mas também os percursos construídos, as relações estabelecidas e as dinâmicas territoriais mobilizadas e os impactos causados. Esses registros são fundamentais para qualificar as práticas e garantir a continuidade dos processos coletivos, especialmente em contextos marcados por mudanças institucionais e de equipe.

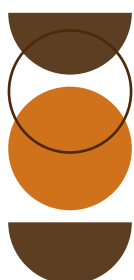
As atividades coletivas se apresentam, assim, como parte constitutiva da provisão dos serviços, e não apenas como alternativa aos atendimentos particularizados. Na publicação *Trabalho social com famílias e territórios no PAIF: trilha para o contexto da insegurança alimentar e nutricional*, reforça-se sobre a importância das atividades coletivas, assim como, desta visão coletiva:



Nesse caso não se trata de fazer ações coletivas pontuais, mas de estimular uma consciência de grupo e fortalecimento de identidades coletivas. Isso implica em reconhecer as famílias como grupo social e incentivar sua organização comunitária, a participação em espaços de deliberação e a construção de soluções coletivas para problemas comuns. (BRASIL, 2025a, p. 40)

Esse movimento favorece o reconhecimento de experiências comuns entre famílias e grupos que, embora compartilhem condições semelhantes, muitas vezes se percebem de forma isolada. No trabalho com grupos, a coletivização das demandas permite evidenciar as problemáticas sociais que atravessam o cotidiano das famílias e construir, de forma compartilhada, estratégias de enfrentamento.

O trabalho com grupos no SUAS parte da compreensão de que famílias e indivíduos se constituem nas interações com suas redes de apoio e com a comunidade. Assim, as ações coletivas devem ser planejadas de modo a envolver os usuários na análise das vulnerabilidades sociais e na construção de alternativas, promovendo a participação social e o fortalecimento coletivo (AFONSO; FADUL, 2015).



Atuar a partir de ações coletivas produz resultados na forma como as famílias se veem, podendo se reconhecer como sujeitos de direitos, e ampliando sua autonomia e capacidade de atuação na comunidade. Tais ações contribuem para a autonomia e protagonismo das famílias, para o fortalecimento do tecido comunitário e para o adensamento das redes nos territórios, o que tem efeitos protetivos sobre as famílias. (BRASIL, 2025a, p. 39)

A complexidade dos problemas sociais demanda ações articuladas entre diferentes saberes, práticas, áreas e políticas públicas. Nesse sentido, a dimensão coletiva não se coloca apenas no trabalho direto com famílias e indivíduos, mas também na forma como os serviços e políticas se organizam no território. A dimensão coletiva se expressa, portanto, na articulação territorial, que não se restringe à atuação sobre o território, mas pressupõe a construção de ações com os moradores e a partir das dinâmicas territoriais existentes, aspecto que será aprofundado no próximo capítulo sobre o caráter territorial e comunitário do trabalho social.

Essa articulação também precisa ocorrer no âmbito intersetorial e da própria rede socioassistencial. **No cotidiano dos territórios, é comum que diferentes equipamentos e políticas atuem com as mesmas famílias, em frentes distintas, sem que haja planejamento conjunto, troca sistemática de informações ou construção compartilhada de estratégias. A ausência dessa articulação fragiliza as respostas ofertadas, sobrecarrega famílias e equipes e limita o potencial protetivo das políticas públicas.**

Incentiva-se, assim, a realização de atividades coletivas entre a própria rede territorial para discussão de casos, compartilhamento e cruzamento de dados e informações, criação de estratégias conjuntas, avaliação das ações e integração das proteções. Nesse contexto, afirmar a dimensão coletiva implica reconhecer a articulação territorial e intersetorial como parte constitutiva do trabalho social, a partir da corresponsabilização entre políticas, serviços e sujeitos, ampliando a capacidade de enfrentamento das vulnerabilidades sociais de forma integrada.

Esse movimento de articulação pode criar condições para a mobilização social no território. Conforme reafirmado nas produções recentes (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025a), a mobilização não se restringe à participação formal em espaços institucionais, mas se constrói a partir da produção de vínculos, da circulação da palavra e do reconhecimento de experiências comuns vividas pelas famílias e grupos. **No contexto do PAIF e PAEFI, a mobilização social não se configura como um objetivo externo ao trabalho social, mas como efeito de práticas que valorizam a escuta, o diálogo e a participação. Ao promover espaços coletivos de reflexão e troca, os serviços contribuem para que famílias e usuários se reconheçam como sujeitos de direitos e ampliem sua capacidade de incidência sobre as políticas públicas e serviços que atravessam seus territórios, fortalecendo a função protetiva da assistência social.**

Dica de material

E-book com estratégias para mobilizar e florescer coletivos

O e-book "Planejamento e Organização do SCFV" apresenta caminhos práticos e sensíveis para fortalecer o trabalho com grupos no SUAS e em outras políticas públicas. **A proposta parte da ideia de que a participação não se constrói apenas com convocação formal, mas com afeto, sentido e vínculo.**

Ao longo do material, são apresentadas cinco estratégias centrais: começar pelo sensível, incorporar rituais, qualificar as perguntas, valorizar quem participa e planejar a partir da escuta. Essas abordagens contribuem para criar experiências coletivas mais significativas, favorecendo o pertencimento e o engajamento dos participantes.

Para acessar o material completo, consulte o e-book desenvolvido pela Escola ECOA de Educação Social, de autoria de José Artur Castilho, disponível em: <https://tr.ee/UMakhdqkqeQ>



clique aqui

A gestão do SUAS desempenha papel fundamental nesse processo, ao induzir e viabilizar práticas coletivas que ampliam a participação nos espaços públicos e enfrentam formas de exclusão social (BRASIL, 2005a). Priorizar a dimensão coletiva no PAIF e no PAEFI implica optar pela qualidade dos acompanhamentos e intervenções, e não apenas pela ampliação do número de atendimentos. Essa escolha demanda, inclusive, a construção de indicadores capazes de captar os efeitos das ações no território e na vida coletiva, como o aumento da participação das famílias em espaços comunitários, a ampliação e diversificação das redes de apoio locais, o fortalecimento de vínculos coletivos evidenciado pela continuidade e autonomia de grupos no território ou o planejamento de ações sendo construído junto com parceiros da comunidade.

Portanto, compreender a dimensão coletiva no provimento do PAIF e PAEFI é reconhecer seu papel estruturante no trabalho social com famílias e territórios. É a partir dela que se constroem vínculos, cuidado e confiança, possibilitando a ampliação da incidência das ações no território e o reconhecimento do território como espaço coletivo de direitos. Reafirma-se, então, um projeto ético-político de proteção social que valoriza o encontro, a participação e a construção compartilhada de respostas às vulnerabilidades, fortalecendo famílias, redes, comunidades e territórios de forma articulada.

**O comunitário e
o territorial como
expressões da
dimensão coletiva**



Créditos: Mayara Vital/ acervo MDS

O caráter comunitário e territorial no SUAS, está diretamente relacionado à ideia de que as famílias e os indivíduos se constituem e se reconhecem nos contextos comunitários e territoriais em que estão inseridos. Independentemente de serem referenciadas e acompanhadas pelo PAIF ou PAEFI, as famílias estão localizadas em um determinado contexto e realidade. O conhecimento deste contexto é primordial para compreender e se aproximar das vivências, identificar as potencialidades, os ativos, as proteções, as desproteções e os riscos existentes nos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS.

A PNAS afirma que a proteção social deve ser territorializada, reconhecendo que vulnerabilidades e riscos sociais se concentram em determinados espaços. Além disso, define que os CRAS e os CREAS devem estar vinculados a territórios específicos de abrangência, tomando-os como unidade de planejamento e intervenção (BRASIL, 2004).

Sendo assim, o território não pode ser compreendido apenas como um espaço geográfico, ou um limite sociodemográfico de atuação, mas um espaço vivo, onde se desenvolvem modos de ser, linguagens, representações e práticas que influenciam diretamente as relações sociais e a construção de identidades (AFONSO; FADUL, 2015; BRASIL, 2013).

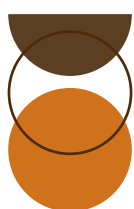
Milton Santos (2000) conceitua território para além da noção de espaço físico: ele o concebe como um espaço utilizado e vivido pelas pessoas. Santos enfatiza que o território ganha significado a partir do uso, da apropriação e dos investimentos que as pessoas fazem dele.

Dirce Koga (2011) complementa essa visão ao afirmar que o território se constitui a partir das relações entre as pessoas que o utilizam, estabelecendo uma conexão inseparável entre ambos. Para Koga, o território é um espaço de vida coletiva, onde

se manifestam desigualdades, mas também potencialidades e estratégias de sobrevivência das populações.

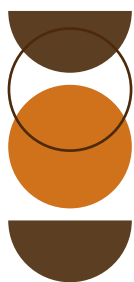
Dessa forma, estes territórios vividos devem ser vistos como espaço de intervenção, marcados por culturas, práticas, relações de poder e desigualdades (KOGA, 2011). É o lugar onde as políticas públicas se organizam, materializam e atuam de forma conjunta com a população, considerando as diversas e diferentes realidades em nosso território nacional, “(...) *precisam considerar o território não apenas como palco das ações, mas como elemento que interfere e condiciona de forma radical as condições de vida das famílias.*” (BRASIL, 2025a, p. 41)

No SUAS, a territorialização é uma diretriz fundamental, pois permite compreender as situações de risco social a partir do contexto local, mas, também, as potencialidades e proteções para superação das vulnerabilidades. Como afirma Sposati (2013):



Contextualizar, espacialmente, a história é como lhe conferir pés, pois isto permite o conhecimento de estradas, caminhos, marchas e contramarchas, movimentos, contornos particulares, heterogeneidades, diversidades e desigualdades. A historicização plantada em um chão de relações impulsiona a leitura de expressões da questão social. (p. 8)

Ao considerar o território como eixo das intervenções, os serviços socioassistenciais são planejados e executados com maior sensibilidade às especificidades de cada contexto, respeitando as dinâmicas territoriais e promovendo a participação ativa das comunidades.

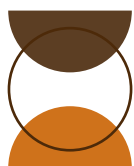


Reconhecer o conjunto de atores que existem no território e compreender as dinâmicas de interações; identificar as capacidades instaladas, latentes ou manifestas que existem; mapear e mobilizar os recursos que podem ser utilizados para fortalecer a base física e imaterial dos territórios. (...) Nos territórios existem forças e ativos que podem ser identificados, mobilizados e chamados a atuar para ampliar os efeitos protetivos do território sobre as famílias e indivíduos que ali residem. (BRASIL, 2025a, p. 43)

Além disso, a abordagem focada no território reforça o papel das redes locais de proteção social, favorecendo a articulação entre grupos, serviços, programas e equipamentos de diferentes níveis de proteção (básica, média e alta complexidade).

Os territórios de abrangência dos CRAS e CREAS expressam a ampla diversidade socioespacial brasileira, contemplando a realidade de metrópoles, municípios de pequeno porte, áreas rurais, favelas e periferias urbanas, áreas de ocupação, regiões amazônicas, territórios do semiárido, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, áreas ribeirinhas e contextos marcados por dinâmicas de fronteira ou mobilidade populacional. Essa heterogeneidade

não se limita às diferenças entre regiões, mas também se manifesta internamente em cada município, onde coexistem distintas formas de organização social, condições de acesso a serviços e vulnerabilidade e desproteções sociais. **O desafio das unidades socioassistenciais está em intervir sem homogeneizar, reconhecer as desigualdades sem reduzir esses territórios à falta e construir ações que dialoguem com as experiências e saberes produzidos cotidianamente pelas populações que ali vivem.**



A coexistência de graves problemas sociais com a forma de ocupação e uso do espaço urbano leva à concentração das populações pobres em certas regiões das cidades. São estes os territórios prioritários de atuação do SUAS. (FILGUEIRAS, 2014, p. 85)

Dando ênfase especialmente à realidade das cidades, diversas nomenclaturas foram empregadas para caracterizar territórios urbanos periféricos ao longo do tempo: **“Favelas”** (Censo Demográfico de 1960), **“Aglomerados Urbanos Excepcionais”** (Censo Demográfico de 1970), **“Setor Especial de Aglomerado Urbano”** (Censo Demográfico de 1980), **“Aglomerado Subnormal (Favelas e Similares)”** (Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010) e, mais recentemente, **“Favelas e Comunidades Urbanas”** (IBGE, 2025). Essas variações terminológicas não se limitam a meras mudanças de classificação estatística; muitas delas reforçam estigmas e preconceitos, ao demarcar tais territórios como marginalizados ou excluídos da noção normativa de cidade. A utilização de termos como “subnormal” ou “excepcional” inscreve juízos de valor capazes de influenciar percepções sociais, políticas públicas e práticas de planejamento urbano, contribuindo para que essas áreas e as pessoas que as habitam sejam compreendidas como desvios da norma urbana, em vez de partes constitutivas e historicamente significativas do tecido social das metrópoles brasileiras.

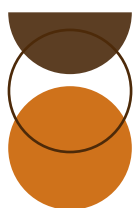
Quando as populações oriundas desses territórios passam a questionar as nomenclaturas, os conceitos e as produções técnico-científicas que desconsideram as experiências e os saberes dos próprios moradores em seus processos de elaboração, passa-se, portanto, a ressignificar e reformular as maneiras pelas quais esses espaços urbanos são nomeados e compreendidos. São das favelas, comunidades urbanas ou periferias, que, apesar de terem em comum a reprodução territorial das desigualdades sociais, emergem outras presenças como a coletividade, criatividade, espaços de afirmação, de [r]existências e de direitos não atendidos (GIANELLA; SOARES; FRANCO, 2024).

A compreensão dos conceitos de periferias e favelas não se dá de forma homogênea, sobretudo em um país marcado por realidades sociais diversas. Ainda assim, reconhecendo a necessidade de nomear esses espaços e estabelecer parâmetros mínimos que orientem a produção de dados e análises neste caderno, opta-se por

adotar a perspectiva proposta por Souza (2013) e D'Andrea (2020). Tal abordagem compreende favelas, comunidades urbanas e periferias para além de seus aspectos físicos, estruturais, de renda e racial, incorporando também dimensões subjetivas, como os sentimentos, as identidades e o reconhecimento dos moradores em relação ao seu próprio território.

Reduzir esses territórios apenas à escassez, à criminalidade e à falta de infraestrutura significa homogeneizar realidades diversas e reforçar estigmas que historicamente orientam intervenções focalizadas na falta. Isto é, **significa desconsiderar o caráter comunitário que está presente no interior dos territórios**. No âmbito do SUAS, essa leitura pode resultar em práticas que desconsideram as redes de apoio já existentes e os modos coletivos de enfrentamento produzidos no cotidiano dos territórios. Reconhecer as periferias como espaços de produção de vínculos, cuidado e proteção social implica fortalecer ações territorializadas, que dialoguem com as potências locais e com os sujeitos, deslocando a lógica assistencialista para uma perspectiva de garantia de direitos e de valorização das estratégias comunitárias.

Dessa forma, é importante apostar no **caráter comunitário** e na potência dos territórios como espaços de resistência, solidariedade e produção de saberes, capazes de mobilizar recursos, afetos e práticas emancipatórias enraizadas na cultura local. Essa aposta inclui a promoção, fortalecimento e formação de grupos, de ações coletivas diversas, o fortalecimento da solidariedade e a construção de redes de apoio.



Avançar essa condição supõe a organização coletiva dos moradores para obter a inclusão das suas necessidades na agenda pública, espaço bastante apropriado para o desenvolvimento do trabalho social de organização de coletivos populacionais na busca do seu reconhecimento social do direito de cidadania. (SPOSATI, 2022, p. 73-74)

A política pública do SUAS se enraíza em uma longa trajetória de lutas sociais, práticas comunitárias e produção de saberes coletivos que antecedem sua institucionalização. Já nos anos 1970 e 1980, quando os movimentos sociais urbanos ganhavam força, junto aos movimentos de redemocratização, multiplicaram-se experiências de organização popular que articulavam práticas de solidariedade, reivindicação de direitos e fortalecimento comunitário. Assim, ao recuperar esse passado, é possível perceber que a política pública da assistência social, tal como a conhecemos hoje no SUAS, se alimenta dessas experiências históricas. Ela carrega consigo marcas da pedagogia popular, das práticas comunitárias e da potência dos movimentos sociais que abriram caminhos para a institucionalização de uma política pública de proteção social não contributiva, fundamentada na garantia de direitos.

Essa visão, anteriormente mencionada, é estudada por Ismael Blanco (2017), que aponta a ideia de modelo comunitário fundamentado no fortalecimento de relações sociais baseadas na cooperação, na solidariedade e na inclusão, construídas no cotidiano dos territórios. Essa visão se contrapõe ao modelo mercantilista e burocrático. Blanco afirma ainda que a perspectiva comunitária nas políticas públicas de seguridade social parte de uma visão integral das realidades sociais, articulada à colaboração intersetorial entre diferentes políticas, serviços e atores do território. Sua visão adota um enfoque preventivo, que valoriza a implicação da comunidade e o fortalecimento da densidade das relações sociais como elementos importantes para a produção de proteção social. Soma-se a isso a incorporação da perspectiva de gênero e raça, reconhecendo as desigualdades estruturais que atravessam as experiências de segurança, cuidado e acesso a direitos.

Falar do caráter comunitário do PAIF e PAEFI é retomar um fundamento histórico e político da política de assistência social: o reconhecimento de que a vida social acontece no território, nas relações cotidianas, nos encontros e desencontros que produzem pertencimento, conflitos, solidariedades e sofrimento. É no território que as pessoas vivem, constroem vínculos, compartilham problemas e inventam formas de enfrentamento. É ali que a vida pulsa, com encontros alegres e encontros tristes, e é também ali que se abrem possibilidades reais de mudança.

Como já dito, **o SUAS, ao afirmar a centralidade do território, não o compreende apenas como delimitação geográfica ou recorte administrativo, mas como espaço relacional e comunitário, onde se produzem sentidos, afetos, identidades e redes de apoio.** Nesse sentido, o trabalho social desenvolvido no PAIF e PAEFI não pode se restringir ao atendimento intramuros dos serviços, nem se limitar a respostas particularizadas às demandas. Ele exige presença, circulação e convivência no território, como condição para a construção de intervenções mais potentes e enraizadas na realidade vivida pelas famílias.

Nesse ponto, é importante demarcar as diferenças e as aproximações entre o CRAS e o CREAS em relação ao território. O CRAS está inserido no território e desenvolve ali, de forma cotidiana, o trabalho social com famílias na proteção básica, acompanhando situações de vulnerabilidade social e fortalecendo vínculos comunitários. Sua presença contínua favorece o conhecimento das dinâmicas locais, das redes de apoio e dos ativos existentes, permitindo intervenções mais preventivas e coletivas. Já o CREAS atende famílias e indivíduos de diferentes territórios que chegam ao serviço em razão de violações de direitos. Embora não esteja localizado no mesmo espaço de vida dessas famílias, o trabalho não pode se limitar ao atendimento dentro da unidade. É necessário conhecer os territórios de origem, dialogar com os serviços locais, participar de ações comunitárias quando possível e compreender as condições concretas em que essas famílias vivem. Essa aproximação permite perceber, por exemplo, que famílias residentes em áreas com presença

do CRAS tendem a contar com maior rede de apoio e acesso a serviços, enquanto aquelas de territórios mais afastados ou de difícil acesso enfrentam maiores barreiras de proteção. Também possibilita transformar demandas particulares em leitura coletiva das desproteções que atravessam determinados locais, contribuindo para a articulação com a proteção básica e para a construção de respostas mais integradas.

A convivência dos profissionais nos territórios produz encontros que também afetam o trabalho social. Estar presente em uma celebração local, contribuir com uma horta comunitária, visitar a associação de moradores, marcar um encontro de gestantes na casa de uma delas ou realizar uma ação integrada com a unidade de saúde e outros equipamentos do território são exemplos de práticas que valorizam o caráter comunitário do PAIF e PAEFI. Essas ações produzem vínculos, confiança e reconhecimento mútuo, criando condições para que o trabalho social não se limite apenas a resposta às demandas, mas seja construção compartilhada de cuidado e proteção.

O caráter comunitário do PAIF e PAEFI também se expressa na atenção às pessoas que são referências comunitárias. Em todos os territórios existem pessoas que, de maneira formal ou informal, apoiam outras famílias, compartilham informações, mediam conflitos e ajudam a organizar respostas coletivas diante das dificuldades. Essas pessoas não “nascem lideranças”, nem devem ser vistas como recursos espontâneos a serem instrumentalizados pelos serviços. Identificá-las, valorizá-las e reconhecê-las faz parte do trabalho social, a partir de uma leitura sensível da dinâmica territorial e das relações existentes. É possível reconhecer saberes, trajetórias e capacidades que já operam como proteção social no cotidiano.

Opta-se, nesse sentido, pelo uso do termo **“referências comunitárias”**, em vez de “lideranças comunitárias”. A noção de liderança costuma estar associada a pessoas que já ocupam cargos formais de poder ou representação como, por exemplo, em associações comunitárias, instâncias políticas ou espaços institucionais de decisão. Muitas vezes, essas lideranças já circulam por espaços de influência no território e fora dele. As referências comunitárias, por sua vez, não necessariamente ocupam esses lugares formais, mas são reconhecidas pelos moradores como pessoas de confiança, escuta e apoio. São aquelas que acolhem, orientam, compartilham informações, conhecem as dinâmicas locais, articulam pessoas, disponibilizam espaços para encontros ou auxiliam no acesso a políticas públicas. Essas referências existem em todos os territórios e, muitas vezes, não se reconhecem como tal.

Valorizar as referências comunitárias implica, também, fortalecer a circulação de informações no território. A informação, quando compartilhada de forma acessível e contextualizada, reduz vulnerabilidades, amplia o acesso a direitos e fortalece a autonomia das famílias e dos coletivos. Nesse sentido, o PAIF e o PAEFI em parceria

com essas referências, atuam como mediadores entre políticas públicas, serviços e comunidade, contribuindo para que o território se reconheça como espaço de direitos e de ação coletiva.

Ao afirmar seu caráter comunitário, o PAIF e PAEFI possibilitam a criação de ambiências relacionais mais protetivas, baseadas no reconhecimento, na convivência e na participação. Reconhecer esse caráter comunitário fortalece a ideia de que, mesmo em contextos marcados por desigualdades e violações de direitos, o território pode ser espaço de produção de vínculos, de fortalecimento das redes e de ampliação da capacidade coletiva de enfrentar os sofrimentos e transformar as condições de vida.

Investir no caráter comunitário é apostar na capacidade dos territórios de mobilizar afetos, articular recursos e gerar respostas criativas e solidárias frente às vulnerabilidades e desproteções sociais, ampliando o horizonte de proteção e transformação social no SUAS. Essa aposta envolve, também, reconhecer a potência da organização coletiva como estratégia de incidência política no território.

Ao favorecer a leitura compartilhada das desigualdades, dos riscos e das violações de direitos presentes no cotidiano, o trabalho social contribui para que famílias e indivíduos identifiquem não apenas suas necessidades, mas também os determinantes sociais que as produzem. Esse processo fortalece a capacidade de reivindicação, participação e interlocução com o poder público, ampliando a presença dos sujeitos nos espaços de decisão e na construção das respostas às desproteções sociais.

A organização coletiva, nesse sentido, não se restringe ao fortalecimento de vínculos ou à criação de redes de apoio, mas se expressa também como movimento de apropriação dos bens, serviços e riquezas produzidas no território. Trata-se de afirmar o território como espaço de direitos, no qual os sujeitos se reconhecem como parte legítima da cidade e de suas políticas, capazes de tensionar desigualdades.

O trabalho coletivo no SUAS, portanto, deve considerar o território como um espaço de estudo, intervenção e incidência, onde as ações são planejadas e executadas de forma articulada com a comunidade, suas demandas, potencialidades e projetos coletivos. Isso significa que as oficinas e atividades desenvolvidas no CRAS e no CREAS devem estar alinhadas com as características sociais, culturais e econômicas do território, promovendo não apenas a participação dos usuários, mas também o fortalecimento de sua capacidade de ação coletiva e de defesa de direitos (BRASIL, 2013).



**Construir com,
e não para:
fundamentos do
trabalho coletivo**



Fonte: Coletivo Articulando Redes

Após a apresentação dos fundamentos conceituais que compõem a dimensão coletiva no PAIF e PAEFI, este capítulo se dedica a refletir sobre os modos de condução do trabalho coletivo no cotidiano dos serviços. O foco aqui não está na descrição de técnicas ou formatos de atividades, mas nas escolhas éticas, políticas e relacionais que orientam a construção das ações coletivas.

Construir com (e não para) expressa uma condição fundamental na forma como o SUAS se relaciona com famílias e territórios. Isso significa reconhecer que o trabalho coletivo não se realiza a partir da aplicação de modelos prontos ou da transmissão de saberes previamente definidos, mas por meio de processos construídos conjuntamente, nos quais as pessoas são reconhecidas como participantes ativos na análise de suas realidades e na produção de respostas às situações de desproteção social.

Assumir essa orientação exige compreender que a participação não se restringe à presença em atividades coletivas, nem a momentos formais de escuta. Ela se constrói no modo como se organizam os encontros, como se distribui a palavra, como se reconhecem os saberes e como se negociam sentidos e caminhos ao longo dos processos de acompanhamento e como se estabelecem estratégias conjuntas de superação das desproteções vivenciadas.

É a partir dessa compreensão que se apresentam, a seguir, alguns fundamentos do trabalho coletivo no PAIF e PAEFI, entendidos não como normas rígidas, mas como referências ético-metodológicas que atravessam o cotidiano dos serviços.

5.1.

Participação como método

No trabalho coletivo, a participação constitui o próprio modo de condução do processo. Ela atravessa desde a acolhida até o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas nos serviços. Promover a participação, nesse sentido, não significa apenas “dar voz”, mas compartilhar a construção das leituras, das decisões e dos caminhos possíveis, reconhecendo os sujeitos como parte ativa do processo de proteção social.

A participação não se reduz a momentos pontuais ou obrigatórios nos equipamentos públicos. Conforme destaca Vasconcelos (2011) ela se realiza de forma permanente e cotidiana, tanto em instâncias formais de controle social quanto em espaços comunitários, associativos e territoriais. Quando se torna um processo contínuo, a participação contribui para a construção da autonomia e para o exercício concreto de direitos.

No PAIF e no PAEFI, assumir a participação como método implica deslocar práticas focadas na orientação, na prescrição ou na transmissão de conteúdo para práticas baseadas no diálogo, na escuta e na construção conjunta de sentidos. Nesses processos as pessoas não apenas respondem simbolicamente às propostas, mas participam de fato, tensionando, reformulando e atribuindo novos significados ao trabalho social.

5.2.

A lente interseccional

Assumir a participação como princípio metodológico exige reconhecer a historicidade das desigualdades e incorporar, de forma estruturante, uma lente interseccional no trabalho social com famílias e territórios. Gênero, raça, classe, território e geração atravessam as experiências de desproteção social e incidem diretamente sobre as possibilidades concretas de participação nos espaços coletivos. Ignorar esses atravessamentos implica o risco de reproduzir práticas que, mesmo bem-intencionadas, acabam por naturalizar ausências e reforçar desigualdades, ocasionando um ciclo contínuo de reprodução das vulnerabilidades e dos riscos sociais.

No campo da intervenção socioassistencial, a autonomia não pode ser compreendida como atributo individual, mas como processo construído na práxis, atravessado por determinações históricas e pelas condições sociais de existência. Afonso destaca que o sujeito se constitui na relação com discursos, instituições e práticas sociais, sendo a participação um processo permanentemente tensionado pelas desigualdades estruturais (AFONSO, 2011).

No contexto brasileiro, o racismo opera como elemento central dessas desigualdades. Conforme analisa Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade produz hierarquizações que deslegitimam saberes e interditam sujeitos, restringindo o reconhecimento de determinadas experiências nos espaços institucionais e coletivos. Essa lógica se expressa de forma entrelaçada com as desigualdades de gênero, que incidem, por exemplo, sobre a participação das mulheres, especialmente em contextos marcados por violências e sobrecarga de responsabilidades de cuidado; com as desigualdades de classe, que limitam o acesso a recursos materiais e simbólicos; com as desigualdades territoriais, que condicionam o acesso a serviços, políticas públicas e espaços de participação; e com as desigualdades geracionais, que afetam tanto a escuta de crianças, adolescentes e jovens quanto o reconhecimento das pessoas idosas.

Esses atravessamentos impactam diretamente quem fala, como fala e quais narrativas são reconhecidas no trabalho social, evidenciando que a participação não se dá em condições iguais, mas é permanentemente mediada por relações de poder historicamente constituídas.

Spivak (2010) contribui com essa crítica ao problematizar os limites da participação, apontando que as vozes subalternizadas não encontram condições reais de produzir efeitos no campo político e institucional, mesmo quando formalmente incluídas nos processos participativos.

Nesse sentido, incorporar uma lente interseccional no PAIF e no PAEFI implica atenção permanente às dinâmicas de poder presentes nos encontros coletivos, bem como compromisso ético com práticas que ampliem as condições de escuta, reconhecimento e produção compartilhada de sentidos, fortalecendo processos coletivos mais justos e situados (FREITAS, 2015).

Dica de material

Metodologias para práticas antirracistas em grupos no SUAS

O artigo "ConViver: Práticas antirracistas em grupos de convivência protetiva com famílias no Sistema Único de Assistência Social", de autoria de Acileide Cristiane Fernandes Coelho, apresenta estratégias metodológicas para o trabalho com grupos no SUAS a partir da pesquisa-intervenção e do sociodrama.

Destaca a organização dos encontros em etapas, o uso de dramatizações, atividades expressivas, construção de cenas do cotidiano e espaços de compartilhamento como formas de promover escuta, reflexão e participação. Também enfatiza a escuta sensível e a valorização das experiências como centrais para fortalecer vínculos e redes de apoio.

Acesse o artigo completo em:

<https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.730>



clique aqui



Créditos: Mayara Vital/acervo MDS

5.3.

Horizontalidade nas relações e valorização do saber popular

A horizontalidade nas relações diz respeito à forma como o poder e o saber se organizam no trabalho coletivo do SUAS, especialmente nos encontros entre equipes e usuários. Trata-se de uma postura que busca reduzir assimetrias institucionais,

reconhecendo os usuários como sujeitos ativos nos processos de atenção e proteção social, e não como destinatários passivos das ações.

Essa compreensão encontra respaldo na concepção de sujeito como participante da vida social. Conforme afirmam Bock e outros (2007), o trabalho comprometido com a realidade social reconhece a “pessoa como sujeito ativo e histórico”, o que implica considerar que os saberes produzidos na experiência cotidiana são constitutivos das ações desenvolvidas nos serviços. Dessa forma, **o saber técnico não se sobrepõe, mas se articula aos saberes dos usuários e dos territórios.**

No cotidiano do SUAS, a horizontalidade se expressa em escolhas concretas que atravessam a organização do trabalho, como as formas de escuta, a circulação da palavra e o manejo de discordâncias. A necessidade dessa atenção permanente se justifica pelo fato de que práticas institucionais tendem a reproduzir hierarquias naturalizadas, tratando os contextos sociais apenas como “pano de fundo” das intervenções, o que reforça relações verticalizadas.

Nos serviços socioassistenciais, a construção da autonomia dos usuários depende de relações que não sejam unilaterais. Silva e Corgozinho (2011) destacam que as ações devem visar à autonomia dos sujeitos, o que pressupõe espaços efetivos de diálogo e participação. As autoras afirmam ainda que a intervenção não corresponde a um processo unidirecional, marcado pela imposição do querer profissional, reforçando a importância de práticas baseadas na corresponsabilidade entre trabalhadores e usuários.

Essa compreensão é aprofundada por Saadallah (2007),



Em um contexto em que a exclusão, o preconceito, a competição exacerbada e o consumismo tomam conta de nossa vida, o trabalho em sociedade de forma participativa torna-se cada vez mais importante. Paradoxalmente, a mesma tendência que exige e incentiva o individualismo e a competição, nos faz enxergar e valorizar as potencialidades do trabalho coletivo. Ele traz um contraponto importante à tendência naturalizante de se valorizar o indivíduo ao grupo, o ter ao ser, o repetir ao criar... Neste sentido, torna-se fundamental a construção de relações democráticas, participativas e horizontais entre as pessoas. (p.166)

Assim, assumir a horizontalidade como princípio no SUAS implica sustentar, no cotidiano institucional, a tensão entre papéis formais e relações de proximidade, garantindo que o trabalho coletivo se construa por meio do diálogo, do reconhecimento mútuo e da participação dos usuários nos processos decisórios.

5.4.

Linguagem popular como escolha ética e metodológica

A linguagem utilizada no trabalho coletivo é parte constitutiva da metodologia. Optar por uma linguagem acessível, situada no território e próxima do cotidiano dos sujeitos é uma decisão ética que amplia as possibilidades de participação e reduz barreiras simbólicas.

No PAIF e no PAEFI, o uso excessivo de termos técnicos, jurídicos ou burocráticos pode afastar os usuários, reforçar relações de dependência e produzir silenciamentos. A linguagem popular favorece a circulação da palavra, fortalece a compreensão coletiva dos processos vividos e contribui para a construção de sentidos compartilhados.

Como aponta Paulo Freire, o diálogo só se constitui quando a linguagem parte da experiência concreta dos sujeitos e reconhece seus saberes, pois toda prática que se apoia em uma linguagem distante da realidade vivida tende a produzir silenciamento e reprodução de relações de dominação (FREIRE, 1987).

5.5.

O vínculo como instrumento de mudança

O vínculo é um instrumento importante de intervenção no trabalho coletivo. É por meio dele que se produzem confiança, reconhecimento e possibilidade de fala. O vínculo sustenta deslocamentos, transformações e a ampliação das possibilidades de ação dos sujeitos.

No PAIF e no PAEFI, em que muitas trajetórias são marcadas por violações, desproteções e experiências institucionais violentas, o vínculo assume papel decisivo. **Sustentar vínculos exige tempo, continuidade e cuidado com os afetos mobilizados nos encontros, reconhecendo que profissionais também são afetados pelos processos que conduzem.**

Conforme destaca Afonso (2002), o vínculo possibilita a construção de um “sentimento de nós”, capaz de mobilizar sentidos comuns e criar condições para a participação, a troca de experiências e a elaboração coletiva de respostas, elementos fundamentais para qualquer proposta de mudança.

Como aponta Sawaia (2009), os afetos produzidos nas relações podem ampliar ou reduzir a potência de agir dos sujeitos. Nesse sentido, o trabalho coletivo, quando sustentado por vínculos, cria condições para encontros mais potentes e protetivos.

5.6.

Interdisciplinaridade como construção compartilhada da proteção social

A interdisciplinaridade, no trabalho coletivo, não se reduz à justaposição de saberes ou à divisão formal de tarefas. Ela se constrói no encontro entre diferentes leituras da realidade, articuladas a partir das situações concretas vividas por famílias, indivíduos e comunidades.

No PAIF e no PAEFI, nenhuma área isoladamente é capaz de responder à complexidade das desproteções sociais. Psicologia, Serviço Social e demais campos de formação das equipes contribuem com olhares distintos, que se complementam e se interrogam mutuamente. Essa articulação exige abertura ao diálogo, reconhecimento dos limites de cada saber e compromisso com a construção coletiva das intervenções.

Quando essa troca de saberes se articula à participação dos usuários, a capacidade analítica das equipes amplia, o que contribui para práticas mais integrais, contextualizadas e coerentes com os princípios do SUAS.

Esses princípios orientam o trabalho coletivo como processo ético, relacional e político. Eles não se aplicam de forma automática, nem se esgotam em atividades específicas, mas atravessam o modo como o SUAS se organiza, se relaciona com os territórios e constrói respostas às situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

É a partir desses fundamentos que o capítulo seguinte apresenta as diferentes modalidades de trabalho coletivo no SUAS, compreendidas como expressões possíveis de processos construídos com as pessoas, em movimento e em permanente diálogo com a realidade territorial.

As modalidades
de **trabalho**
coletivo no SUAS



Créditos: Acervo prefeitura de Belo Horizonte

Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, as ações coletivas configuram dimensão estruturante do Trabalho Social com Famílias e Territórios no SUAS, estando presentes desde os primeiros marcos normativos de organização dos serviços socioassistenciais, especialmente do PAIF.

As Orientações Técnicas do PAIF, publicadas em 2012, sistematizam essa diretriz ao definir um conjunto articulado de ações voltadas à materialização dos objetivos da Proteção Social Básica nos territórios. Entre elas, destacam-se a acolhida em grupo, as oficinas com famílias e as ações comunitárias, todas fundamentadas na intervenção coletiva e na valorização dos espaços de convivência, troca e participação social.

Essas modalidades de trabalho coletivo são compreendidas, nas Orientações Técnicas de 2012, como estratégias fundamentais para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a ampliação do acesso a direitos socioassistenciais, o estímulo à convivência familiar e comunitária e a mobilização social nos territórios. Ao articularem elementos preventivos, protetivos e proativos do trabalho social, tais ações reafirmam a centralidade do território e da participação das famílias na organização e no desenvolvimento das intervenções do PAIF.

Ao longo da última década, a expansão do SUAS e o acúmulo de experiências no cotidiano dos trabalhadores nos CRAS e CREAS contribuíram para o desenvolvimento de novas leituras sobre as formas de intervenção coletiva no âmbito da Proteção Social Básica e Especial. Esse percurso evidenciou a necessidade de atualização e aprofundamento das orientações técnico-operativas, preservando os fundamentos já consolidados e incorporando novos elementos analíticos e metodológicos.

É nesse contexto que se inserem as Trilhas do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF, publicações do MDS que revisitam o TSFT no PAIF, reafirmando seus princípios e atualizando a compreensão das modalidades de trabalho coletivo no SUAS (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025a; BRASIL, 2026). Essas publicações atualizam os referenciais anteriores, desenvolvendo-os à luz dos desafios contemporâneos

da política de assistência social, reforçando a centralidade da dimensão coletiva no Trabalho Social com Famílias e Territórios.

As novas orientações ampliam a compreensão das ações coletivas ao tratá-las como processos continuados, territorialmente referenciados e fundamentados na leitura das dinâmicas sociais, das relações comunitárias e das múltiplas expressões de vulnerabilidades e desproteções sociais. As modalidades de trabalho coletivo passam a ser compreendidas de forma menos vinculada a formatos previamente definidos e mais orientadas pela intencionalidade da intervenção, pela participação social, pela articulação com redes e pela construção de respostas coletivas às situações vivenciadas pelas famílias e pelos territórios.

Observa-se, nesse movimento, um aprofundamento da compreensão das ações coletivas, reconhecendo seu papel estratégico na prevenção de riscos, no fortalecimento de vínculos e na ampliação das seguranças socioassistenciais.

Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo apresentar e detalhar as atuais modalidades de trabalho coletivo no SUAS, conforme as Trilhas do Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF, estabelecendo diálogo com os marcos normativos anteriores e com a trajetória histórica do PAIF e PAEFI. Ao longo deste capítulo, serão apresentadas sugestões metodológicas para a realização das modalidades, respeitando as diversidades territoriais, as singularidades das famílias e os princípios que orientam a política de assistência social. **A proposta é contribuir para a qualificação do Trabalho Social com Famílias e Territórios, fortalecendo práticas coletivas coerentes com os fundamentos do SUAS e com os desafios atuais da Proteção Social Básica e Especial.**

Quadro-síntese - A atualização das modalidades de trabalho coletivo no PAIF

Publicação	Modalidades de Trabalho Coletivo
Orientações Técnicas PAIF Vol. 1 e 2 (2012)	• Acolhida em Grupo (ou Acolhida Coletiva); • Oficinas com Famílias: oficinas com ênfase na reflexão, convivência e ação; • Ações Comunitárias: Palestras, Campanhas e Eventos Comunitários.
Trilhas TSFT no PAIF/MDS (2024/2025)	• Pequenos Grupos: Acolhida coletiva, rodas de conversa, oficinas e grupos operativos; • Ações Comunitárias: Mobilização de coletivos, eventos culturais, campanhas socioeducativas, articulação de redes; • Arranjos Participativos: Comissões locais de Assistência Social, assembleias, organização de fóruns, audiências públicas.

Fonte: Elaboração própria das consultoras baseado no conteúdo apresentado nas Trilhas Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF (2024 a 2026).

Como vimos acima, no PAIF as ações coletivas se consolidaram historicamente como modalidades estruturantes do Trabalho Social com Famílias e Territórios. A Proteção Social Básica, no SUAS, já nasce ancorada na promoção, na prevenção e na centralidade das ações coletivas.

No PAEFI, as normativas que organizam o serviço, como a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL 2009) e as *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*, (BRASIL, 2011) reconhecem, desde sua formulação, a importância do atendimento psicossocial e do acompanhamento particularizado, voltados a situações de violação de direitos que, muitas vezes, demandam respostas e intervenções mais intensivas. Entretanto, cabe ressaltar que **a própria Política Nacional de Assistência Social e as Orientações Técnicas do CREAS reafirmam que tais situações não podem ser compreendidas de forma descontextualizada ou reduzidas à esfera individual ou familiar isolada.** As violações de direitos que constituem o público do PAEFI são, em sua maioria, produzidas e reproduzidas em relações familiares, comunitárias, institucionais e sociais, e expressam dinâmicas mais amplas de desigualdade, violência estrutural e desproteção social (BRASIL, 2004; BRASIL, 2011).

Nesse sentido, ainda que o PAEFI historicamente tenha sido associado a práticas de acompanhamento particularizado e familiar, observa-se, nos debates mais recentes e nas produções institucionais em curso, um movimento de ampliação da compreensão do trabalho social especializado, incorporando de forma mais explícita a dimensão coletiva como eixo transversal do serviço. **Neste momento de construção, o foco não está em estabelecer modalidades específicas de ações coletivas para o PAEFI, mas em afirmar uma concepção de trabalho que reconheça o coletivo como parte constitutiva da proteção social, do fortalecimento das potencialidades e dos processos de superação das violações de direitos.**

A publicação do MDS, *Emergências em Assistência Social: Trabalho Social com Territórios, Famílias e Indivíduos no SUAS* (BRASIL, 2025b) aponta para essa direção ao reforçar que o atendimento psicossocial diz respeito a uma perspectiva de intervenção que articula contexto, território, relações sociais e vínculos, afastando-se de uma lógica clínica tradicional e individualizante (BRASIL, 2024; BRASIL, 2025a). Estudos contemporâneos sobre o atendimento psicossocial no SUAS corroboram essa leitura ao evidenciar a amplitude do termo e sua vinculação a práticas interdisciplinares, territorializadas e coletivamente orientadas, especialmente na Proteção Social Especial (CORDEIRO; LARA; MAIA, 2023).

Ao reconhecer que a maioria das violações de direitos possui caráter relacional, torna-se necessário construir intervenções que ultrapassem o atendimento particularizado e invistam na potência das relações, dos vínculos e dos processos coletivos como caminhos possíveis de proteção, fortalecimento e superação.

As orientações do PAEFI indicam que oficinas, grupos e outras estratégias coletivas já utilizadas no PAIF também podem ser desenvolvidas na Proteção Social Especial, desde que consideradas as especificidades das situações de violação atendidas. Além disso, outras formas de trabalho coletivo podem ser construídas a partir das demandas das famílias, das características dos territórios e dos objetivos do acompanhamento.

Assim, as orientações para o PAEFI utilizam o termo atividades coletivas de forma mais ampla, preservando a flexibilidade metodológica e evitando a fixação em formatos únicos. O foco está na mudança de perspectiva: coletivizar a leitura das situações, a organização do serviço, o trabalho em equipe e a construção de respostas construídas junto às famílias.

6.1.

Pequenos Grupos

Os estudos dos pequenos grupos surgem a partir da década de 1940, em um deslocamento de foco das abordagens voltadas às multidões e aos grandes agrupamentos sociais, como aquelas associadas à psicologia das massas (LE BON, 1814-1931), para a atenção aos pequenos grupos e às interações face a face (LEWIN, 1943). Esse movimento parte da compreensão de que os processos de mudança cultural e social não se produzem de forma difusa nas massas, mas se constroem no cotidiano das relações, nos espaços onde as pessoas se encontram, interagem, negociam sentidos e produzem vínculos (FERREIRA, 2011).

Ao voltar-se para os pequenos grupos, essa perspectiva reconhece o grupo como um espaço relacional no qual se constroem normas, papéis, alianças e conflitos, permitindo que novas formas de pensar e agir ganhem consistência e, gradualmente, se disseminem para contextos mais amplos. Nessa compreensão, o grupo é visto como mais do que um “ajuntamento de pessoas”, ele é um dispositivo de produção de sentidos, aprendizagens e transformações possíveis no nível das relações concretas. (LEWIN, 1943; PICHON-RIVIERE, 1998; LANE, 1984).

É a partir dessa concepção que as publicações do MDS, em especial a *Trilha 1 do Trabalho Social com Famílias e Territórios* (BRASIL, 2024), passam a anunciar a modalidade dos pequenos grupos no âmbito da intervenção coletiva no SUAS, ao lado das ações comunitárias e dos arranjos participativos. A inclusão dos pequenos grupos sinaliza uma aposta em intervenções que privilegiam a proximidade, a continuidade dos encontros e a importância das relações como caminho para o fortalecimento de vínculos, a participação social e a construção de respostas coletivas nos territórios. No caso do PAEFI, essa modalidade também se mostra especialmente adequada quando utilizada como atividade coletiva capaz de favorecer a elaboração compartilhada de experiências marcadas por violações de direitos, sem substituir o acompanhamento particularizado e familiar, mas compondo com ele uma estratégia de fortalecimento relacional, reconstrução de vínculos e ampliação das possibilidades de enfrentamento coletivo das situações vividas. Para essa realidade, é importante explicitar o uso de grupos fechados, que tendem a favorecer maior participação, continuidade dos encontros e construção de vínculos entre os participantes, criando um ambiente mais seguro para o compartilhamento de experiências sensíveis relacionadas às violações.

Conforme sistematiza Lúcia Afonso, **grupo é um coletivo de pessoas que se constitui a partir de objetivos ou sentidos compartilhados, no qual os participantes se reconhecem como parte de um “nós”, sem que isso apague suas singularidades.** O grupo se constrói na relação face a face, no reconhecimento mútuo, nos acordos

possíveis, nos conflitos e nas formas de organização que vão se produzindo ao longo do tempo (AFONSO, 2019).

A autora chama a atenção para o fato de que todo grupo é atravessado por uma **dinâmica interna e uma dinâmica externa**. A dinâmica interna diz respeito aos movimentos próprios do grupo: suas fases, formas de comunicação, distribuição de papéis, níveis de participação, aproximações e afastamentos entre os participantes. Já a dinâmica externa refere-se às forças sociais, institucionais e territoriais que incidem sobre o grupo. No PAIF, por exemplo, essa dinâmica externa inclui a dinâmica comunitária e territorial, a relação das famílias com a unidade, o local adequado ou não para a atividade. No PAEFI, somam-se a isso as marcas das violações de direitos, a desconfiança institucional e, muitas vezes, experiências anteriores de controle e punição, mas também podem ser compartilhadas experiências positivas de suporte e apoio.

Compreender essas dinâmicas é fundamental para **não reduzir o trabalho com grupos à aplicação de atividades**. Essa compreensão ajuda a recolocar o grupo como processo, e não como evento pontual (LANE, 1984). Nenhum grupo nasce pronto. Ele exige processo, construção, permanência, mesmo que relativa, dos participantes. **O grupo para se constituir precisa construir vínculos entre si, com o serviço e com as (os) profissionais que o acompanham.**

É nesse ponto que se torna importante **diferenciar o termo “dinâmica” de “técnica”**. O que comumente chamamos de “dinâmica” são técnicas, brincadeiras, aquecimentos ou recursos lúdicos. Dinâmica de grupo refere-se ao conjunto de processos que atravessam o grupo e orientam seu funcionamento. A técnica, por sua vez, é um instrumento utilizado dentro desse processo, com uma intenção explícita de mediar, intervir e facilitar o processo grupal. As técnicas entram no trabalho grupal como apoio ao processo, e não como seu conteúdo principal. Elas ajudam a organizar a fala, favorecer a escuta, sustentar reflexões, mediar conflitos e criar condições para que o grupo avance em seus objetivos. Uma técnica bem escolhida pode facilitar a aproximação entre participantes, abrir espaço para temas difíceis ou permitir que questões sensíveis apareçam de forma menos direta e mais protegida (AFONSO, 2019). Aplicar uma técnica sem considerar o processo do grupo pode gerar esvaziamento, resistência ou até reforçar desigualdades e silenciamentos.

No PAIF, as técnicas podem apoiar processos de reconhecimento mútuo entre famílias, troca de experiências sobre o cotidiano, fortalecimento de vínculos e construção coletiva de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. No PAEFI, o cuidado precisa ser ainda maior. Técnicas excessivamente expositivas ou que forcem a fala podem produzir retraimento ou replicar experiências de violação. Nesses contextos, recursos mais simbólicos, expressivos ou mediados tendem a criar condições mais seguras para a participação e para a construção de confiança.

Isso não significa que exista uma técnica “certa” para cada situação. Nem tampouco um perfil profissional para trabalhar com grupos. Cada profissional constrói, ao longo do tempo, seu modo de conduzir grupos, desenvolvendo habilidades próprias para a mediação do coletivo. **O fundamental é não perder de vista que a técnica não substitui o vínculo nem funciona sem ele. O grupo se move pela relação construída, pela confiança gradual e pelo sentido que aquele espaço passa a ter para quem participa.**

Em tempo, no planejamento e na condução dos encontros, é importante considerar também os momentos iniciais do grupo. **Recomenda-se a realização de uma apresentação das (dos) participantes, que pode ser acompanhada de uma técnica de quebra-gelo.** Ressalta-se, no entanto, que a própria apresentação pode ser conduzida de forma criativa e integrada ao objetivo do encontro, cumprindo a função de promover aproximação, acolhimento e reconhecimento entre os participantes, sem a necessidade de uma atividade adicional. Esse cuidado inicial contribui para a construção de um ambiente mais seguro e favorece o engajamento ao longo do processo grupal.

Trabalhar com grupos no PAIF e PAEFI exige, portanto, atenção permanente ao processo grupal. As técnicas, quando utilizadas como instrumentos facilitadores, ajudam a dar forma a esse processo sem engessá-lo. Elas cumprem seu papel justamente quando deixam de ocupar o centro da cena e passam a servir ao que o grupo vai, pouco a pouco, construindo em comum.

Para refletir

Ao conduzir pequenos grupos, a que a(o) profissional do SUAS deve se atentar?

- O grupo está sendo compreendido como processo contínuo ou apenas como atividade pontual?
- As dinâmicas internas (participação, silêncios, conflitos, alianças) estão sendo observadas?
- As dinâmicas externas (território, relação com o serviço, experiências de violação, desconfiança institucional) estão sendo consideradas?
- A técnica escolhida está a serviço do processo grupal ou ocupando o centro da intervenção?
- O espaço está favorecendo vínculo, segurança e participação qualificada?
- Minha facilitação fortalece o grupo como espaço de construção coletiva ou reduz o encontro à aplicação de atividades?

A seguir, serão apresentadas as modalidades propostas nas normativas, destacando seus objetivos e possibilidades de utilização.

Ressalta-se que, ao organizar atividades coletivas, é fundamental considerar aspectos como o número de participantes – de modo a garantir a circulação da fala e a escuta qualificada – o tempo de duração e a periodicidade dos encontros e os objetivos a serem trabalhados em cada momento. Também é importante avaliar a composição do grupo, podendo este ser homogêneo ou heterogêneo, bem como sua dinâmica de participação, sendo aberto ou fechado à entrada de novos integrantes.

Além disso, conforme os objetivos propostos, as atividades podem assumir caráter continuado ou pontual, estruturando-se em torno de um tema central, com possibilidade de desdobramentos a partir de temas geradores.

Embora não haja um modelo único e restrito, o planejamento desses elementos é muito importante para a condução qualificada das atividades com pequenos grupos.

6.1.1. **Acolhida Coletiva**

A acolhida coletiva constitui-se como uma modalidade que se realiza no encontro inicial entre usuários e os serviços socioassistenciais, em contexto grupal. Trata-se de uma ação que articula recepção, escuta qualificada e oferta de informações, favorecendo o reconhecimento dos usuários enquanto sujeitos de direitos e a aproximação com os serviços ofertados no território.

No âmbito do PAIF, a acolhida é definida nas Orientações Técnicas para o PAIF - Volume 2 (2012c, p.17) como “o processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais”. Quando realizada de forma coletiva, essa ação amplia seu alcance ao possibilitar que demandas individuais sejam compreendidas em sua dimensão social e territorial.

A acolhida coletiva diferencia-se da acolhida particularizada por promover um espaço compartilhado de fala, escuta e reconhecimento de vivências comuns. Nesse sentido, permite que famílias e indivíduos identifiquem que suas vulnerabilidades não se configuram como situações isoladas, mas como expressões de

desigualdades estruturais que atravessam o território. Conforme orienta a publicação supracitada, a acolhida é “ação essencial do PAIF, pois é quando ocorre o início do vínculo entre o serviço e a família”, sendo esse vínculo potencializado quando construído em bases coletivas. (BRASIL, 2012c, p.17)

A acolhida coletiva pode ser realizada tanto no espaço da unidade socioassistencial quanto em ações no território, em articulação com as etapas da busca ativa, ampliando o acesso das famílias ao serviço e favorecendo a aproximação com situações que, muitas vezes, não chegam espontaneamente ao CREAS.

Assim, a acolhida coletiva assume um sentido político e pedagógico ao contribuir para a desnaturalização das situações de vulnerabilidade e para a construção de leituras compartilhadas da realidade social.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- atuar como porta de entrada qualificada no serviço;
- apresentação do SUAS e dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- identificar e coletivizar demandas vivenciadas pelas famílias e indivíduos;
- promover espaços de diálogo, escuta e reflexão crítica;
- favorecer a troca de experiências e o apoio mútuo entre os usuários;
- fortalecer o sentimento de pertencimento e a vinculação com o serviço;
- contribuir para a compreensão das violações de direitos como fenômenos coletivos;
- fortalecer a capacidade das famílias de lidar com as situações de violação, com ênfase na perspectiva protetiva.

No PAEFI:

- atuar como porta de entrada qualificada e protegida no serviço;
- apresentar o PAEFI, seus objetivos, limites, escopo e formas de atuação;
- favorecer o início do vínculo entre usuários e equipe, em espaço coletivo acolhedor;
- possibilitar a identificação e a coletivização cuidadosa das demandas, sem exposição das situações individuais;

- contribuir para a compreensão das violações de direitos como fenômenos relacionais, culturais, territoriais e sociais;
- fortalecer a percepção de que as situações vivenciadas não são isoladas ou individuais;
- promover espaços de escuta, diálogo e construção de sentidos compartilhados;
- favorecer o fortalecimento de vínculos protetivos e o apoio entre pares;
- preparar o acompanhamento particularizado e familiar no âmbito do PAEFI.

Caminhos metodológicos

A acolhida coletiva demanda planejamento intencional, postura técnica qualificada e escolhas metodológicas coerentes com a realidade do território e com os objetivos do serviço. Sua condução não deve ser improvisada, ainda que preserve flexibilidade para acolher o que emerge do encontro com os usuários.

Um primeiro aspecto fundamental refere-se ao planejamento **prévio da acolhida coletiva**. Antes de sua realização, a equipe deve definir quem é o público prioritário, o objetivo daquele encontro específico e quais informações precisam ser produzidas a partir da escuta coletiva. Esse planejamento deve dialogar com o diagnóstico socioterritorial e com o fluxo de atendimentos da unidade, permitindo que a acolhida coletiva se integre às demais ações planejadas e não se configure como atividade isolada.

A **organização do espaço físico** é parte constitutiva do processo metodológico. O ambiente deve favorecer a circulação da palavra e a interação entre os participantes. A disposição em círculo ou sem hierarquização de lugares contribui para reduzir barreiras simbólicas entre usuários e profissionais, reforçando a ideia de corresponsabilidade no processo. Sempre que possível, o espaço deve garantir privacidade, conforto e condições adequadas de permanência do grupo.

O início da acolhida coletiva pode ser conduzido por meio de **estratégias de apresentação e aquecimento do grupo**, especialmente quando se trata de usuários que ainda não possuem vínculo com o serviço ou entre si. O uso de técnicas simples, perguntas disparadoras ou recursos lúdicos favorecem a aproximação inicial, reduzem a ansiedade do primeiro contato e incentivam a participação. Esses recursos devem ser escolhidos de forma cuidadosa, respeitando o perfil do público e evitando exposições desnecessárias.

Dica de material

Convivência e trabalho em grupos no SUAS

O texto, publicado no blog da consultoria Vira e Mexe, apresenta uma proposta metodológica para o trabalho com grupos no SUAS baseada em vivências participativas e no fortalecimento de vínculos por meio da convivência. Destaca o uso de atividades como a “trilha sonora”, que mobiliza memórias afetivas, emoções e produções coletivas, estruturando os encontros com momentos de criação e compartilhamento entre os participantes.

Acesse o artigo completo no link abaixo:

<https://viraemexe.net.br/convivencia-e-trabalho-em-grupos-no-suas/>



clique aqui

A escuta qualificada em contexto grupal é o eixo principal da acolhida coletiva. A condução do diálogo deve incentivar que os participantes falem a partir de suas vivências, sem pressão para relatos detalhados ou pessoais, assim como possam expressar os motivos que os levaram a buscar o serviço e as expectativas de atenção pretendidas. O papel do profissional é facilitar a circulação da palavra, legitimar as falas e favorecer conexões entre experiências semelhantes.

Durante esse processo, é fundamental que a equipe esteja atenta à **coletivização das demandas**. Muitas questões trazidas inicialmente como problemas individuais revelam-se compartilhadas por outras famílias do território. Nomear essas recorrências em linguagem acessível ao grupo contribui para a desindividualização das situações de vulnerabilidade e fortalece a compreensão de que se tratam de fenômenos sociais relacionados às condições de vida e ao acesso desigual a direitos.

A **oferta de informações** também compõe a metodologia da acolhida coletiva, devendo ocorrer de forma dialógica e contextualizada. Em vez de repassar conteúdos de maneira expositiva, recomenda-se que as informações sobre os serviços prestados e benefícios ofertados na unidade e na rede socioassistencial sejam apresentadas em diálogo com as demandas que emergem do grupo.

Ao final da acolhida coletiva, é essencial que a equipe construa, junto aos participantes, **encaminhamentos possíveis e próximos passos**, seja para outras ações coletivas, seja para atendimentos particularizados quando necessários. Esse momento reforça a continuidade do acompanhamento e evita que a acolhida seja percebida como um espaço apenas de escuta sem desdobramentos concretos.

Outro caminho metodológico importante refere-se ao **registro das informações** produzidas na acolhida coletiva. As demandas, temas recorrentes e necessidades

identificadas devem subsidiar o planejamento das ações subsequentes da unidade socioassistencial, como oficinas com famílias, ações comunitárias ou atendimentos particularizados. Esses registros não se limitam a dados objetivos, mas incluem vulnerabilidades e riscos mencionados, percepções sobre vínculos, redes de apoio, potencialidades do grupo e elementos do território mencionados pelos usuários.

Para saber mais

O Novo Prontuário do SUAS

O novo Prontuário Eletrônico do SUAS, implementado em 18 de dezembro de 2025 pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), passa a contar com uma **aba específica para o registro de atendimentos coletivos**.

Essa novidade reconhece a importância das ações em grupo no trabalho socioassistencial e permite registrar de forma mais organizada as informações produzidas nesses espaços, contribuindo para o acompanhamento das famílias e o planejamento das intervenções.

Para saber mais, acesse a live **“Novo Prontuário do SUAS”** disponível no YouTube: [youtube.com/watch?v=HVOK7B0nl4o](https://www.youtube.com/watch?v=HVOK7B0nl4o) e confira os documentos relacionados disponível no link: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/prontuario-suas/#>



[clique aqui](#)

Por fim, a metodologia da acolhida coletiva deve ser permanentemente avaliada pela equipe, considerando a participação dos usuários, o alcance dos objetivos propostos e a articulação com o conjunto das ações dos serviços.

Embora a acolhida coletiva seja proposta para vários serviços do SUAS, sua operacionalização assume contornos distintos quando desenvolvida no âmbito do PAIF ou do PAEFI, em razão dos diferentes níveis de proteção e das situações vivenciadas pelas(os) usuárias(os).



Exemplo de atividade

Atividade: Ouvi dizer que...

Objetivos	• Identificar percepções, conhecimentos prévios, informações corretas e boatos relacionados aos serviços, benefícios e direitos socioassistenciais; • Promover um espaço coletivo de diálogo, escuta e troca sobre direitos socioassistenciais, favorecendo a participação das(os) usuárias(os); • Contribuir para a disseminação de informações qualificadas, fortalecendo o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direitos e a vinculação com o serviço.
Materiais	• Papel A4 colorido ou cartolina para registro das contribuições do grupo; • Canetinhas coloridas, lápis de cor ou giz de cera para escrita e destaque visual das informações; • Fita adesiva para fixação dos materiais no espaço; • Caixa de som, de uso opcional, para ambientação do espaço ou apoio a momentos específicos da atividade.

Preparação do espaço

- Organizar o espaço de modo a favorecer a interação e a circulação da palavra. O grupo deve ser disposto em roda ou em formato que permita que todas(os) se vejam com facilidade, evitando hierarquização de lugares;
- Criar um ambiente acolhedor e confortável, atento às condições de iluminação, ventilação e disposição dos materiais, de forma a favorecer a permanência do grupo e a participação ao longo da atividade;
- Antes da chegada das(os) participantes, fixar na parede ou no quadro as cartolinas (no máximo 5) contendo palavras ou expressões relacionadas ao CRAS/CREAS. Esses cartazes devem representar palavras ou termos comuns que podem gerar dúvidas recorrentes ou informações que costumam circular no território, servindo como disparadores para o diálogo coletivo.
- Sugere-se, a seguir, alguns exemplos de palavras/expressões que podem ser utilizadas, devendo ser adaptadas conforme a realidade local e o público atendido:

Para o CRAS:

1. Bolsa Família;
2. Condicionalidades;
3. Cadastro Único;
4. Serviços;
5. Benefícios;
6. Visita Domiciliar;
7. Direitos;
8. Proteção Básica;
9. Prevenção.

Para o CREAS:

1. Violação de direitos;
2. Rede de proteção;
3. Conselho tutelar;
4. Violência;
5. Proteção Especial;
6. Risco social;
7. Isolamento;
8. Sentimentos (Humilhação, vergonha, culpa, sofrimento).

Desenvolvimento

A atividade tem início com a **apresentação da proposta** do encontro, situando as(os) participantes quanto aos objetivos desse momento inicial de escuta e troca. A(o) facilitadora(or) explica que se trata de um espaço coletivo de apresentação do equipamento e do serviço, mas também de um espaço de fala, escuta e compartilhamento de vivências, no qual as contribuições do grupo serão utilizadas para qualificar o atendimento e as ações desenvolvidas.

É importante garantir que, antes do início da atividade, todos os **materiais já estejam preparados e devidamente dispostos** no espaço.

A proposta da atividade é conduzir a conversa a partir dos conhecimentos prévios do próprio grupo acerca dos serviços e benefícios ofertados no equipamento, cabendo às(aos) profissionais reforçar entendimentos, sanar dúvidas e reorientar o grupo sempre que surgirem informações equivocadas. *Ressalta-se que não há respostas certas ou erradas. A atividade não se configura como prova ou exercício avaliativo, mas como um espaço de troca e construção conjunta.*

A partir desse momento, a(o) facilitadora(or) **pode optar por duas formas de condução da atividade**, de acordo com o perfil do grupo.

Opção 1: Quando o grupo apresenta facilidade para utilizar a escrita, a(o) facilitadora(or) entrega uma canetinha para cada participante e orienta que circulem pelo ambiente, registrando, por meio de palavras, pequenas frases, desenhos ou símbolos, nos cartazes pendurados as informações que *já ouviram falar sobre cada tema*. É importante orientar que todas(os) passem por todos os cartazes e, ao final, retornem aos seus lugares.

Opção 2: Quando o grupo não se sente confortável com a escrita, a(o) facilitadora(or) apresenta os cartazes dispostos no espaço e conduz a atividade de forma dialogada, estimulando a reflexão e a fala sobre cada tema, um de cada vez. Recomenda-se o apoio de outra(o) profissional do serviço para auxiliar no registro das falas. Após a apresentação do objetivo da atividade, a(o) facilitadora(or) conduz a pergunta *“o que vocês já ouviram falar sobre...”*, enquanto as contribuições são anotadas nos cartazes, de modo visível para todo o grupo.

Em ambas as opções, a pergunta disparadora deve ser contextualizada para estimular que as (os) participantes falem a partir de suas experiências no território, de informações recebidas em outros espaços ou de situações vivenciadas por si ou por pessoas próximas, sem exigir relatos pessoais aprofundados.

À medida que as falas emergem, os registros são realizados nos cartazes, seja pela(o) facilitadora(or), seja pelas(os) próprias(os) participantes. O **registro visível** favorece o reconhecimento das falas e permite a identificação de temas recorrentes e percepções compartilhadas.

Após esse primeiro momento, a(o) facilitadora(or) convida o grupo a **dialogar sobre as afirmações registradas**, incentivando a troca de

Desenvolvimento

experiências, dúvidas e opiniões. Busca-se favorecer a circulação da palavra, a escuta mútua e o reconhecimento de vivências comuns, reforçando o caráter coletivo da acolhida.

Durante o diálogo, a(o) facilitadora(or) atua no sentido de **coletivizar as demandas**, nomeando recorrências e aproximando falas semelhantes, contribuindo para que as(os) participantes reconheçam que muitas das situações mencionadas não são individuais, mas expressões de condições sociais e territoriais compartilhadas.

Na sequência, é realizada uma **devolutiva ao grupo**, retomando os pontos levantados e valorizando os saberes trazidos pelas(os) participantes. As informações corretas relacionadas ao equipamento, seus serviços e benefícios, são apresentadas de forma acessível e dialogada, articuladas às demandas identificadas e às ofertas do serviço e da rede socioassistencial.

Esse momento deve **evitar um tom de correção direta** ou de hierarquização do saber técnico, priorizando a construção coletiva de entendimentos e o fortalecimento do vínculo entre usuários e serviço.

Ao final da acolhida coletiva, a(o) facilitadora(or) indica os possíveis **encaminhamentos e próximos passos**, seja para outras ações coletivas, seja para atendimentos particularizados, reforçando a continuidade do acompanhamento e a função do CRAS/CREAS como referência no território.

Avaliação e Encerramento

Para conduzir esse momento, a(o) facilitadora(or) pode utilizar perguntas orientadoras, como:

- O que vocês aprenderam de novo hoje?
- O que mais surpreendeu no que ouvimos e discutimos?
- Que informações vocês consideram importantes para compartilhar com outras pessoas ou famílias?
- O que vocês sugerem de informação ou atividade para as próximas acolhidas?

Durante a avaliação, é fundamental garantir um ambiente seguro e acolhedor, no qual todas as falas sejam respeitadas e valorizadas, reforçando o caráter coletivo do processo e o fortalecimento dos vínculos entre as(os) participantes e o serviço.

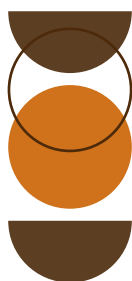
Fonte: Adaptação própria das consultoras de uma técnica apresentada no livro “Aprendendo a Ser e a Conviver” de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro (1999).



Rodas de Conversa

As Rodas de Conversa configuram-se como uma metodologia participativa de intervenção voltada à promoção da reflexão coletiva, da participação e da produção de sentidos a partir das experiências dos sujeitos. Não são palestras ou ações meramente informativas ao priorizarem a circulação da palavra, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento, em diálogo com a realidade social e histórica dos participantes.

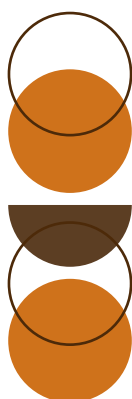
Segundo Afonso e Abade (2008), a Roda de Conversa é:



uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos (p. 19).

Do ponto de vista operacional, a Roda de Conversa caracteriza-se como uma intervenção pontual, estruturada de forma intencional, que articula conteúdos informativos e processos reflexivos, considerando o movimento grupal como elemento central. Conforme destacam as autoras, “não se trata de uma palestra ou uma aula, mas sim de um espaço para que as pessoas falem de seu cotidiano, tanto na esfera da vida privada como na pública”, favorecendo a implicação dos participantes com os temas abordados (AFONSO; ABADE, 2008, p. 22).

Essa metodologia parte do princípio de que o conhecimento é produzido coletivamente, a partir das vivências, saberes e experiências dos participantes. Nesse sentido, é fundamental que as Rodas de Conversa não se reduzam a exposições orais. Conforme aponta Brasil (2025a):



Importante que as rodas de conversa não sejam somente palestras, pois nesse caso, permanece cada um sozinho ouvindo e às vezes interagindo, sem a intenção de mobilizar as pessoas para de fato se implicarem com a questão que as afeta. Convidar especialistas para abordar temas de interesse das famílias pode ser uma ação promissora, desde que seguida por (...) momentos de reflexão crítica coletiva sobre o que foi abordado. Mesmo como uma ação pontual, importante considerar o grupo, os vínculos e o reconhecimento de suas vivências em comum (p.93) (grifo das autoras).

Assim, a Roda de Conversa deve ser compreendida como um dispositivo que valoriza a cultura local, o diálogo horizontal e a problematização da realidade, evitando a transmissão unilateral de conteúdo. Sua metodologia opera a partir da criação de condições dialógicas, reconhecendo que a participação exige cuidado técnico, manejo do grupo e atenção às desigualdades que atravessam as possibilidades de expressão dos sujeitos.

Nessa perspectiva, **o papel do profissional não é o de transmitir saberes prontos, mas de facilitar processos de reflexão, estimular a análise crítica da realidade e mediar a troca entre diferentes pontos de vista.** No âmbito do SUAS, a Roda de Conversa assume caráter formativo, participativo e emancipador, configurando-se como uma modalidade que articula participação, informação e reflexão crítica, contribuindo para o fortalecimento da autonomia, da cidadania e da coletivização das demandas, tanto no PAIF quanto no PAEFI.

A roda de conversa pode ser organizada de forma intersetorial, com a participação de profissionais de outras políticas e serviços do território, favorecendo o acesso a informações sobre direitos e o funcionamento da rede. Podem ser convidados, por exemplo, profissionais do INSS para orientar sobre o BPC e outros benefícios, equipes da saúde para tratar de vacinação e cuidados básicos, representantes da educação para dialogar sobre acesso e permanência em creches e escolas, além de iniciativas de segurança alimentar, como cozinhas comunitárias, que podem apresentar formas de acesso e funcionamento. Essa articulação amplia o repertório das famílias e fortalece o vínculo com os serviços.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- promover espaços democráticos de diálogo e participação social que promovam a reflexão e troca de informações;
- promover o acesso a informações relevantes sobre direitos socioassistenciais e outras políticas públicas, contribuindo para a ampliação das possibilidades de participação e incidência no território;
- estimular a troca de experiências e saberes entre usuários e comunidade;
- fortalecer vínculos comunitários e redes de apoio no território;
- favorecer a coletivização e a leitura social das situações vivenciadas;
- desenvolver ações de caráter preventivo, por meio da abordagem de temas como violência doméstica e familiar, trabalho infantil, insegurança alimentar e nutricional, vulnerabilidades relacionais, entre outros, contribuindo para a identificação precoce de situações de risco.

NO PAEFI:

- promover espaços protegidos de diálogo e participação, respeitando limites e tempos dos participantes;
- favorecer a reflexão crítica sobre direitos, proteção social e enfrentamento das violações;
- estimular a troca de experiências e saberes, sem exposição das situações individuais;
- fortalecer vínculos protetivos e relações de apoio entre pares;
- favorecer a coletivização cuidadosa das experiências, reconhecendo as violações como fenômenos relacionais, sociais, culturais e territoriais;
- ampliar o acesso a informações sobre direitos, o funcionamento do PAEFI, a rede de proteção e outras políticas públicas envolvidas;
- contribuir para a implicação gradual das(os) usuárias(os) no processo de acompanhamento;
- desenvolver ações com caráter informativo e preventivo, abordando temas relacionados às violações de direitos e às situações de risco social, sem substituir o trabalho de aprofundamento realizado em outras modalidades, como as oficinas.

Caminhos metodológicos

A realização de Rodas de Conversa exige planejamento intencional, postura ética e domínio técnico por parte da equipe responsável. Embora se configure como uma intervenção coletiva pontual, sua condução deve estar articulada aos objetivos do serviço e às demandas do território, evitando ações improvisadas ou desconectadas de processos mais amplos de acompanhamento e proteção social.

Do ponto de vista metodológico, as Rodas de Conversa fundamentam-se em princípios que orientam tanto a condução do grupo quanto às escolhas técnicas adotadas ao longo do processo. O **diálogo horizontal** constitui elemento central dessa modalidade, pressupondo o reconhecimento de todas as vozes como legítimas e a recusa de hierarquias rígidas no processo de construção do conhecimento. O profissional atua como facilitador do diálogo, criando condições para a circulação da palavra e para a escuta mútua, sem ocupar o lugar de detentor do saber.

A **problematização da realidade** orienta o conteúdo e a dinâmica das Rodas de Conversa. Mais do que transmitir informações, essa metodologia propõe a reflexão crítica sobre as condições sociais, as desigualdades e as estruturas que atravessam o cotidiano dos participantes. A partir dessa problematização, o grupo é convidado a construir leituras coletivas e a identificar possibilidades de ação frente aos desafios apresentados.

Outro aspecto metodológico fundamental refere-se à **valorização da cultura local**. As Rodas de Conversa partem do universo simbólico, linguístico e experiencial dos participantes, incorporando temas relevantes para o grupo e reconhecendo saberes construídos no território. Essa escolha confere sentido ao processo educativo e fortalece o vínculo dos participantes com a atividade.

Em termos operacionais, as Rodas de Conversa costumam ser **organizadas em três momentos articulados**:

- O primeiro refere-se à **preparação**, fase em que os participantes são acolhidos, o tema é apresentado e são construídas condições de confiança e interação. Podem ser utilizadas técnicas de sensibilização que despertem o interesse e estimulem a participação;
- O segundo momento corresponde ao **desenvolvimento do trabalho** propriamente dito. Nessa etapa, o grupo se dedica à discussão do tema proposto, podendo utilizar diferentes estratégias metodológicas, como debates orientados, dramatizações, colagens, jogos ou trabalhos em pequenos grupos. O foco está na troca de experiências e na reflexão coletiva, sempre relacionando o conteúdo abordado à realidade dos participantes;
- O terceiro momento consiste na **avaliação** do encontro. Os participantes são convidados a compartilhar impressões sobre o processo vivenciado e a identificar aprendizados e possíveis desdobramentos. Essa avaliação pode ocorrer de forma verbal ou por meio de recursos lúdicos e expressivos, contribuindo para consolidar o percurso realizado.

As Rodas de Conversa mostram-se especialmente potentes para a promoção dos direitos humanos e da cidadania, ao favorecerem a tomada de consciência, o fortalecimento da participação comunitária e a construção de vínculos solidários. O diálogo horizontal e a escuta ativa também contribuem para a mediação de conflitos e para a busca de soluções construídas coletivamente.

É fundamental que essa modalidade esteja articulada a outras ações e políticas públicas, reconhecendo seus limites enquanto intervenção pontual e seu potencial como disparadora de processos mais amplos. Como afirmam Afonso e Abade (2008, p. 6), “a luta pela dignidade humana remonta às origens da humanidade. Sim, a roda já foi inventada. Porém, por uma dialética que também é própria do ser humano, somos provocados a reinventá-la ‘nos trabalhos e nos dias’”.

Entre seus princípios destacam-se a horizontalidade e o diálogo, a problematização da realidade, a valorização da cultura local e o empoderamento coletivo voltado à transformação social. No nível individual, as rodas de conversa promovem autonomia e consciência crítica. No nível coletivo, fortalecem laços de solidariedade e impulsionam a ação coletiva. Como destaca Dantas (2010), constituem espaços de vivência democrática, nos quais se aprende a conviver com as diferenças e a valorizar a diversidade de pensamentos e experiências.

FLORES E PEDRAS PELO CAMINHO DO CUIDADO

"Já fui acusada de cuidar por interesse no dinheiro de quem cuido."



"A flor é ter a companhia, entender que não estou sozinha nos momentos difíceis e momentos queremos difíceis.
Cuidadores PMc."

"Eu parei a vida, pra dar conta máa mas hoje me vejo cheia de cicatrizes a mtgnos do dorgre seitas e não do gre do meus soffimentos."

Guardo as dores, pois as vezes não há espaço.

"Só ideias é quem sabe o que nos. Palavras cuidarda!"

"O medo disse: não tenho dó do seu marido, tenho dó da senhora é não vou ter força pra voce ficé ficar velhinha de pé..."



Meus filhos não lembram mais das datas.



Não cuidamos so do corpo, também

"Hos mimoi não qua me ter a mora."

"Quando ele adoeceu, todas se acolheram."



"Guardo as dores, pois às vezes não há espaço praia pra falar."

Ajudar dá muito trabalho.

O desgaste psicológico é tão intenso, escuto desabafos que me tiram o sono. Preciso de alguém pra trocar, senão não aguentei.

Bombril com mil usos é o com o leão que pula do círculo."

Créditos: Coletivo Articulando Redes

Exemplo de atividade

Atividade: Flores e Pedras no Caminho

Objetivos	• Favorecer o conhecimento mútuo entre as(os) participantes; • Promover a partilha de histórias de vida a partir de um tema central; • Fortalecer vínculos e valorizar memórias significativas; • Construir uma narrativa coletiva sobre vivências e trajetórias compartilhadas.
Sobre o tema central	A atividade deve ser construída em torno da metáfora de um caminho já percorrido, no qual flores e pedras representam experiências vividas. O tema central deve dialogar com o objetivo da Roda de Conversa e com a realidade do grupo. Alguns exemplos de temas possíveis: • Trajetórias de vida e ciclos, como: percurso da infância, juventude, vida adulta ou envelhecimento; • Identidade e/ou marcadores sociais (ser mulher, ser homem, ser pessoa LGBTQIA+), ser e/ou conviver com pessoas com deficiência; • Família e cuidado: o caminho do cuidar, relações familiares; • Território, comunidade: o encontro com o território, redes de apoio e solidariedade; • Trabalho e renda: o caminho do trabalho, experiências do desemprego, informalidade. A pergunta central que orienta a atividade é: “Quais foram as flores e as pedras na(o) [tema central]?” Embora a técnica tenha sido originalmente utilizada com grupos de mulheres, ela pode ser adaptada a diferentes públicos e contextos.
Materiais	• Rolo de papel kraft; • Canetas coloridas, marcadores e lápis de cor; • Post-its e fita adesiva.

Preparação do espaço

- Organizar o grupo em círculo, de modo a facilitar a escuta, o contato visual e a circulação da palavra;
- Estender o papel kraft no centro da roda, simbolizando o caminho que será construído coletivamente ao longo da atividade;
- Disponibilizar para cada participante um desenho de uma flor e de uma pedra. Em grupos maiores, podem ser utilizados post-its ou folhas A4 para posterior colagem no papel kraft;
- Garantir que todos os materiais estejam acessíveis antes do início da atividade.

Desenvolvi- mento

A Roda de Conversa tem início com a apresentação da proposta da atividade e do tema central. A(o) facilitadora(or) explica a metáfora que orienta a técnica, destacando que:

- As flores representam momentos, experiências, pessoas, aprendizados ou sentimentos positivos, potentes ou significativos vividos nesse caminho;
- As pedras representam dificuldades, desafios, barreiras ou situações dolorosas que marcaram o percurso.

Em seguida, cada participante é convidada(o) a se apresentar brevemente e a refletir sobre suas próprias flores e pedras relacionadas ao tema proposto.

A participação ocorre de forma voluntária, respeitando o tempo e o limite de cada pessoa. Não há obrigatoriedade de compartilhamento de experiências íntimas ou detalhadas.

À medida que as(os) participantes falam, a(o) facilitadora(or) registra no papel kraft os elementos trazidos pelo grupo, utilizando frases curtas, palavras-chave, desenhos ou símbolos. Em grupos maiores, os próprios participantes podem escrever em post-its ou folhas A4 e colar no kraft.

Para favorecer a reflexão e a circulação da palavra, podem ser utilizadas perguntas disparadoras ao longo da Roda, como:

- Que flores você reconhece nesse percurso, como momentos, pessoas, sentimentos ou aprendizados que fizeram o caminho valer a pena?
- Que pedras apareceram, como dificuldades ou situações que tornaram o trajeto mais desafiador?
- De que forma as flores e as pedras encontradas foram importantes nesse percurso?
- Há alguma pedra nesse caminho que você gostaria de transformar em flor?

Desenvolvimento

O papel da(o) facilitadora(or) é estimular a escuta, aproximar falas semelhantes e favorecer conexões entre as experiências compartilhadas, sem interpretar ou hierarquizar os relatos.

Ao final do compartilhamento, o grupo é convidado a observar o papel kraft e revisar coletivamente os registros realizados. Esse momento permite reconhecer a narrativa coletiva construída, identificar pontos comuns e valorizar a diversidade de trajetórias presentes na Roda.

A(o) facilitadora(or) pode destacar como flores e pedras aparecem de forma recorrente, reforçando a leitura coletiva das vivências e o fortalecimento dos vínculos grupais.

Avaliação e Encerramento

A avaliação da Roda de Conversa deve ser conduzida como um momento de fechamento coletivo, voltado à reflexão sobre a experiência vivenciada e aos sentidos construídos ao longo da atividade. Esse momento permite que as (os) participantes reconheçam os aprendizados, expressem sentimentos despertados pela partilha e identifiquem o valor da narrativa coletiva construída.

Para conduzir a avaliação, a(o) facilitadora(or) pode convidar o grupo a observar novamente o papel kraft, retomando as flores e pedras registradas, e propor algumas perguntas orientadoras, como:

- Como foi para vocês participar dessa roda e compartilhar suas histórias?
- O que mais marcou ou chamou a atenção no caminho construído pelo grupo?
- Que flores vocês levam desse encontro?
- O que essa roda ajudou a pensar ou repensar sobre o tema trabalhado?

Esse momento deve garantir a escuta respeitosa e o acolhimento das diferentes formas de participação, reconhecendo tanto as falas quanto os silêncios como expressões legítimas do processo.

No encerramento, a(o) facilitadora(or) retoma brevemente os principais elementos que emergiram na Roda, valorizando a diversidade de trajetórias, a força das experiências compartilhadas e os vínculos fortalecidos ao longo da atividade. Sempre que pertinente, podem ser indicados possíveis desdobramentos, como outras rodas, oficinas ou encaminhamentos no âmbito do serviço.

O fechamento deve reafirmar o espaço da Roda de Conversa como um lugar de diálogo, reconhecimento e construção coletiva, agradecendo a participação do grupo e reforçando a importância da presença e da escuta de cada pessoa no processo vivido.

6.1.3.

Oficinas

As oficinas como práticas grupais de intervenção foram sistematizadas no início dos anos 2000 por Lúcia Afonso, psicóloga e professora da UFMG, e ganharam ampla visibilidade pela variedade de usos, formas, técnicas, objetivos e contextos em que podem ser utilizadas. Logo que o SUAS foi criado e suas normativas construídas, essa metodologia passou a ser utilizada com as famílias. Em 2012, as Orientações Técnicas do PAIF indicaram que as atividades coletivas devem ser organizadas por meio de oficinas com famílias e ações comunitárias (BRASIL, 2012c).

A partir das experiências práticas e avanço da política, em 2025, as trilhas ampliaram as modalidades de atividade coletivas, que passaram a ser denominadas como pequenos grupos, ações comunitárias e arranjos participativos (BRASIL, 2025a). Dessa forma, as oficinas passaram a se constituir como uma modalidade de trabalho com pequenos grupos no PAIF, devendo também ser utilizadas no PAEFI. Compreendidas como processos que articulam vivência, reflexão e aprendizagem, as oficinas se organizam como espaços de construção coletiva de sentidos, nos quais o grupo é compreendido como mediador privilegiado das relações, do fortalecimento de vínculos e da produção de mudanças (AFONSO, 2015).

Nessa perspectiva, a oficina é uma estratégia de trabalho estruturada com pequenos grupos, organizada em torno de uma questão central e que utiliza técnicas grupais, atividades práticas, jogos e outros recursos como disparadores do processo coletivo. **Seu objetivo é favorecer a elaboração de produções simbólicas, o reconhecimento entre os participantes, a troca de saberes e a problematização de questões vividas no cotidiano.**

Baseada em metodologias participativas, a oficina se sustenta na produção coletiva de conhecimento a partir da experiência. Ao promover vínculos, favorecer a circulação da palavra e criar um espaço de compartilhamento, possibilita que as vivências sejam trabalhadas de forma conjunta. Nesse processo, a aprendizagem não ocorre pela transmissão de conteúdos prontos, mas pela implicação dos participantes com o tema, mobilizando modos de pensar, sentir e agir sobre a realidade.

Conforme destaca Lúcia Afonso (2015), a questão central que o grupo busca elaborar, situada em um determinado contexto social, envolve os participantes de forma integral, articulando reflexão, experiência e significados atribuídos às vivências. Assim, a oficina opera simultaneamente com informações, interpretações e sentidos construídos coletivamente, ampliando as possibilidades de compreensão e ação diante das situações vividas.

Não se trata, portanto, de uma prática voltada à clínica, mas de um espaço de elaboração compartilhada, ancorado nas experiências concretas dos participantes e orientado para a produção de novos sentidos e estratégias no enfrentamento do cotidiano.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- favorecer a convivência e o sentimento de pertencimento;
- promover a reflexão crítica sobre o cotidiano, as condições de vida e o acesso a direitos;
- possibilitar a construção de novas aprendizagens a partir da experiência e da troca de saberes;
- valorizar saberes populares e construir coletivamente estratégias de cuidado e enfrentamento das vulnerabilidades;
- estimular a participação, a organização coletiva e a incidência no território;
- apoiar processos de autonomia, ampliando a capacidade de análise, decisão e ação das famílias;
- favorecer a ressignificação de experiências vividas e a construção de novas formas de lidar com as situações do cotidiano.

No PAEFI:

- favorecer a elaboração coletiva de experiências de violência e ruptura, em condições protegidas e sem revitimização;
- promover a reflexão crítica sobre as situações de violação de direitos e seus determinantes sociais;
- possibilitar a construção de novas aprendizagens e estratégias de enfrentamento das situações vividas;
- fortalecer vínculos protetivos e redes de apoio;
- ampliar o acesso à informação sobre direitos, políticas públicas e formas de proteção;
- romper processos de isolamento, violência e estigmatização;
- apoiar a reconstrução da autonomia e da confiança nas relações;
- favorecer processos de ressignificação das experiências e de mudança nas formas de se relacionar, se posicionar e agir;
- coletivizar experiências de violação, reconhecendo-as como fenômenos sociais e territoriais.

Caminhos metodológicos possíveis

As oficinas no PAIF e PAEFI configuram-se como estratégias metodológicas potentes para a produção de vínculos, a ampliação da participação e a construção coletiva de sentidos sobre as experiências vividas pelas famílias e indivíduos.

Lúcia Afonso sistematizou os procedimentos metodológicos para a realização de oficinas, especialmente em Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial (2015), que orientam sua organização, condução e avaliação. Com base nessa sistematização, apresentam-se, a seguir, suas principais ideias, dialogando com o contexto do PAIF e do PAEFI.

A preparação da oficina exige um planejamento prévio, mas com flexibilidade para se ajustar às demandas do grupo. Esse planejamento envolve:

- definir um formato inicial para o grupo: quantos encontros serão realizados, se o grupo vai ser aberto ou fechado para novos participantes, se será um grupo homogêneo ou heterogêneo entre suas(seus) participantes (grupos diferenciados por gênero, faixa etária, território, demandas específicas ou experiências compartilhadas), bem como a periodicidade dos encontros e a duração;
- a definição do tema central a ser trabalhado, assim como os objetivos de cada encontro, em diálogo com a realidade do território e com os objetivos do serviço;
- a escolha dos recursos lúdicos e técnicas a serem utilizadas;
- a preparação do espaço físico, garantindo acolhimento, privacidade e condições adequadas de convivência;
- a definição de um contrato inicial com o grupo, que inclua o motivo da participação, combinados sobre horários, duração, frequência dos encontros, regras de convivência, sigilo e respeito à palavra.

Momentos da oficina

De acordo com a sistematização proposta por Lúcia Afonso (AFONSO, 2015; 2019), cada encontro da oficina deve ser estruturado em, pelo menos, três momentos básicos, que se articulam entre si:

Momento inicial

O momento inicial, também chamado de “quebra gelo”, tem como objetivo preparar o grupo para o trabalho do dia, favorecendo a chegada dos participantes e a criação de um clima de confiança. Pode ocorrer por meio de uma conversa de abertura, de uma atividade de aquecimento, de um exercício breve de sensibilização ou de um jogo ou brincadeira simples que ajude o grupo a se situar e “entrar” na proposta do encontro. Esse momento contribui para a ativação da participação e para o fortalecimento do vínculo grupal.

Momento intermediário

O momento intermediário concentra o núcleo do trabalho da oficina, sendo dedicado à reflexão e à elaboração do tema proposto. Deve envolver diferentes movimentos articulados:

- o uso de técnicas lúdicas, expressivas ou de sensibilização, que favoreçam a comunicação e a narrativa;
- a intervenção da palavra, por meio de conversas e discussões sobre sentimentos, ideias e experiências trazidas pelo grupo;
- a ampliação da reflexão para situações do cotidiano dos participantes, relacionando o tema da oficina às suas vivências concretas;
- a apresentação e análise de informações sobre o tema, sempre em diálogo com as experiências do grupo, evitando uma postura transmissiva ou impositiva.

Esse momento articula dimensões pedagógicas e terapêuticas, sem se configurar como terapia de grupo, uma vez que mantém foco delimitado e intencionalidade socioeducativa e psicossocial (AFONSO, 2015).

Momento de sistematização e avaliação

O momento final é dedicado à sistematização e avaliação do encontro, permitindo que o grupo reconheça sua produção, acompanhe o processo vivido e contribua para decisões sobre os próximos encontros. Pode incluir sínteses coletivas, registros simbólicos, avaliações orais ou outras formas de fechamento que façam sentido para o grupo.

Após cada encontro, é fundamental que a coordenação realize uma avaliação do processo, refletindo sobre as dimensões pedagógicas e psicossociais mobilizadas, as técnicas utilizadas e a própria condução do grupo.

A coordenação da oficina exerce um papel ativo, porém não intrusivo. O coordenador ou coordenadora atua como facilitador do processo grupal, ajudando a organizar conteúdos e relações emergentes, formulando perguntas, devolvendo falas ao grupo, sugerindo significados e propondo atividades, sempre respeitando o contrato estabelecido e a construção coletiva do conhecimento.

Nas oficinas, **as técnicas funcionam como linguagens mediadoras do trabalho grupal.** Elas favorecem a sensibilização, a comunicação, a expressão de sentimentos e ideias, o enfrentamento de conflitos e a comparação de diferentes pontos de vista. No entanto, conforme enfatiza Lúcia Afonso, o resultado do trabalho não decorre da técnica em si, mas do valor dialógico que ela assume no processo grupal. As técnicas são meios, e não fins, devendo ser utilizadas de forma consciente e podendo, inclusive, ser abandonadas quando não encontram ressonância no desejo ou nas necessidades do grupo (AFONSO, 2015).

Exemplo de atividade

Atividade: Oficina - Conhecendo melhor nossos direitos

Momento inicial/Quebra gelo: Conhecendo melhor quem cruza seu caminho

Objetivos	• Favorecer a integração entre as(os) participantes; • Promover aproximações, trocas e o fortalecimento dos vínculos de convivência; • Estimular a escuta, o diálogo e a curiosidade sobre as experiências e características de cada pessoa do grupo; • Desconstruir estigmas e estereótipos.
Materiais	• Papel A4 com as perguntas disparadoras; • Caixa de som.
Preparação do espaço	• Organizar o espaço de forma ampla, permitindo que todas(os) possam se movimentar livremente; • Retirar cadeiras ou obstáculos do centro da sala e garantir que o ambiente esteja seguro e ventilado;

Preparação do espaço

- A(o) facilitadora(or) pode colocar uma música leve e animada durante a técnica para deixar o clima descontraído e favorecer a interação.

Desenvolvimento

O momento do quebra gelo deve ser breve e descontraído. A técnica aqui proposta deve garantir o encontro entre os participantes de modo descontraído, sem inibir ou tensionar as pessoas.

- A(o) facilitadora(or) explica ao grupo que o objetivo da atividade é conhecer melhor quem caminha conosco no grupo, de forma leve e divertida;
- Peça para que todas(os) fiquem de pé e espalhadas(os) pelo espaço, observando o entorno e as pessoas à volta;
- Em seguida, orienta:

“Agora vamos nos movimentar pela sala e procurar pessoas que tenham algo em comum conosco. A cada pergunta que eu fizer, vocês vão se agrupar com aquelas pessoas que possuem as mesmas características que você, conversando e conhecendo um pouco mais umas(uns) às(aos) outros.”

- Durante a técnica, a(o) facilitadora(or) vai lendo ou dizendo as perguntas uma a uma, dando tempo para que o grupo se movimente, converse e troque brevemente entre si antes de passar para a próxima.

Alguns exemplos de perguntas:

Sobre características físicas:

- Procure quem tem a mão do mesmo tamanho que a sua;
- Procure quem calça o mesmo número de sapato que você;
- Procure quem está com a mesma cor de roupa que você.

Sobre vivências do cotidiano:

- Procure quem torce para o mesmo time;
- Procure quem tem a mesma formação, trabalho ou função;
- Procure quem mora na mesma rua, bairro ou regional;
- Procure quem demora o mesmo tempo que você para chegar até aqui.

Para que a pessoa se apresente ao grupo:

- Conte para a pessoa mais próxima o que você acredita ser sua maior potencialidade;

Desenvolvimento	• Conte para a pessoa mais próxima o que você não vive sem; • Conte para a pessoa mais próxima um sonho seu. • Discutir com o grupo as descobertas e percepções que surgiram: o que aprenderam umas(uns) sobre as(os) outras(os), o que os aproxima, o que os diferencia e o que os surpreendeu; • Promover reflexão coletiva sobre a atividade; • Estimular compartilhamento e escuta ativa. Ao final, reúna o grupo novamente em roda e convide para uma conversa sobre as descobertas e sensações durante a atividade. Algumas perguntas orientadoras: • O que descobrimos sobre quem caminha conosco no grupo? • Como foi se aproximar e conversar com pessoas diferentes? • Qual outra pergunta você faria? • De que forma podemos fortalecer o que nos une?
------------------------	---

Fonte: Adaptação própria das consultoras de uma técnica apresentada no livro “Aprendendo a Ser e a Conviver” de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro (1999).

Momento intermediário: Concordo, Discordo, Tenho Dúvida

Objetivos	• Estimular a reflexão crítica e a troca de informações; • Desconstruir desinformações; • Fortalecer a compreensão das famílias sobre seus direitos e responsabilidades.
Materiais	• 3 cartolinas coloridas, em cada uma delas escrito: Concordo; Discordo, Tenho Dúvidas.
Preparação do espaço	• Organizar o espaço para movimentação; • Garantir ambiente acolhedor e descontraído; • Distribuir no chão 3 espaços com os cartazes: ◦ Concordo ◦ Tenho Dúvida ◦ Discordo

Desenvolvimento

- Explicar que muitas informações falsas ou incompletas circulam sobre os serviços e benefícios do CRAS/CREAS – ou outro tema central de escolha da(o) facilitadora(or);
- Explicar que a(o) facilitadora(or) irá dizer algumas frases e cada pessoa deve se movimentar no espaço e se posicionar frente a conforme sua opinião:
 - Concordar, discordar ou ter dúvidas.
- A cada frase, abrir espaço para que participantes justifiquem sua escolha, promovendo o diálogo;
- A(o) facilitadora(or) deve intervir trazendo informações corretas, esclarecendo dúvidas e reforçando o diálogo.

Sugestões de afirmativas a serem feitas

Para o CRAS

- O CRAS é apenas para quem recebe o Bolsa Família;
- Qualquer pessoa que mora na área de referência pode procurar o CRAS para orientações e atendimentos;
- O CRAS distribui cesta básica todo mês para quem estiver cadastrada(o);
- O CRAS realiza acompanhamento das famílias e pode visitar os domicílios quando necessário;
- Quem procura o CRAS corre o risco de perder a guarda dos filhos;
- O CRAS é um espaço de acolhimento, escuta e orientação sobre direitos sociais;
- O CRAS atende apenas famílias em situação de extrema pobreza;
- O CRAS promove grupos, oficinas e atividades de convivência com a comunidade;
- O CRAS serve apenas para resolver problemas com o Cadastro Único;
- O CRAS ajuda as famílias a acessarem políticas públicas e fortalecerem seus vínculos;
- Quem faltar a uma atividade no CRAS pode ser excluído e nunca mais atendido;
- O CRAS pode encaminhar as famílias para outros serviços, benefícios e programas quando necessário;
- O CRAS apoia também pessoas idosas, pessoas com deficiência e famílias com crianças e adolescentes.

Desenvolvimento

Para o CREAS

- O CREAS existe apenas para punir famílias que “fizeram algo errado”;
- O CREAS é um serviço de proteção e cuidado para pessoas e famílias que tiveram direitos violados;
- Quem procura o CREAS corre o risco de perder a guarda dos filhos;
- O CREAS não retira guarda; ele acompanha e apoia as famílias na proteção de crianças, adolescentes e demais membros;
- O CREAS atende somente crianças e adolescentes;
- O CREAS atende famílias, indivíduos, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e outros grupos em situação de violação de direitos;
- O PAEFI é um atendimento parecido com terapia;
- O PAEFI é um acompanhamento psicossocial, mas não substitui atendimento clínico ou psicológico;
- Só quem é encaminhado pelo Conselho Tutelar pode ser atendido no CREAS;
- O acesso ao CREAS pode ocorrer por encaminhamento ou por procura espontânea;
- O CREAS serve apenas para “resolver problemas judiciais”;
- O CREAS atua de forma articulada com a rede de serviços e direitos, mas não é um órgão da Justiça;
- Quem está em acompanhamento no CREAS é obrigado a participar de todas as atividades;
- A participação nas atividades do PAEFI é construída com as famílias, respeitando tempos, limites e possibilidades;
- O CREAS trabalha apenas com atendimentos individuais;
- O CREAS também pode desenvolver atividades coletivas, grupos e ações no território;
- O CREAS existe só quando a situação já “estourou”;
- O trabalho do CREAS busca interromper ciclos de violência, fortalecer vínculos e apoiar a superação das violações;
- Falar com o CREAS significa “expor” a vida da família;
- O CREAS trabalha com sigilo, escuta qualificada e respeito às histórias das famílias.

Anotar em cartolina ou quadro os principais mitos e dúvidas levantadas pelo grupo, juntamente com as informações corretas. Promover

Desenvolvimento	reflexão coletiva sobre a atividade e estimular compartilhamento e escuta ativa. - Perguntas orientadoras: - O que vocês descobriram de novo sobre o CRAS? - Quais dúvidas ainda ficaram? - O que podemos levar dessa atividade para compartilhar com outras famílias?
------------------------	--

Fonte: Adaptação própria das consultoras de uma técnica apresentada no livro “Aprendendo a Ser e a Conviver” de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro (1999).

Momento de sistematização e avaliação: Palestra de uma palavra só

Objetivos	- Sistematizar coletivamente os conteúdos e experiências vividas ao longo da oficina; - Estimular a capacidade de síntese e expressão em grupo; - Promover escuta, atenção e construção coletiva de sentido; - Encerrar o processo de forma participativa, leve e energizante; - Celebrar o percurso vivido pelo grupo.
Materiais	Não são necessários materiais.
Preparação do espaço	- Organizar o espaço de modo que seja possível circular e formar uma grande roda; - Afastar cadeiras do centro da sala; - Garantir que todas as pessoas consigam ver e ouvir umas às outras.
Desenvolvimento	A(o) facilitadora(or) explica ao grupo que a atividade é um exercício de sistematização. O convite é colocar ideias, percepções e aprendizados em apenas uma palavra, construindo sentido de forma coletiva.

Desenvolvimento

Em seguida, pede que todas as pessoas se levantem de suas cadeiras e se aproximem do centro do espaço, criando proximidade com a pessoa facilitadora. Após esse movimento, a(o) facilitadora(or) orienta que o grupo se organize em duplas.

Cada dupla escolhe um tema livre e inusitado. Pode ser um tema absurdo, cotidiano ou imaginário, sem relação direta com a oficina. O objetivo é aquecer o grupo para a atividade.

A(o) facilitadora(or) explica a regra do exercício nas duplas. A conversa acontecerá como uma palestra, mas cada pessoa da dupla só pode falar uma palavra por vez. As palavras podem ser substantivos, verbos ou conectores, como *e, de, da, para, com, então*. O importante é que as palavras criem conexão e sentido entre si.

As duplas começam a conversar, alternando as falas, construindo frases e pequenos parágrafos orais. Esse momento tende a gerar riso, engajamento e leveza, ajudando o grupo a entrar na lógica da proposta.

Depois de alguns minutos, quando o grupo já estiver aquecido, a(o) facilitadora(or) pede que todas as pessoas retornem para uma única roda.

Com o grupo reunido, a(o) facilitadora(or) anuncia a segunda etapa da técnica. Agora a palestra de uma palavra só será feita coletivamente, com todas as pessoas do grupo.

O tema da palestra passa a ser o encerramento e a avaliação da oficina realizada. No exemplo desta oficina sobre “Conhecendo melhor os nossos direitos”, a(o) facilitadora(or) pode propor uma frase disparadora para iniciar a palestra, como: *“Hoje eu entendi que meu direito é...”*.

A partir dessa frase inicial, a palavra passa de pessoa em pessoa na roda. Cada participante contribui dizendo apenas uma palavra, dando continuidade à palestra coletiva.

O grupo segue até que todas as pessoas tenham falado. A(o) facilitadora(or) acompanha o fluxo e, ao final da última palavra, faz o fechamento da palestra. Após a última fala, a(o) facilitadora(or) celebra o momento vivido, convidando o grupo a bater palmas, reconhecer o percurso construído e valorizar a produção coletiva.

O encerramento pode ser feito com uma breve fala de agradecimento, reforçando que a palestra construída em conjunto representa a sistematização do processo, os aprendizados e as vozes que atravessaram o dia. Assim, a atividade se encerra como um gesto simbólico de fechamento, síntese e celebração do caminho percorrido.

Fonte: Adaptação própria das consultoras de uma técnica apresentada no curso “Jogos de Escuta - Um mapa para a facilitação brincante” ministrado por Cláudio Thebas em 2022.



Fonte: Coletivo Articulando Redes



6.1.4.

Grupos Operativos

O conceito de Grupo Operativo, desenvolvido por Enrique Pichón-Rivière na década de 1940, refere-se a um conjunto de pessoas que compartilham um espaço e tempo comuns, dedicadas a uma tarefa específica, seja ela explícita ou implícita na dinâmica grupal (1998). Os participantes constroem entre si representações mútuas e interagem a partir dessas relações, o que dá sentido ao grupo e orienta seu funcionamento. Os grupos operativos partem da compreensão de que os sujeitos se constituem nas relações e que o grupo é um espaço privilegiado para tornar visíveis conflitos, vínculos, papéis, resistências e possibilidades de transformação.

O grupo tem uma tarefa externa, delimitada pelos objetivos concretos propostos pelo grupo, e uma tarefa interna, ligada às questões relacionais, afetivas e emocionais do grupo entre si. A tarefa externa pode ser tanto uma ação a ser desenvolvida pelo grupo (como um mutirão, um trabalho socioeducativo no território, mobilização comunitária, atividade cultural, produção de material informativo, etc) como também um produto da dinâmica do processo grupal (a reflexão acerca de um tema, o compartilhamento de informações, a manutenção do grupo e o processo de aprendizagem). Para cumprir a tarefa externa, o grupo precisa se conhecer, criar vínculos, construir um processo de confiança, se relacionar, processo que ele chama de tarefa interna. Então, para ser “operativo”, o grupo precisa equilibrar as suas tarefas internas e externas, isto é, seus objetivos concretos, e sua relação interna (AFONSO, 2015).

No SUAS, os grupos operativos se afirmam como uma estratégia para a leitura das condições sociais que atravessam a vida das famílias e dos territórios. O foco está tanto na tarefa coletiva, entendida como o eixo organizador do grupo e mediadora da produção de sentido, da cooperação e da mudança, quanto na tarefa interna, relacionada aos processos vividos pelo próprio grupo.

Nesse contexto, os grupos operativos se tornam um recurso potente no PAIF e no PAEFI para enfrentar processos de isolamento, passividade e naturalização das desigualdades, favorecendo a construção de vínculos, o reconhecimento mútuo e a ampliação da capacidade coletiva de análise e ação. Contribuem, assim, para o fortalecimento da autonomia por meio da convivência, da ação coletiva e do sentido comum que produzem.

A tarefa externa deve ser construída a partir do cotidiano da comunidade, podendo envolver, por exemplo, a resolução de problemas relacionados ao território, como a questão do lixo, a construção de estratégias de cuidado comunitário, a elaboração

de experiências de violência ou a reflexão sobre direitos. Trata-se de uma tarefa que não se configura como atividade fechada, mas como um problema coletivo a ser trabalhado.

O papel da equipe facilitadora é favorecer a circulação da palavra, a reflexão coletiva e a construção de sentidos compartilhados, mantendo atenção aos vínculos e aos papéis assumidos pelos participantes. Durante o processo grupal, emergem alianças, silêncios, resistências e lideranças, que precisam ser compreendidos como parte do movimento do grupo.

Os grupos operativos frequentemente demandam articulação com outros equipamentos da rede e podem exigir uma atuação mais direta no território. Os conteúdos e demandas que emergem nesses espaços devem estar articulados ao acompanhamento familiar, às ações comunitárias e ao trabalho em rede.

As oficinas com ênfase na ação, propostas no caderno do PAIF (2012c), apresentam proximidade com essa modalidade, por estarem voltadas à mobilização, à produção coletiva e ao enfrentamento concreto de problemas no território, contribuindo para processos de mudança social.

Dica de material

Uma prática lúdica para trabalhar com grupos no SUAS

A live "CONVERSA POTENTE - Uma prática lúdica para trabalhar papéis emergentes nas ações coletivas do SUAS" foi desenvolvida por Ana Pincolini, tendo como convidado o Coletivo Articulando Redes e apresenta a experiência do jogo O Grupo Em Cena, uma prática lúdica para o trabalho com grupos no SUAS, com foco na participação, no vínculo e na construção coletiva.

A proposta utiliza recursos lúdicos e dispositivos de facilitação para estimular a fala, a escuta e o engajamento dos participantes, criando um ambiente mais horizontal e acolhedor. A metodologia valoriza a circulação da palavra, o protagonismo dos usuários e a construção de sentidos a partir das experiências vividas.

Assista à live completa em:

<https://www.youtube.com/watch?v=Icxi5NgjOcU>



clique aqui

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- favorecer a leitura coletiva das vulnerabilidades e potencialidades vividas no território;
- ampliar o acesso à informação e aos direitos;
- estimular o apoio mútuo, a organização coletiva e a construção de respostas compartilhadas;
- mobilizar os participantes para a incidência no território, a partir da identificação de problemas comuns e da construção de estratégias coletivas de enfrentamento;
- fomentar a criação e o fortalecimento de ações comunitárias voltadas à melhoria das condições de vida no território;
- fortalecer a autonomia pessoal, familiar e coletiva;
- transformar demandas individuais em temas coletivos de reflexão, mobilização e ação.

No PAEFI:

- possibilitar a elaboração coletiva de experiências de violência e violação de direitos, sem revitimização;
- romper processos de isolamento e silêncio associados ao sofrimento;
- fortalecer vínculos protetivos e redes de apoio;
- apoiar a reconstrução de projetos de vida e de confiança nas relações;
- favorecer a compreensão crítica das condições sociais e institucionais que produzem as violações.

Em ambos os serviços, o grupo operativo complementa o acompanhamento particularizado ou familiar, oferecendo um espaço coletivo de elaboração, reconhecimento e fortalecimento.

Caminhos metodológicos possíveis

Nem sempre a tarefa externa se expressa exclusivamente por uma ação material imediata, mas está sempre orientada para uma finalidade concreta construída pelo grupo, que articula reflexão e ação no território. Essa tarefa pode envolver, por exemplo, a construção de um material informativo, a organização de uma ação comunitária, a mobilização em torno de um problema local ou a definição de

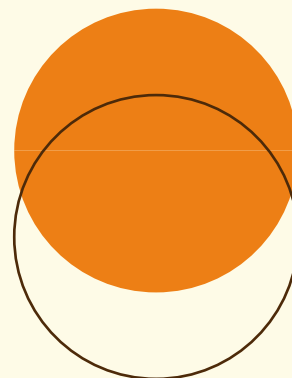
estratégias coletivas de enfrentamento. Diferentemente de outras modalidades, o grupo operativo se estrutura a partir de uma tarefa que convoca o grupo à ação, ainda que esta se desdobre em diferentes níveis e tempos.

Nesse sentido, o grupo operativo configura-se como uma modalidade especialmente potente para processos de mobilização, intervenção e fortalecimento comunitário. Esse movimento se produz à medida que o grupo se apropria do conhecimento sobre seu território, reconhece suas potencialidades e desafios e constrói respostas coletivas para as demandas identificadas.

Por meio da análise crítica das condições de vida e das desproteções presentes na comunidade, os participantes desenvolvem um olhar mais estratégico para a incidência no território, consolidando redes de apoio e acionando referências institucionais e sociais para a garantia de direitos. O levantamento de riscos e potencialidades fortalece a organização coletiva, ampliando a capacidade do grupo de enfrentar adversidades e construir ações que produzam efeitos concretos em seu contexto.

A seguir, será apresentada uma sugestão de sequência metodológica para o desenvolvimento do grupo operativo, passível de adaptação à realidade do território, do público atendido e do serviço em que se insere (PAIF ou PAEFI). A proposta³ organiza-se a partir de uma lógica de aprofundamento progressivo do processo grupal, ao mesmo tempo em que preserva um percurso comum, descrito nos itens a seguir. Para essa proposta é necessária a realização de quatro a oito encontros com um grupo de famílias e indivíduos dos territórios referenciados pelo CRAS e pelo CREAS que já apresentem algum nível de envolvimento comunitário ou potencial para participação. Esse potencial pode ser identificado ao longo dos acompanhamentos familiares, dos atendimentos, das visitas domiciliares ou da circulação cotidiana da equipe no território. As pessoas são convidadas a participar de um grupo voltado à construção coletiva de ações que possam produzir melhorias para a comunidade ou para um determinado grupo social. Nesses encontros poderão ser seguidos os passos abaixo descritos:

³ A sugestão aqui apresentada foi criada e desenvolvida pelo Coletivo Articulando Redes, em um processo de intervenção em três CRAS do município de Belo Horizonte em 2018. A experiência foi relatada no artigo Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes (SAADALLAH, M. MARRA, M. MIRANDA, T. 2019).



1º momento “EU” Reconhecimento das trajetórias individuais	O primeiro momento marca o início da trajetória grupal. A apresentação individual é estimulada para que cada participante possa se localizar no coletivo, compartilhar aspectos de sua história e expressar expectativas em relação ao grupo. A escuta ativa e o reconhecimento das experiências individuais são fundamentais para a construção da confiança mútua e para a criação de um ambiente seguro e acolhedor.
2º momento “EU NO GRUPO” A singularidade em relação	A segunda etapa promove a reflexão sobre as individualidades dentro do contexto coletivo. São exploradas as habilidades, talentos e potencialidades que cada pessoa traz para o grupo, bem como os receios e desafios que podem surgir na convivência grupal. O objetivo é possibilitar um espaço de reconhecimento e valorização mútua, incentivando a participação ativa.
3º momento “O GRUPO” Construção da identidade coletiva	Com os vínculos iniciais estabelecidos, o grupo passa a trabalhar a construção de sua identidade coletiva. Aqui, são trabalhadas as relações horizontais, o sentimento de pertencimento e a definição de objetivos comuns. Os participantes começam a compreender que a força do grupo reside na colaboração e na capacidade de atuação conjunta e, assim, no grupo vão sendo construídas identidades coletivas reforçando o vínculo, o sentimento de nós e de pertencimento.
4º momento “O TERRITÓRIO” Leitura compartilhada da realidade	O território torna-se o eixo da reflexão. Considerando que os participantes compartilham um espaço de vida e uma realidade social marcada por desafios comuns, são identificadas vulnerabilidades, riscos e potencialidades do território, seja ele físico ou a partir de uma temática em comum que o grupo compartilhe. A política pública é apresentada como referência para compreender os recursos institucionais existentes, os direitos assegurados e as formas de acesso à rede de proteção social.

5º momento “O GRUPO NO TERRITÓRIO” Análise crítica e coletivização das demandas	A relação do grupo com o território é a reflexão dessa etapa. O grupo passa a analisar criticamente sua inserção no território, debatendo riscos, oportunidades e problemas que podem ser enfrentados de forma coletiva. As demandas individuais são progressivamente coletivizadas, permitindo que o grupo compreenda as violações e vulnerabilidades como fenômenos sociais e territoriais, e não como falhas pessoais. A partir dessa análise, busca-se desenvolver estratégias de ação para transformar a realidade social.
6º momento “POTENCIALIDADES GRUPAIS” Protagonismo e capacidade de ação	Neste momento, são fortalecidas as capacidades do grupo enquanto agente coletivo de transformação. Os participantes refletem sobre o que podem fazer juntos, mobilizando saberes, vínculos e recursos locais. O protagonismo é incentivado, reforçando a responsabilidade compartilhada e o engajamento com mudanças possíveis no território.
7º momento “TERRITÓRIO EM REDE” Articulação e ação coletiva	A etapa final articula o grupo com os diferentes equipamentos, políticas públicas, organizações da sociedade civil, coletivos, lideranças comunitárias e iniciativas locais. A proposta é que o grupo construa, de forma conjunta, uma ação coletiva considerada relevante, que pode assumir diferentes formatos: mobilização comunitária, atividade cultural, ação socioeducativa, produção de material informativo, fortalecimento de um coletivo local ou mesmo a constituição de uma associação. Essa ação concretiza a tarefa externa do grupo, entendida não apenas como resultado material, mas como processo de aprendizagem, mobilização e intervenção no território. Assim, o Grupo Operativo, no PAIF e no PAEFI, possibilita a criação de um espaço de troca e pertencimento, a partir da produção de ações coletivas com sentido, articuladas ao território e à rede de proteção social.



Exemplo de atividade

Atividade: Minha comunidade hoje X Minha comunidade como a quero

Objetivos

- Estimular a reflexão sobre a comunidade e o território em que vivem;
- Identificar desafios, potencialidades e desejos coletivos;
- Promover o fortalecimento dos vínculos comunitários;
- Localizar o grupo em um contexto específico, ampliando seu olhar e suas possibilidades de ação.

Sobre o tema central

A atividade aqui proposta é uma sugestão a ser utilizada na sequência metodológica para o desenvolvimento de um grupo operativo para fortalecimento comunitário, apresentada acima. Ela pode ser utilizada para trabalhar os temas referentes ao quarto e quinto momento da sequência **proposta: “TERRITÓRIO” – Leitura compartilhada da realidade, e “O GRUPO NO TERRITÓRIO” – Análise crítica e coletivização das demandas.**

O tema central da atividade é a **leitura coletiva do território como espaço vivido, relacional e histórico**, considerando tanto as condições concretas da comunidade no presente quanto os desejos, expectativas e projetos coletivos para o futuro. A proposta busca favorecer a passagem da percepção individual para uma compreensão

Sobre o tema central	compartilhada da realidade comunitária, articulando problemas, potencialidades, estigmas e riquezas do território. No contexto do grupo operativo, essa atividade contribui para o aprofundamento do processo grupal ao estimular a análise crítica da realidade, a identificação de elementos comuns nas experiências dos participantes e a construção de sentidos coletivos sobre a vida comunitária. Ao colocar em diálogo a “comunidade que temos” e a “comunidade que queremos”, o grupo é convidado a reconhecer que as transformações desejadas não dependem apenas de fatores externos, mas também da organização, da participação e das ações coletivas possíveis no território. A construção simbólica da “ponte” entre a realidade atual e o território desejado expressa a possibilidade de transformar a reflexão em possibilidade de ação, fortalecendo o sentimento de pertencimento, os vínculos comunitários e a corresponsabilização dos participantes na construção de caminhos coletivos de mudança.
Materiais	• Papel A4 colorido ou cartolina; • Canetinhas coloridas, lápis de cor ou giz de cera; • Tesoura, cola; • Outros materiais opcionais (revistas e jornais para recortes, tecido, retalhos, adesivos etc.).
Preparação do espaço	• Posicionar as pessoas em roda de forma que possam ver umas às outras; • Garantir que haja um espaço de parede ou painel para fixar as produções e construir a “ponte” entre as duas cartolinas (a da realidade e a do sonho).
Desenvolvimento	• Explicar que a atividade tem como proposta pensar o território em que vivem — como ele é hoje e como gostariam que fosse; • Caso o grupo seja pequeno (até 15 pessoas), a atividade pode ser feita individualmente. Para grupos maiores, dividir em subgrupos de até 5 pessoas; • Cada participante ou subgrupo deverá construir duas colagens: ◦ Primeira cartolina: representar a comunidade atual, com suas características, pessoas, paisagens, problemas, estigmas e potencialidades;

Desenvolvimento	◦ Segunda cartolina: representar o território desejado — como gostariam que fosse, seus sonhos e esperanças para o futuro; • Após a confecção, cada grupo apresenta suas colagens e as fixa na parede, deixando um espaço no meio que simbolize a distância entre a realidade e o sonho Em seguida, propor uma conversa sobre o que é preciso para diminuir essa distância, refletindo sobre ações, mudanças e caminhos possíveis. A partir das ideias do grupo, construir uma ponte simbólica entre as cartolinas, representando as estratégias e compromissos coletivos. Para esse momento, trazer reflexões como: • O que aparece de mais forte na comunidade de hoje? • Quais são as maiores riquezas e os maiores desafios do nosso território? • O que não pode faltar na comunidade dos sonhos? • Que ações, mudanças ou atitudes ajudariam a aproximar a realidade do sonho? • Que papel cada uma(um) de nós pode ter nessa construção.
Avaliação e Encerramento	• Promover reflexão coletiva sobre a atividade; • Estimular compartilhamento e escuta ativa; • Perguntas orientadoras: ◦ O que aprendemos sobre nossa comunidade com essa atividade? ◦ Como podemos fortalecer as pontes entre o que temos e o que desejamos? ◦ O que cada pessoa leva dessa experiência? ◦ Qual é o caminho para o próximo encontro? • Criar um ambiente seguro e acolhedor.

Fonte: Adaptação própria das consultoras de uma técnica apresentada no livro “Aprendendo a Ser e a Conviver” de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro (1999).



6.2. Ações Comunitárias

Seguindo a tipificação de modalidades do trabalho coletivo definido nas Trilhas para o Trabalho Social com Famílias e Territórios, as ações comunitárias se apresentam como uma das modalidades de trabalho coletivo.

Pensar ações comunitárias na política de assistência social implica deslocar a atuação dos serviços para além das unidades socioassistenciais, reconhecendo o território como espaço vivo de relações, disputas, circulação, estudo e produção. Atuar de forma comunitária não se limita a receber as famílias no CRAS ou no CREAS, mas envolve ocupar o território, estar presente em seus espaços cotidianos, dialogar com seus modos de organização e construir intervenções com a comunidade, e não apenas para ela.

No PAIF, as ações comunitárias se materializam por meio de iniciativas que promovem a mobilização social, a comunicação comunitária, o fortalecimento dos vínculos e a organização coletiva no território. Essas ações podem ocorrer em praças, escolas, associações de bairro, espaços culturais, feiras, ruas e outros locais de circulação da vida comunitária, ampliando o alcance do serviço e favorecendo a participação de famílias que, muitas vezes, não acessam espontaneamente a unidade. Conforme orienta as Orientações técnicas do PAIF, as ações comunitárias possuem caráter coletivo, mobilizam diferentes grupos do território em torno de objetivos

comuns e buscam fortalecer o sentimento de coletividade, o protagonismo comunitário e a participação cidadã (BRASIL, 2012c).

No PAEFI, a atuação territorial também é essencial. O CREAS, ao lidar com situações de violação de direitos e rupturas de vínculos, precisa compreender como essas violências se expressam em diferentes territórios e quais respostas comunitárias são acionadas, ou poderiam ser fortalecidas, diante dessas situações. Mesmo com uma atuação regional ou municipal, o trabalho do PAEFI não pode se dar de forma descolada do território onde a família vive, do cotidiano que se apresenta para ela, pois é onde se manifestam tanto os riscos quanto às redes de apoio disponíveis.

Nas ações comunitárias, é importante considerar as diferenças e complementaridades entre CRAS e CREAS. O CRAS tem presença contínua no território e conduz o trabalho preventivo e de fortalecimento de vínculos na proteção básica. O CREAS, ao realizar ações no território, o faz a partir das situações de violação acompanhadas, com objetivo de compreender melhor as condições de vida das famílias, articular a rede local, participar de atividades comunitárias e coletivizar demandas que chegam de forma individual ao serviço. Sempre que possível, essas ações devem ser realizadas em diálogo com o CRAS de referência, evitando sobreposição de funções e fortalecendo a atuação conjunta. A presença do CREAS no território não substitui o trabalho da proteção básica, mas contribui para qualificar a leitura das desproteções, identificar recursos comunitários e construir respostas articuladas, especialmente em áreas com maior incidência de violações ou com menor cobertura de serviços.

Atuar no território também significa reconhecer e fortalecer processos já existentes de organização comunitária: grupos de moradores, coletivos culturais, associações, movimentos locais e referências comunitárias constroem, cotidianamente, respostas às dificuldades vividas no território. A atuação socioassistencial, nesse sentido, não parte do zero, mas se insere nessas dinâmicas, apoiando, articulando e potencializando iniciativas que já produzem proteção social, ainda que de forma informal. Como aponta Góis (2008), é no meio comunitário que se constroem processos de identificação, pertencimento e cooperação, fundamentais para a superação de trajetórias marcadas pela individualização e pelo isolamento social.

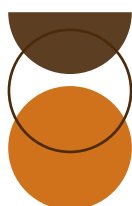
Assim, realizar ações comunitárias na assistência social é assumir uma postura que reconhece o território como espaço de intervenção, de articulação e de produção de proteção social. Isso significa construir ações que ocupem o território, dialoguem com suas dinâmicas e fortaleçam a capacidade coletiva de enfrentar vulnerabilidades e violações, ampliando a presença da política pública onde a vida acontece.

A seguir, serão apresentadas as modalidades propostas nas atuais orientações técnicas, destacando seus objetivos e possibilidades de utilização.



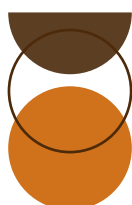
Mobilização de coletivos

A mobilização é um processo contínuo, que se produz no cotidiano do trabalho social, em todas as situações em que se lida com a comunidade, suas demandas e suas potencialidades. Com frequência, a mobilização é associada a ações pontuais ou a eventos específicos, e seu êxito costuma ser medido pela quantidade de pessoas presentes nas atividades. Essa compreensão, no entanto, reduz a mobilização a um momento isolado e desconsidera o conjunto de relações, escolhas e condições que a sustentam ao longo do tempo. Por mobilização social entende-se:



(...) a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação à determinada causa de interesse público. (HENRIQUES, 2004, p. 36)

Na prática do SUAS, a mobilização acontece a todo momento: na chegada à unidade, na forma como se realiza a acolhida, na presença das equipes no território, na maneira como a unidade se apresenta no território e se relaciona com a comunidade, durante as atividades coletivas e no que permanece após elas.



(...) a mobilização social está na esfera política da coletividade, está relacionada com o sujeito coletivo que assume seu lugar no controle da ação do Estado e da própria sociedade sobre os indivíduos, grupos, minorias, comunidades e população em geral. (GÓIS, 2008, p. 75)

Em cada encontro, há efeitos produzidos - estamos mobilizando ou desmobilizando. Gestos, palavras, posturas institucionais, tempos de escuta e formas de organização comunicam sentidos e influenciam diretamente a disposição das pessoas em se aproximar, permanecer ou se afastar dos processos coletivos.

É fundamental reconhecer que a participação não é uma obrigação, mas uma escolha. Cada pessoa decide, a partir de suas condições de vida, experiências anteriores e expectativas, se deseja ou não se envolver em determinada proposta. Por isso, mobilizar é “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.” (TORO; WERNECK, 2004, p. 5). Trata-se de criar condições para que as pessoas tenham interesse em participar, se sintam reconhecidas, respeitadas e implicadas nos processos que lhes dizem respeito.

Convocar vontades exige atenção às relações construídas no cotidiano, coerência

entre discurso e prática, e abertura para lidar com recusas, silêncios e tempos distintos de envolvimento. **A mobilização social, nesse sentido, não se impõe nem se garante por instrumentos formais; ela se constrói a partir da confiança, dos vínculos, da escuta e do reconhecimento da autonomia dos sujeitos. É nesse movimento, marcado por avanços e limites, que os processos coletivos ganham consistência e podem se sustentar no território.**

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- Fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- Superar a individualização das demandas;
- Promover a convivência e o pertencimento;
- Ampliar o acesso à informação e aos direitos;
- Estimular a participação social;
- Prevenir situações de risco e de violação de direitos.

No PAEFI:

- Fortalecer redes locais de proteção, articulando serviços, políticas e atores do território;
- Ampliar a circulação de informações sobre direitos e proteção;
- Contribuir para a prevenção de violações de direitos, a partir da mobilização comunitária;
- Evitar a individualização e o isolamento das situações de violência;
- Apoiar processos de reconstrução de vínculos e de proteção social.

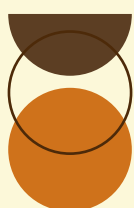
Caminhos metodológicos possíveis

A mobilização de coletivos no âmbito do PAIF e PAEFI não se inicia de forma espontânea nem se sustenta apenas pela convocação pontual de atividades. Ela exige escolhas metodológicas que considerem o território, as relações já existentes e as condições concretas de trabalho das equipes. Entre esses caminhos, o **mapeamento**

socioterritorial se apresenta como ponto de partida fundamental. Mapear referências comunitárias, movimentos sociais, grupos organizados, associações de bairro e unidades públicas permite compreender como o território já se organiza, quais redes estão ativas e onde existem os ativos e os riscos. Esse mapeamento deve ser entendido como processo contínuo de aproximação, escuta e reconhecimento das dinâmicas locais. Tendo em vista que o território é um espaço vivo, de relações, dinamicidade e transformações, o mapeamento nunca se encerra, devendo sempre ser alimentado por novas informações.

Outro caminho é a **articulação com outras políticas públicas e com diferentes espaços do território**. As famílias atendidas pelo PAIF e PAEFI circulam por múltiplos serviços - saúde, educação, cultura, esporte, trabalho - e constroem suas vidas a partir dessa sobreposição de políticas. A mobilização se fortalece quando a política de assistência social atua de forma articulada com outras políticas, promovendo ações conjuntas, trocas de informações e estratégias compartilhadas. Essa articulação amplia o alcance das ações, evita sobreposição de esforços e contribui para que as famílias percebam o território como uma rede integrada de proteção e direitos.

A mobilização também depende da forma como a informação circula. A divulgação das ações, quando realizada de maneira acessível, participativa e contextualizada, contribui para ampliar o envolvimento das famílias e dos coletivos. O uso de estratégias de comunicação popular, como cartazes construídos com os usuários, convites presenciais, rodas de conversa, uso de espaços comunitários, redes locais e linguagens próximas da realidade do território, fortalece o vínculo entre serviço e comunidade. Mais do que informar datas e horários, **comunicar é produzir sentido**, criar identificação e favorecer que as pessoas se reconheçam como parte dos processos coletivos.



E a comunicação se apresenta como fator central na mobilização social. É ela quem transita questões da vida privada para a esfera pública através do compartilhamento de discursos, visões e informações, acionando identidades, coletivizando causas, promovendo engajamento e fortalecendo vínculos. (XAVIER; FARIA, 2015, p. 7)

Esses caminhos metodológicos não se esgotam em si mesmos e tampouco garantem resultados imediatos. Trata-se de processos que exigem continuidade, coerência e abertura para ajustes permanentes. Ao investir no mapeamento, na articulação intersetorial e na **comunicação popular**, o PAIF e o PAEFI ampliam suas possibilidades de mobilização, fortalecendo práticas coletivas que dialogam com a realidade do território e com a função protetiva da política de assistência social.



Exemplo de atividade

Atividade: Áudio-Convite

Objetivos

- Comunicar uma mensagem de forma acessível, dinâmica e inclusiva;
- Incentivar o debate, a troca e o compartilhamento de informações;
- Diversificar as formas de acesso e potencializar a mobilização.

Sobre o tema central

O áudio-convite é uma possibilidade de estratégia para mobilizar a comunidade seja para uma atividade, uma ação, uma oficina ou, até mesmo, na divulgação de uma informação. Áudios curtos, com linguagem clara e convidativa, contribuem para ampliar o alcance da mobilização e facilitar o compartilhamento entre moradores. O ideal é que os áudios sejam apenas um convite para um encontro mais elaborado, de discussão e debate sobre os temas, por isso, as informações precisam estar bem organizadas.

Sugestões de temas a serem desenvolvidos:

- Convite para encontro para conversar sobre direitos das famílias no território;
- Convite para encontro para trocar informações sobre assegurancas socioassistenciais, os benefícios e serviços disponíveis;
- Convite para encontro para dialogar sobre violência no território e formas de proteção;
- Convite para ação no território;
- Convite para agenda da acolhida coletiva.

Materiais

O áudio-convite pode ser elaborado de forma simples, utilizando o próprio aplicativo WhatsApp, por meio da função de gravação de áudio.

Quando houver interesse em construir um convite mais elaborado, por exemplo, reunindo diferentes vozes da comunidade, depoimentos, trechos de falas ou informações complementares, é possível utilizar aplicativos de edição de áudio simples e gratuitos, que permitem juntar, cortar e organizar diferentes gravações em um único arquivo. Esse tipo de produção pode fortalecer o caráter participativo do convite, valorizar as vozes do território e tornar a mensagem mais atrativa e identificável para o público-alvo.

Para a circulação do áudio-convite na comunidade é importante contar com a parceria das redes locais em sua divulgação, compartilhando em grupos de WhatsApp, como também utilizando-se dos espaços dos equipamentos públicos, como nas salas de espera. Além disso, a possibilidade do uso do carro-de-som e moto-som para circular dentro do território faz com que a capilaridade do convite seja maior.

Desenvolvi- mento

Para a construção do áudio-convite, o primeiro passo é definir o conteúdo da mensagem, ou seja, para qual encontro, ação ou atividade a comunidade está sendo convidada. Essa definição orienta todo o restante da comunicação e ajuda a tornar o convite objetivo e compreensível.

A partir disso, é importante organizar previamente as informações essenciais que precisam constar no áudio, de modo que quem escuta consiga entender o convite sem necessidade de complementações. Recomenda-se que o áudio apresente, de forma simples e direta:

- **Quem está convidando**, identificando o serviço, grupo ou pessoas envolvidas, o que contribui para aproximar quem fala de quem escuta;
- **Para o que está sendo convidado**, indicando se é sobre um encontro, oficina, atividade coletiva ou ação comunitária;
- **A data e o horário** em que a atividade será realizada;
- **O local**, preferencialmente com referências conhecidas do território;
- **Os objetivos da ação**, explicando brevemente o motivo do encontro e porque a participação é importante;
- **Um contato para mais informações**, como telefone ou WhatsApp do serviço ou da equipe responsável.

Além disso, é recomendável que o áudio seja curto, com linguagem acessível e tom convidativo, evitando termos técnicos e priorizando uma comunicação próxima do cotidiano das famílias. Esses cuidados favorecem a compreensão da mensagem, ampliam as possibilidades de compartilhamento e fortalecem a mobilização no território.

Desenvolvimento	Outra sugestão é utilizar-se de músicas que façam parte do cotidiano da comunidade como componentes do áudio, de forma que assim que o áudio-convite seja disparado consiga chamar a atenção das pessoas.
Avaliação e Encerramento	Após a circulação do áudio-convite, é importante que a equipe realize uma avaliação breve sobre sua efetividade, observando o alcance da mensagem, os retornos recebidos da comunidade e a participação nas atividades divulgadas. Comentários por mensagens, áudios de resposta ou falas durante o encontro podem indicar se as informações foram compreendidas, se a linguagem utilizada foi adequada e se o convite despertou interesse no público. O encerramento desse processo deve incluir o registro das principais aprendizagens e dos ajustes necessários para convites futuros, contribuindo para o aprimoramento das estratégias de comunicação e mobilização. Ao reconhecer o áudio-convite como parte do trabalho social desenvolvido no território, reforça-se a importância de uma comunicação acessível, participativa e coerente com os objetivos da proteção socioassistencial.

Fonte: Elaboração própria das consultoras.



6.2.2.

Eventos Culturais

Os eventos culturais se configuram como uma modalidade de ação importante no âmbito do PAIF, ao ampliarem as formas de acesso ao Serviço e fortalecerem sua função protetiva e preventiva nos territórios. Articulados à lógica da busca ativa, esses eventos possibilitam que o CRAS esteja presente no território, antecipe situações de vulnerabilidade e produza leituras coletivas sobre fenômenos que, muitas vezes, chegam de forma fragmentada aos atendimentos particularizados. (BRASIL, 2012c).

Ao ocupar o território com ações abertas e coletivas, os eventos culturais contribuem para coletivizar demandas recorrentes, promover o acesso à informação, fortalecer vínculos e valorizar a cultura local. No PAIF, essa modalidade está associada à promoção da convivência comunitária, ao estímulo à participação social e à ampliação do contato das famílias com a política de assistência social, podendo

inclusive se constituir como forma de contato inicial com o serviço, sem necessidade de passagem prévia pela acolhida.

No caso do PAEFI, os eventos culturais podem se constituir como estratégias complementares de mobilização e articulação territorial. Ao favorecer a circulação de informações, o fortalecimento de redes locais de proteção e a articulação interseccional, esses eventos contribuem para a compreensão das dinâmicas comunitárias relacionadas às violações de direitos, respeitando as especificidades da proteção social especial.

É fundamental destacar que os eventos culturais não devem se restringir à realização de palestras ou ações pontuais. Sua potência está na participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo - desde o planejamento e execução, até a avaliação - e na oferta de atividades culturais, lúdicas, esportivas e informativas que dialoguem com o cotidiano do território. Quando articulados ao planejamento do trabalho social, os eventos se afirmam como espaços de encontro, mobilização e fortalecimento da presença da política de assistência social onde a vida acontece.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- Promover a convivência comunitária;
- Ampliar o acesso ao serviço, funcionando como estratégia de busca ativa;
- Coletivizar demandas recorrentes;
- Valorizar a cultura local e as potencialidades do território;
- Estimular a participação social, favorecendo o protagonismo das famílias.

No PAEFI:

- Aproximar o CREAS das dinâmicas territoriais;
- Fortalecer redes locais de proteção, articulando serviços, equipamentos e atores comunitários;
- Ampliar a circulação de informações sobre direitos e proteção;
- Contribuir para a prevenção de violações;
- Reconhecer recursos e respostas comunitárias existentes, evitando a homogeneização das situações de risco.

Caminhos metodológicos possíveis

A realização de eventos culturais deve partir de uma leitura atenta do território e de suas dinâmicas, considerando as demandas recorrentes, as potencialidades locais, os grupos já organizados e os espaços comunitários disponíveis. Esses eventos não se constroem como ações isoladas, mas como parte de um processo mais amplo de mobilização, articulação territorial e fortalecimento da proteção social.

Definir o objetivo do evento (seja ele informativo, mobilizador, preventivo, comemorativo ou de fortalecimento de vínculos) é fundamental para orientar suas escolhas metodológicas e garantir coerência com o planejamento do trabalho social.

O **planejamento dos eventos precisa ser realizado de forma compartilhada** com a comunidade e com os atores do território, envolvendo referências comunitárias, associações, coletivos culturais, outros serviços socioassistenciais e políticas públicas afins. Essa construção conjunta contribui para ampliar a participação, fortalecer o vínculo entre serviço e território, criar corresponsabilidade, promover participação social e assegurar que as atividades dialoguem com a realidade local. A articulação intersetorial, nesse processo, amplia o alcance das ações, favorece a integração das políticas públicas e potencializa a oferta de serviços e atividades durante o evento.

A comunicação é elemento central para a mobilização. A divulgação dos eventos deve utilizar estratégias acessíveis, participativas e territorializadas, como convites presenciais, uso de espaços comunitários (espaços culturais, pontos de ônibus, supermercados, padarias, praças públicas), redes locais e linguagens próximas ao cotidiano dos moradores. **Mais do que informar data e local, comunicar implica criar identificação e sentido para a participação.** Durante a realização do evento, é fundamental que as atividades não se restrinjam a palestras, priorizando formatos que favoreçam a interação, a expressão cultural, o lazer e a troca de experiências entre diferentes públicos do território.

Por fim, **os eventos comunitários devem prever momentos de avaliação e escuta dos participantes**, permitindo refletir sobre os efeitos produzidos, os aprendizados construídos e as possibilidades de continuidade das ações no território. A avaliação compartilhada fortalece o caráter processual das atividades, evita que os eventos se esgotem em si mesmos e contribui para o aprimoramento contínuo das práticas comunitárias no âmbito do PAIF e do PAEFI.



Exemplo de atividade

Atividade: Mutirão de Cidadania

Objetivos

- Ampliar o acesso das famílias a direitos e serviços públicos no território;
- Fortalecer a articulação entre políticas públicas e serviços locais;
- Aproximar o PAIF e o PAEFI da comunidade, por meio de ação coletiva no território;
- Coletivizar demandas recorrentes relacionadas ao acesso a direitos;
- Fortalecer vínculos comunitários e a circulação de informações no território.

Sobre o tema central

O mutirão pode assumir diferentes temas, a depender das demandas, potencialidades e objetivos identificados no território. Mais do que uma ação voltada exclusivamente à prestação de serviços, o mutirão se caracteriza pelo envolvimento de diversos atores: famílias, referências comunitárias, serviços públicos, organizações da sociedade civil e coletivos locais, em torno de um objetivo comum, construído de forma compartilhada.

Entre os temas possíveis para a realização de mutirões, destacam-se, entre outros:

- **Mutirão de acesso a direitos e serviços públicos**, como orientação socioassistencial, documentação civil e informações sobre políticas públicas;
- **Mutirão para construção, revitalização ou cuidado** de horta comunitária, ou outros espaços coletivos do território;
- **Mutirão dos serviços para escuta de moradores e referências**

Sobre o tema central	comunitárias, voltado à construção de propostas de atividades coletivas no território; • Mutirão para apresentação e diálogo sobre o CRAS e o CREAS, esclarecendo suas funções, formas de acesso e possibilidades de participação; • Mutirão para fortalecimento de vínculos e redes comunitárias, articulando diferentes grupos e iniciativas locais; • Mutirão temático, a partir de demandas específicas do território, como cuidado, saúde, juventude, trabalho ou enfrentamento de violências. A definição do tema central deve considerar a escuta da comunidade, a leitura territorial e a articulação prévia com a rede, garantindo que o mutirão dialogue com a realidade local e contribua para o fortalecimento das ações coletivas no território.
Materiais	• Mesas, cadeiras e tendas ou espaços cobertos, conforme a estrutura disponível; • Materiais informativos (cartazes, folders, panfletos); • Lista de presença ou registro de participação; • Equipamentos básicos para atendimento e orientação (computadores, formulários, pranchetas, canetas); • Materiais de apoio para atividades culturais, lúdicas ou de convivência, quando previstas.
Preparação do espaço	O espaço deve ser organizado de forma acessível, acolhedora e bem sinalizada, preferencialmente em local de fácil circulação no território, como praças, escolas ou espaços comunitários. A disposição das mesas e serviços deve facilitar a orientação das famílias e o fluxo de atendimento, garantindo também espaços de convivência, descanso e troca. Sempre que possível, é importante prever atividades para crianças e adolescentes, favorecendo a participação das famílias.
Desenvolvimento	O mutirão deve ser realizado de forma integrada, com a presença de diferentes serviços e políticas públicas, assim como grupos e referências da comunidade, conforme a articulação prévia realizada. Ao longo da atividade, é importante que as equipes promovam o diálogo com as famílias, escutem demandas, orientem sobre direitos e fortaleçam a relação entre serviço e comunidade. Além dos atendimentos, o mutirão pode incluir atividades culturais, apresentações artísticas ou ações lúdicas, contribuindo para um ambiente de convivência e participação coletiva.

Avaliação e Encerramento

A avaliação do mutirão deve considerar tanto aspectos quantitativos, como número de atendimentos e serviços ofertados, quanto qualitativos, como a percepção das famílias, o fortalecimento da articulação da rede e a identificação de demandas recorrentes. O encerramento pode incluir uma breve conversa com participantes e parceiros, registrando aprendizados, limites e possibilidades de continuidade das ações, reforçando o mutirão como parte de um processo mais amplo de mobilização e proteção social no território.

Fonte: Adaptação própria das consultoras a partir das experiências de campo.

6.2.3.

Campanhas socioeducativas

As campanhas socioeducativas se configuram como uma modalidade de ação voltada à sensibilização, à informação e à mobilização da comunidade em torno de temáticas relacionadas aos direitos socioassistenciais e às situações de vulnerabilidade e risco social presentes no território. No âmbito do PAIF e do PAEFI, as campanhas permitem ampliar o alcance da política de assistência social para além dos atendimentos individuais e das atividades internas nas unidades, atuando diretamente no território e dialogando com a vida cotidiana das famílias.

Mais do que ações informativas pontuais, as campanhas socioeducativas devem ser compreendidas como processos que induzem à reflexão crítica, favorecem a identificação coletiva de problemas e potencialidades e contribuem para a prevenção de vulnerabilidades sociais e violações de direitos. Seu sentido está na capacidade de articular informação, participação e mobilização social, fortalecendo o território como espaço de produção de proteção social.

No PAIF, as campanhas se vinculam diretamente à função preventiva e protetiva do Serviço, dialogando com demandas recorrentes identificadas no território e com temas emergentes a partir das oficinas, grupos e atendimentos às famílias (BRASIL, 2012c). No PAEFI, embora não haja orientações específicas sobre campanhas socioeducativas, essa modalidade pode se constituir como estratégia complementar para ampliar a circulação de informações, fortalecer redes locais e contribuir para a prevenção de situações de violação, respeitadas as especificidades da Proteção Social Especial.

É fundamental destacar que as campanhas socioeducativas não devem se limitar à reprodução de calendários de “datas combativas” ou a ações desconcontextualizadas do território. Embora essas datas possam ser acionadas estrategicamente, a definição dos temas das campanhas deve partir da escuta da comunidade, da leitura territorial e das demandas concretas vivenciadas pelas famílias, garantindo maior sentido, engajamento e continuidade aos processos mobilizados.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- Sensibilizar a comunidade sobre direitos socioassistenciais e temas relevantes do território;
- Prevenir situações de vulnerabilidade social por meio da informação e da mobilização coletiva;
- Coletivizar demandas recorrentes identificadas no atendimento às famílias e nas atividades do CRAS;
- Ampliar a participação social e o protagonismo das famílias nas ações do território;
- Fortalecer a presença do PAIF no território, para além do espaço físico do CRAS.

No PAEFI:

- Ampliar a circulação de informações sobre direitos, proteção e acesso a serviços no território;
- Contribuir para a prevenção de violações de direitos por meio da sensibilização comunitária;
- Fortalecer a articulação com a rede socioassistencial e intersetorial;
- Apoiar a leitura territorial das situações de violência e risco social;
- Reconhecer e mobilizar recursos comunitários existentes no enfrentamento das violações.

Caminhos metodológicos possíveis

A construção de campanhas socioeducativas deve iniciar-se a partir da **escuta qualificada da comunidade e da leitura das demandas que emergem do território**, seja por meio das oficinas com famílias, dos grupos, dos atendimentos particularizados ou da articulação com outros serviços e atores locais. Priorizar espaços de diálogo e discussão coletiva sobre os temas a serem abordados é fundamental para que a campanha não seja apenas informativa, mas construída com a participação ativa da comunidade.

O planejamento da campanha deve definir **seu objetivo, público prioritário, tema trabalhado, estratégias de atuação e formas de avaliação**, considerando a relevância do tema para o território. As campanhas possuem caráter temporário, com duração previamente definida, e podem articular diferentes estratégias, como panfletagem, cartazes, uso de rádios comunitárias, carros de som, reuniões, mostras de filmes, apresentações artísticas, ações culturais e lúdicas, de modo a dialogar com diferentes públicos e linguagens.

A articulação intersetorial e comunitária é fundamental para a efetividade das campanhas. A participação de outros serviços públicos, organizações da sociedade civil, grupos culturais e referências comunitárias amplia o alcance das ações e contribui para que seus efeitos se sustentem no tempo. Sempre que possível, o PAIF e o PAEFI devem também somar esforços a campanhas desenvolvidas por outras políticas públicas, **fortalecendo iniciativas já existentes no território.**

Por fim, **a avaliação das campanhas deve ser compreendida como parte do processo**, permitindo refletir sobre o alcance das ações, o envolvimento da comunidade e os desdobramentos possíveis. Mais do que medir quantitativamente resultados, trata-se de identificar aprendizados, fortalecer vínculos e subsidiar novas ações coletivas, reafirmando a campanha socioeducativa como instrumento de mobilização, participação e fortalecimento da proteção social no território.



separar articulando redes
Crédito:

Exemplo de atividade

Atividade: Cortejo pelo território

Objetivos	• Sensibilizar a comunidade sobre um tema relevante do território, de forma coletiva e acessível; • Ampliar a circulação de informações sobre direitos e proteção social; • Fortalecer a presença do PAIF e do PAEFI no território, para além das unidades; • Estimular a participação social e o envolvimento da comunidade nas ações socioassistenciais; • Mobilizar, de forma criativa e lúdica, diferentes atores do território em torno de um objetivo comum.
Sobre o tema central	O cortejo pode abordar diferentes temas, definidos a partir da escuta da comunidade, das demandas identificadas no território e dos objetivos da campanha socioeducativa. O tema deve ser claro, comunicável e capaz de gerar identificação com os moradores. Exemplos de temas possíveis, para além das “datas combativas”, incluem: • Defesa e promoção de direitos socioassistenciais; • Enfrentamento à violência e fortalecimento das redes de proteção; • Valorização da convivência comunitária e dos vínculos sociais; • Divulgação e diálogo sobre o papel do CRAS e do CREAS no território; • Campanha contra o descarte irregular de lixo; • Mobilização comunitária em torno de temáticas como o trabalho infantil e exploração sexual, violência contra a mulher e outras.
Materiais	• Cartazes, faixas, bandeiras ou placas com mensagens da campanha; • Instrumentos musicais simples (tambores, chocalhos, apitos); • Materiais gráficos ou informativos para distribuição durante o percurso; • Equipamentos de som portátil, se necessário; • Camisetas, crachás ou outros elementos de identificação da campanha (opcional).

Preparação do espaço	O cortejo deve ser planejado considerando o percurso a ser realizado no território, priorizando ruas, praças e espaços de circulação da comunidade. É importante avaliar previamente o trajeto, o tempo de duração, os pontos de parada e as condições de segurança. A preparação envolve também a articulação com moradores, grupos locais, referências comunitárias e serviços parceiros, garantindo que o percurso e a abordagem sejam adequados à realidade do território.
Desenvolvimento	O cortejo consiste na circulação coletiva pelo território, com participação de famílias, trabalhadores, grupos culturais e demais atores locais, utilizando música, falas curtas, performances, cartazes e outras formas de comunicação popular para difundir a mensagem da campanha. Ao longo do percurso, podem ser realizadas breves paradas para diálogo com moradores, distribuição de materiais informativos e convites para outras atividades da campanha. O tom deve ser convidativo, respeitoso e acessível, priorizando a interação com a comunidade e evitando abordagens impositivas.
Avaliação e Encerramento	A avaliação do cortejo deve considerar o envolvimento da comunidade, a receptividade das mensagens e a articulação entre os participantes e parceiros. Comentários recebidos durante o percurso, retornos posteriores e a participação em atividades decorrentes da campanha são indicadores importantes. O encerramento pode ocorrer com uma breve roda de conversa entre os envolvidos, registrando aprendizados, limites e possibilidades de continuidade da mobilização no território, reforçando o cortejo como parte de um processo socioeducativo mais amplo.

Fonte: Adaptação própria das consultoras a partir das experiências de campo.



Fonte: Coletivo Articulado do Redes

6.2.4.

Articulação de Redes

A articulação de redes consiste na construção de vínculos e pactuações entre diferentes atores, instituições e serviços em torno de objetivos comuns, partindo do reconhecimento de que nenhuma política pública, de forma isolada, é capaz de responder à complexidade das demandas sociais. No contexto do PAIF e do PAEFI, trabalhar em rede significa integrar esforços entre políticas como assistência social, saúde, educação, cultura, justiça, trabalho e habitação, bem como organizações da sociedade civil e iniciativas comunitárias, com vistas à proteção integral das famílias.

A rede se organiza como um conjunto de pontos (pessoas, serviços e instituições) conectados por relações de comunicação, cooperação e corresponsabilização. Trata-se de uma estrutura não hierárquica, baseada na troca de informações e na construção coletiva de estratégias, favorecendo respostas mais consistentes e territorializadas. Essa estrutura horizontal e democrática favorece a participação de todos os envolvidos, promovendo a corresponsabilidade e a construção coletiva de soluções. (TORO; WERNECK, 2004).

A importância da articulação de redes no PAIF e no PAEFI reside na possibilidade de superar a fragmentação das políticas públicas e dos atendimentos. As famílias acompanhadas pelos serviços socioassistenciais, em geral, vivenciam múltiplas e simultâneas situações de vulnerabilidade, como pobreza, violência, violações de direitos e fragilização de vínculos - que exigem respostas integradas. O trabalho em rede permite que essas demandas sejam tratadas de forma articulada, evitando que as famílias tenham que acessar cada serviço de maneira isolada e descontínua (SPOSATI, 2004).

Nesse sentido, a articulação de redes não pode ser compreendida apenas como a coexistência de diferentes serviços no território ou como a realização de encaminhamentos formais entre políticas. Conforme aponta Miotto (2004), a intersetorialidade pressupõe a construção de estratégias compartilhadas, baseadas na definição de objetivos comuns, no reconhecimento das responsabilidades específicas de cada política e na pactuação permanente entre os serviços, evitando a sobreposição de ações e a fragmentação do atendimento às famílias. Trata-se de um processo político e metodológico que exige comunicação contínua, compromisso institucional e corresponsabilização na garantia de direitos.

Objetivos da modalidade

No PAIF:

- Ampliar a capacidade protetiva do território;
- Evitar a fragmentação das respostas às demandas das famílias;
- Fortalecer fluxos de informação e encaminhamentos;
- Apoiar ações preventivas a partir de leituras compartilhadas do território;
- Fortalecer a corresponsabilização entre serviços, famílias e comunidade.

No PAEFI:

- Assegurar respostas integradas às situações de violação de direitos;
- Articular serviços para proteção e acompanhamento das famílias;
- Evitar a revitimização decorrente de atendimentos desarticulados;
- Fortalecer redes locais de proteção social e garantia de direitos;
- Qualificar a leitura territorial das situações de risco e violência.

Caminhos metodológicos possíveis

A articulação de redes no âmbito do PAIF e do PAEFI deve iniciar-se a partir de **um mapeamento** para reconhecimento dos serviços, equipamentos, organizações e atores que atuam no território, bem como dos fluxos já existentes entre eles.

Esse mapeamento permite identificar dados quantitativos e qualitativos, como as relações existentes entre a comunidade e o território com aquele serviço e equipamento.

A criação de **espaços permanentes de diálogo**, como reuniões intersetoriais, discussão de casos, fóruns territoriais e grupos de trabalho, é fundamental para manter esta rede em movimento. Esses espaços favorecem a troca de informações, a construção de pactuações e a definição de responsabilidades, respeitando as atribuições de cada política e serviço.

A articulação de redes exige intencionalidade e continuidade. Não se trata apenas de ações pontuais, mas de processos que demandam planejamento, registros, acompanhamento e avaliação conjunta. A comunicação entre os serviços deve ser acessível e constante, evitando encaminhamentos automáticos e promovendo o acompanhamento compartilhado das famílias, sempre que necessário.

Por fim, é extremamente necessário que a articulação de redes esteja conectada à realidade do território e às experiências das famílias. A escuta dos usuários, o diálogo com referências comunitárias e a consideração das dinâmicas locais fortalecem a rede como espaço vivo de proteção social, ampliando sua capacidade de enfrentar, de forma coletiva, as vulnerabilidades e violações de direitos.



Fonte: Coletivo Articulando Redes

Exemplo de atividade

Atividade: Mapa Afetivo

Objetivos	• Iniciar e fortalecer processos de articulação de rede a partir de uma leitura compartilhada do território; • Produzir um diagnóstico coletivo sobre vivências, afetos, demandas e potencialidades do território; • Aproximar serviços, equipamentos públicos, referências comunitárias e moradores; • Subsidiar a construção de estratégias conjuntas no PAIF e no PAEFI; • Atualizar continuamente a compreensão territorial da rede socioassistencial e intersetorial.
Sobre o tema central	O Mapa Afetivo tem como tema central a forma como o território é vivido, percebido e significado por diferentes sujeitos. Ele pode ser utilizado como etapa inicial de articulação de rede e mobilização social, favorecendo o reconhecimento mútuo entre os atores envolvidos, a identificação de referências, mas também como instrumento permanente de discussão, retomado em reuniões, encontros e espaços intersetoriais, considerando que o território é dinâmico e está em constante transformação. O Mapa Afetivo é interessante para pensar o território para além de suas determinações geográficas e limites físicos, mas em como ele é sentido pelas pessoas que nele habitam, trabalham e produzem. Compreender os afetos existentes permite um diagnóstico e uma identificação de potencialidades, riscos e demandas.
Materiais	• Mapa ampliado do território ou materiais para desenho coletivo; • Papel kraft, cartolinas, canetas coloridas, post-its ou adesivos.
Preparação do espaço	A atividade pode ser realizada em equipamentos públicos ou em espaços comunitários do território. O espaço deve favorecer a interação entre os participantes, com organização colaborativa e acessível. É importante criar um ambiente que estimule a escuta, o diálogo e a expressão das diferentes percepções sobre o território.
Desenvolvimento	O Mapa Afetivo é conduzido por um facilitador e pode partir de um mapa do território, de um desenho coletivo ou de uma representação construída pelos próprios participantes. São utilizadas perguntas disparadoras, como:

Desenvolvimento	• Onde você(s) está localizado neste mapa? • O que vocês vivenciam neste território? • Quais mudanças têm observado? • Onde se concentram as potencialidades e as demandas? • Onde estão as redes de apoio existentes? • Onde estão as referências comunitárias? • Como você se sente nesse equipamento/espço? As respostas são registradas de forma visual e coletiva, permitindo a construção de uma leitura compartilhada. Essa atividade pode marcar o início de um processo de articulação de rede, mas também ser retomada em diferentes momentos como em reuniões intersectoriais, encontros periódicos da rede ou espaços de planejamento, incorporando novas percepções, atores e informações. Dessa forma, o Mapa Afetivo não se encerra em uma única realização, mas se constrói e se atualiza continuamente, assim como seus sentidos e afetos.
Avaliação e Encerramento	A avaliação deve considerar a qualidade das trocas estabelecidas, o fortalecimento das relações entre os participantes e a contribuição do Mapa Afetivo para a articulação da rede e mobilização social de novos participantes. O encerramento pode incluir a síntese coletiva dos principais pontos identificados e a pactuação de encaminhamentos ou próximos encontros, reforçando o Mapa Afetivo como instrumento vivo de leitura territorial e de sustentação do trabalho em rede no PAIF e no PAEFI.

Fonte: Adaptação própria das consultoras.

Dica de material

Ferramentas para mapeamento com os grupos

O **Mapa das Periferias** pode ser utilizado como um instrumento em processos de mapeamento comunitário, por reunir dados e informações georreferenciadas sobre os territórios periféricos do Brasil.

A iniciativa é desenvolvida pela Secretaria Nacional das Periferias do Ministério das Cidades, em parceria com a Fiocruz, e está alinhada ao Programa Periferia Viva. Como ferramenta, contribui para a leitura do território, a identificação de desigualdades e a visibilização de iniciativas locais, apoiando discussões coletivas e a construção de propostas para políticas públicas.

A plataforma pode ser acessada em:

<https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/sobre/>



clique aqui

6.3.

Modalidades em diálogo: o caráter processual do trabalho coletivo

Embora a política de assistência social organize o TSFT a partir de modalidades específicas, como as supracitadas, é importante reconhecer que essas distinções não correspondem a compartimentos estanques na prática cotidiana do trabalho social. Trata-se de uma organização pedagógica e técnica, necessária para o planejamento, o registro, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, bem como para a definição de metas e a organização do trabalho das equipes.

Essa forma de classificação cumpre um papel relevante na gestão do SUAS, especialmente no diálogo com os instrumentos de planejamento municipal, como o plano municipal de assistência social e os processos de pactuação de metas. No entanto, ela **não deve ser confundida com a dinâmica viva dos processos coletivos**. Na prática cotidiana dos serviços, os vínculos, os encontros e as mobilizações podem nem sempre respeitar as fronteiras rígidas entre uma modalidade e outra.

As modalidades de trabalho coletivo podem se desenvolver como **processos em movimento**, construídos ao longo do tempo, a partir das respostas dos usuários, das demandas que emergem no território e das leituras que as equipes realizam de forma contínua. Um mesmo processo pode transitar por diferentes modalidades, desde que esse percurso esteja em consonância com as diretrizes da gestão municipal, com o planejamento pactuado e com os objetivos definidos para o serviço no território.

Isso significa que a **flexibilidade metodológica** necessária não se opõe ao planejamento ou à gestão. Ao contrário, ela se sustenta em um planejamento que reconhece a complexidade dos territórios e a necessidade de ajustes ao longo do percurso. **O plano de ação não deve ser entendido como um roteiro fechado, mas como uma referência orientadora que dialoga com a realidade vivida e com os processos efetivamente construídos junto às famílias e comunidades.**

É possível, **por exemplo**, que uma acolhida coletiva seja planejada inicialmente como um espaço de escuta e orientação, permitindo ao trabalhador conhecer melhor as demandas e as experiências das famílias. Ao longo desse encontro, pode-se perceber a existência de interesses comuns, identificação entre os participantes e desejo de continuidade da troca. Esse movimento pode dar origem a uma roda de conversa, prevista ou ajustada no planejamento, sem romper com os objetivos do serviço.

A partir dessa roda de conversa, o vínculo construído pode sustentar a organização

de uma oficina com encontros sequenciais, alinhada ao plano de ação da unidade, na qual os participantes aprofundam temas de interesse comum, desenvolvem habilidades e constroem reflexões compartilhadas. Em alguns casos, esse processo pode ganhar maior densidade operativa, configurando-se como um grupo operativo, no qual passam a ser trabalhados os papéis emergentes, os conflitos e as tarefas coletivas do grupo.

Esse percurso pode ainda se desdobrar em ações comunitárias, quando o grupo amplia seu olhar para o território e passa a mobilizar outros coletivos, serviços e redes locais. A realização de um evento cultural ou de uma campanha socioeducativa pode ser resultado direto de um processo coletivo iniciado em atividades de pequeno grupo e desenvolvido de forma coerente com o planejamento municipal e com as prioridades definidas pela gestão.

Esses exemplos evidenciam que

as modalidades de trabalho coletivo não se excluem, mas se articulam, compondo percursos que respondem às dinâmicas do território e às necessidades das famílias e comunidades.



Planejar ações coletivas, portanto, não significa apenas escolher uma modalidade, mas desenhar processos articulados, que façam sentido para o território de abrangência do equipamento e estejam alinhados às diretrizes da política municipal de assistência social.

Compreender as ações coletivas como processos em movimento permite a (ao) trabalhadora(or) maior autonomia técnica, sem perder o alinhamento com a gestão, o planejamento e as normativas do SUAS. Essa perspectiva reforça a importância do diálogo permanente entre equipes e gestão, do registro qualificado dos percursos construídos e da avaliação contínua das ações, reconhecendo que o **trabalho coletivo se produz na relação, no tempo e na construção compartilhada de sentido com a comunidade.**

**Recomendações
para o exercício da
dimensão coletiva**

- **Indução da gestão:** Destaca-se a importância do papel da gestão na indução do exercício da dimensão coletiva, por meio de diretrizes, orientações, pactuações e instrumentos de planejamento que reconheçam e legitimem esse tipo de prática.
- **Indicadores, registros e monitoramento de ações coletivas:** Recomenda-se avançar na construção de indicadores capazes de reconhecer e acompanhar as práticas coletivas desenvolvidas nos serviços socioassistenciais, considerando não apenas a quantidade de atividades realizadas, mas os processos construídos ao longo do tempo, de modo a demonstrar os resultados obtidos com a intervenção. O novo Prontuário Eletrônico do SUAS, implementado em 2025 pelo MDS, pode ser compreendido como um instrumento inicial e estruturante para esse processo, ao possibilitar o registro sistemático dos atendimentos coletivos realizados.
- **Infraestrutura material e pessoal:** Reconhece-se que o exercício da dimensão coletiva depende de condições materiais e de pessoal adequadas. Esse eixo propõe a explicitação da relação entre a qualidade das práticas coletivas e a existência de equipes completas, espaços físicos apropriados, recursos materiais suficientes, transporte e tempo institucional destinado ao planejamento, à execução e à avaliação das ações.
- **Formação continuada:** Recomenda-se a oferta de processos permanentes de formação continuada, articulados ao cotidiano de trabalho das equipes, que favoreçam a reflexão sobre as práticas, a troca de experiências e o aprimoramento das metodologias de trabalho coletivo, com apoio da gestão e reconhecimento institucional desse tempo como parte do exercício profissional, contribuindo para a qualificação das ações desenvolvidas nos serviços socioassistenciais.
- **Fomento à implantação e fortalecimento da Vigilância Socioassistencial:** Recomenda-se a instituição e o fortalecimento de equipes de Vigilância Socioassistencial com atuação articulada aos serviços da Proteção Social Básica e Especial, principalmente ao PAIF e ao PAEFI. Destaca-se a importância de que os dados produzidos e analisados por essa equipe não se restrinjam ao subsídio da gestão municipal, mas que sejam sistematicamente devolvidos às equipes de referência das unidades. Esse movimento de retroalimentação das informações contribui para qualificar o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas nos serviços, fortalecendo a leitura territorial e possibilitando intervenções mais alinhadas às demandas, vulnerabilidades e potencialidades identificadas no território. Dessa forma, a Vigilância Socioassistencial se consolida como instrumento estratégico para o exercício da dimensão coletiva do trabalho socioassistencial.

Referências

- CORDEIRO, M. P.; LARA, M. F. A.; MAIA, R. L. A. Atendimento psicossocial nos serviços de Proteção Social Especial do SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, e250301, 2023.
- AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. Para reinventar as rodas. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.
- AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 445–464, dez. 2011.
- AFONSO, Maria Lúcia; FADUL, Fabiana Meijon. O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* [online], v. 10, n. 1, p. 140–154, 2015.
- AFONSO, Maria Lúcia M. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- AFONSO, Maria Lúcia. Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte. Artesã Editora. 2ª ed. 2019.
- BLANCO, Ismael. Vidas segregadas: desigualdad urbana y políticas públicas. Barcelona: Gedisa, 2017.
- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Sílvia Lane e o projeto do compromisso social da Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, edição especial 2, p. 46-56, 2007.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 25 out. 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Diário Oficial da União: Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. v. 1. Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. 2. Brasília: MDS, 2012c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Trabalho social com famílias e territórios no PAIF [livro eletrônico]: trilha para o contexto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Trabalho social com famílias e territórios no PAIF [livro eletrônico]: trilha para o contexto da insegurança alimentar e nutricional 2. Brasília, 2025a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Emergências em Assistência Social: trabalho social com territórios, famílias e indivíduos no SUAS. Brasília, 2025b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Trabalho Social com Famílias e Territórios no PAIF: trilha para prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Brasília: MDS, 2026.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CORDEIRO, M. P.; LARA, M. F. A.; MAIA, R. L. A. Atendimento psicossocial nos serviços de Proteção Social Especial do SUAS. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e250301, 2023.

DANTAS, Vera L. et al. *Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular*. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *40 ideias de periferia: história, conjuntura e pós-pandemia*. São Paulo: Dandara Editora, 2020.

FERREIRA, Maria Cristina. Breve história da moderna psicologia social. In: TORRES, C. NEIVA, E. e outros. *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Artmed. 2011.

FILGUEIRAS, Cristina. Os territórios do SUAS. In: ROMAGNOLI, Roberta; MOREIRA, Maria Ignez (orgs.). *SUAS: a articulação entre psicologia e serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora CRV, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 244–260, jul./dez. 2015.

GIANNELLA, Letícia de Carvalho; SOARES, Joice de Souza; FRANCO, Cayo de Oliveira. O poder do ato de nomear: o compromisso do IBGE diante das favelas e comunidades urbanas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 1–16, 2024.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. *Saúde comunitária pensar e fazer*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores. 2008. 257p.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *¡A desordenar! Por una historia abierta de la lucha social*. Buenos Aires: Tinta Limón; México: Pez en el Árbol, 2016.

HENRIQUES, Márcio Simeone et al. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas – resultados do universo*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo, SP: Brasiliense. 1984.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7–27, 1996.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano (1987). In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar e sentir em Sílvia Lane. *Psicologia & Sociedade*, v. vol. 19, n. no. spe2, p. p.p. 76-80, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Intersectorialidade na política social: reflexões a partir do trabalho em rede. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 80, p. 68–81, 2004.

MONTERO, Maritza. *Introducción a la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

PICHON-RIVIERE, E. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquíria Leão. *Vidas roubadas: sofrimento social e pobreza*. 2024.

SAADALLAH, Márcia Mansur. A psicologia frente às políticas públicas. In: MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo (org.). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SAADALLAH, Márcia Mansur; MARRA, Manoela Costa; MIRANDA, Thaís Natiele Bessa. Territórios, afetos e metodologias participativas: a experiência do Coletivo Articulando Redes. In: PENZIN, Adriana Maria Brandão; SOUZA, Robson Sávio Reis; ALVES, Claudemir Francisco (org.). *Na cidade: micropolíticas e modos de existência*. 9. ed. Belo Horizonte: PUC Minas; Nesp, 2019.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: a idade das metáforas*. São Paulo: Edusp, 2000.

SAWAIA, Bader B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 364–372, 2009.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 179–203.

SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser e a conviver*. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, número especial, p. 12-21, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a Construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 78, 2004.

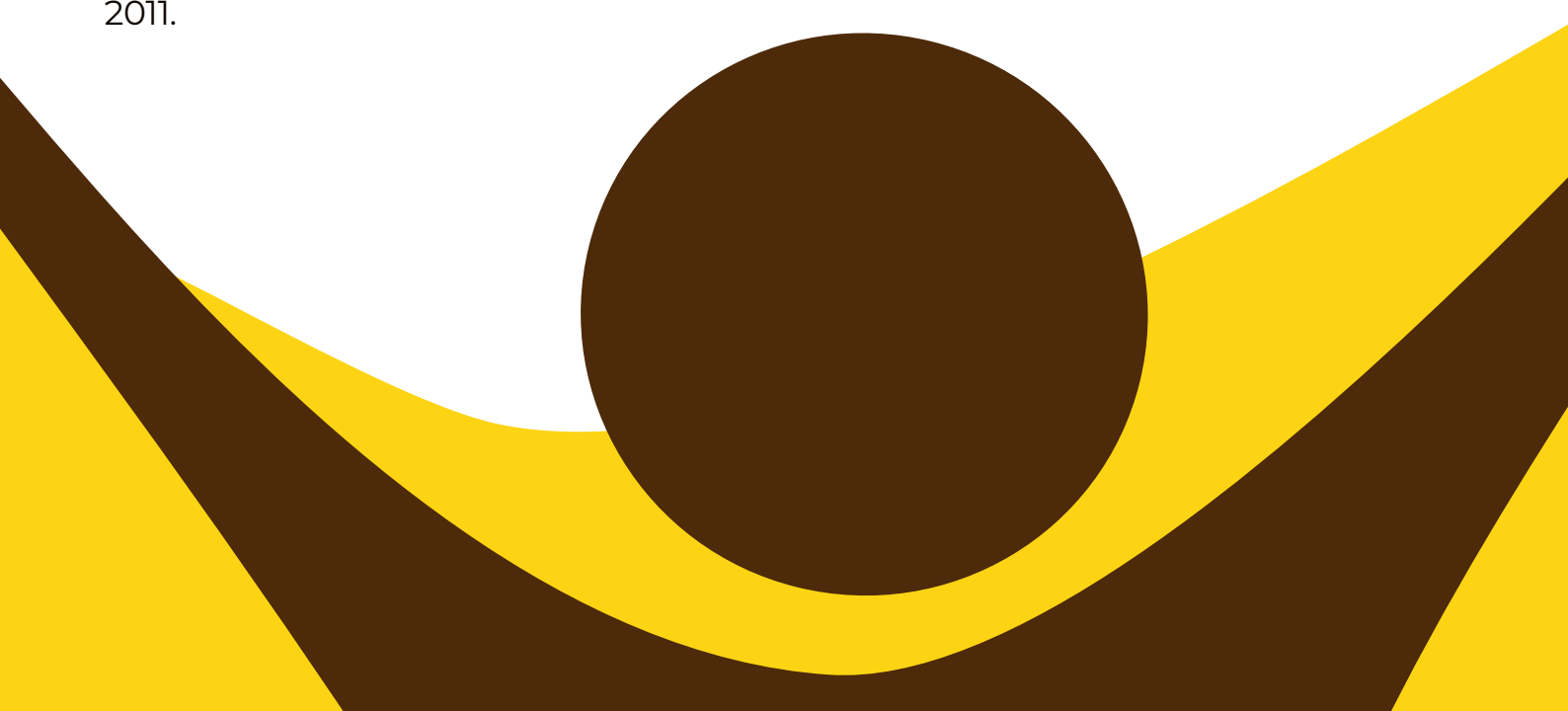
SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 5–18, jul./dez. 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Condiciones territoriales y ciudadanía: experiencias en múltiples escalas del piso de la ciudad. *Revista Transformación Socio-Espacial*, Santiago, v. 2, n. 1, p. 71-80, jun. 2022. doi: 10.22320/24525413.2022.02.01.07.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

XAVIER, Eveline; FARIA, Raissa. Oficina de mobilização e articulação social. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária (AIC), 2015.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular: um jeito especial de conduzir o processo educativo. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.





MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

